



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA
RELIGIÃO - CURSO DE DOUTORADO**

**COMPORTAMENTO VERBAL E LINGUAGENS DA
EXPERIÊNCIA RELIGIOSA: CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO
COMPORTAMENTO PARA A HERMENÊUTICA BÍBLICA**

JAIR RODRIGUES MELO

Recife – Pernambuco

2019

JAIR RODRIGUES MELO

**COMPORTAMENTO VERBAL E LINGUAGENS DA EXPERIÊNCIA
RELIGIOSA: CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO
PARA A HERMENÊUTICA BÍBLICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências da Religião, na linha de pesquisa: Tradições e Experiências Religiosas, Cultura e Sociedade, sob orientação do Prof. Dr. João Luiz Correia Júnior.

Recife – Pernambuco

2019

JAIR RODRIGUES MELO

**COMPORTAMENTO VERBAL E LINGUAGENS DA EXPERIÊNCIA
RELIGIOSA: CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO
PARA A HERMENÊUTICA BÍBLICA**

Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências da Religião, pela Universidade Católica de Pernambuco, por uma Comissão Examinadora formada pelos seguintes professores:

Prof. Dr. João Luiz Correia Júnior (Orientador)

Prof. Dr. Cláudio Vianney Malzoni (Examinador Interno)

Prof. Dr. Luiz Alencar Libório (Examinador Interno)

Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques (Examinador Interno)

Prof. Dr. Valmor da Silva (Examinador Externo)

Profa. Dra. Clarissa de Pontes Vieira Nogueira (Examinadora Externa)

Dedico este trabalho à minha família e à minha esposa, que me incentivaram, acreditaram em mim e me deram todo apoio necessário à realização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sua infinita misericórdia e amor. A ele devo, em primeiro lugar, todas as minhas conquistas;

À Universidade Católica de Pernambuco, pela seriedade com que trata a educação superior;

À Coordenação do Doutorado em Ciências da Religião, na pessoa da Profa. Zuleica;

Aos professores Luiz Carlos Luz Marques e Cláudio Vianney Malzoni, por me ajudarem na realização deste sonho;

Ao meu querido e admirável orientador João Luiz Correia Júnior pelo acolhimento, pelas orientações tão pertinentes, pela dedicação aos seus alunos e sobretudo por me encorajar a sonhar mais alto e acreditar em mim;

Ao Pe. José Pereira Lima, pelo incentivo, pela amizade e por me ensinar o valor das coisas simples;

Aos meus pais Ailton e Nilda, bem como minhas irmãs Jussara, Daiane e Gerciane, que tanto me apoiam e me fazem feliz;

À minha querida esposa Valéria Freire, pelo seu amor, cuidado, atenção e principalmente por me apoiar na realização dos meus sonhos, bem como aos meus filhos: Arthur Rodrigues e Sara Emunah.

O que é comunicado, além da significação interna de um texto, é o mundo que projeta e o horizonte que constitui.

(Paul Ricoeur)

COMPORTAMENTO VERBAL E LINGUAGENS DA EXPERIÊNCIA RELIGIOSA: CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PARA A HERMENÊUTICA BÍBLICA

RESUMO

O presente trabalho versa sobre contribuições que o Behaviorismo Radical pode oferecer à hermenêutica bíblica. Será proposta uma nova abordagem dos textos da Escritura a partir das contribuições teórico-metodológicas da Análise do Comportamento, especialmente com os conceitos de “regras de comportamento” aplicados à compreensão de exigências de conduta presentes na Bíblia e sua relação com a aquisição de repertórios comportamentais. Objetiva-se estudar a aplicabilidade da psicologia analítico-comportamental para a compreensão dos aspectos funcionais das linguagens da experiência religiosa presentes em textos da Bíblia, cuja referência para análise será o texto que trata do “decálogo”, presente em Deuteronômio 5,6-10. Para tal, será feita pesquisa bibliográfica e, no decurso do mesmo comprovar-se-á a pertinência desta abordagem para interpretar os textos bíblicos. Nesse sentido, as principais contribuições encontradas foram: a análise de aspectos funcionais das mensagens dos textos bíblicos, bem como as principais formas de compreensão da produção dos textos em vista da aquisição de repertórios comportamentais.

Palavras-chave: regras de comportamento, hermenêutica bíblica, funcionalidade, linguagens, Deuteronômio.

VERBAL BEHAVIOR AND LANGUAGES OF RELIGIOUS EXPERIENCE: CONTRIBUTIONS OF BEHAVIORAL ANALYSIS FOR BIBLE HERMENEUTICS

ABSTRACT

The present work deals with contributions that Radical Behaviorism can offer to biblical hermeneutics. It will be proposed a new approach to the texts of Scripture from the theoretical-methodological contributions of Behavior Analysis, especially with the concepts of "rules of behavior" applied to the understanding of the demands of conduct present in the Bible and their relation to the acquisition of behavioral repertoires . The objective of this study is to study the applicability of analytic-behavioral psychology to the understanding of the functional aspects of the languages of religious experience present in texts of the Bible, whose reference for analysis will be the text that deals with the "decalogue" in Deuteronomy 5,6-10 . For this, a bibliographical research will be done and, in the course of the same, it will prove the pertinence of this approach to interpret the biblical texts. In this sense, the main contributions were: the analysis of functional aspects of the messages of the biblical texts, as well as the main forms of understanding the production of the texts in view of the acquisition of behavioral repertoires.

Keywords: rules of behavior, biblical hermeneutics, functionality, languages, Deuteronomy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO BEHAVIORISMO RADICAL	14
1.1 BREVE HISTÓRICO DA PSICOLOGIA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL	14
1.1.1 Surgimento e desenvolvimento dos behaviorismos	15
1.1.2 O Behaviorismo Radical	19
1.2 PROPOSIÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DO BEHAVIORISMO RADICAL.....	25
1.2.1 Ciência e comportamento humano.....	26
1.2.2 O papel das consequências do comportamento	29
1.2.3 A análise de contingências	35
1.3 A EXPERIÊNCIA RELIGIOSA NA VISÃO BEHAVIORISTA RADICAL.....	39
1.3.1 O comportamento religioso	41
1.3.2 O papel das consequências do comportamento religioso	46
2 O COMPORTAMENTO VERBAL A PARTIR DA ABORDAGEM ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL	51
2.1 CONCEITUAÇÕES DE COMPORTAMENTO VERBAL	51
2.1.1 Os operantes verbais	55
2.1.2 Análise do Comportamento verbal e o estudo da linguagem	63
2.1.3 Contraposições de Noam Chomsky à visão skinneriana de comportamento verbal	66
2.2 O USO DE REGRAS NA AQUISIÇÃO DE REPERTÓRIOS COMPORTAMENTAIS	70
2.3 A IMPORTÂNCIA DO USO DE REGRAS NO ÂMBITO CULTURAL.....	80
3 CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PARA A HERMENÊUTICA BÍBLICA	86
3.1 AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA OS ESTUDOS BÍBLICOS	87
3.2 UMA ABORDAGEM BÍBLICA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL.....	94
3.2.1 Características de uma abordagem bíblica analítico-comportamental	96
3.2.1.1 O contexto histórico-literário como estímulo discriminativo para o autor.....	96
3.2.1.2 O contexto histórico e literário do leitor como estímulo discriminativo	98

3.2.1.3 O ato de escrever como comportamento operante	99
3.2.1.4 O papel das consequências da escrita para o autor	104
3.2.1.5 O ato de ler o texto bíblico sob o prisma funcional	106
3.2.1.6 A identificação das regras de comportamento que o texto veicula	109
3.2.1.7 O gênero literário como topografia comportamental.....	117
3.3 PASSOS PARA UMA ABORDAGEM BÍBLICA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL.....	119
3.3.1 Analisar o ato da escrita em seus aspectos operantes	119
3.3.2 Analisar no contexto histórico do autor as sinalizações que seu comportamento poderia ser reforçado	120
3.3.4 Analisar as possíveis consequências da escrita do texto em questão	121
3.3.4 Analisar as regras de comportamento que o texto veicula	122
3.3.5 Analisar o comportamento do leitor sob o prisma funcional	123
4 UMA ANÁLISE DE DEUTERONÔMIO 5,6-10 A PARTIR DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO	125
4.1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO LIVRO DO DEUTERONÔMIO	125
4.1.1 Os estudos histórico-críticos	126
4.1.2 O lugar do decálogo no livro do Deuteronômio	131
4.2 DEUTERONÔMIO 5,6-10 À LUZ DA HERMENÊUTICA E EXEGESE BÍBLICA	135
4.2.1 O texto hebraico e sua tradução	135
4.2.2 Delimitação do texto e contexto literário	137
4.2.3 A estrutura literária do texto	138
4.2.4 Não terás outros deuses diante de mim (cf. Dt 5,7)	139
4.2.5 Não farás para ti imagem esculpida e não lhe prestarás culto (Dt 5,8-9a)	143
4.3 APLICAÇÕES DA TEORIA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL AO TEXTO DE DEUTERONÔMIO 5,6-10	147
4.3.1 Analisar o texto do decálogo sob o prisma funcional	148
4.3.2 O contexto histórico do decálogo como estímulo discriminativo	150
4.3.3 Análise de operantes verbais em Dt 5,6-10	153
4.3.4 Identificação das regras de comportamento presentes em Dt 5,6-10	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS	170

INTRODUÇÃO

O campo epistemológico das Ciências da Religião é transdisciplinarmente aberto. Diversas ciências contribuíram para pensar a relação dos seres humanos com o Sagrado e, dentre elas, a Psicologia (FILORAMO; PRANDI, 1999, p. 32). Em linhas gerais, de acordo com Croatto (2010, p. 20), duas vertentes da Psicologia ganharam destaque no estudo do fenômeno religioso: a abordagem freudiana e a junguiana. Porém, outras abordagens podem enriquecer estes estudos. Um exemplo disso é a Análise do Comportamento, cuja base filosófica é o Behaviorismo Radical. Destaca-se, nesse sentido, o trabalho de Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), psicólogo norte americano, um dos pioneiros em Psicologia Experimental.

Skinner abordou a religião tangencialmente em suas obras, mas seu posicionamento a respeito dela ficou claro no quinto capítulo da sua obra: “Ciência e Comportamento Humano.” Para Skinner (1953/2003, p. 383), a religião se constitui como uma agência de controle, no sentido de ser capaz de exercer controle sobre comportamentos de pessoas que dela fazem parte. Tal condicionamento é feito por regras e condições que favorecem o alcance de objetivos por ela propostos.

Para Skinner (1969/1975, p. 280) um comportamento pode ser governado por regras ou por contingências. O governado por regras é aquele no qual o indivíduo não se expõe diretamente às contingências, mas é instruído para agir desta ou daquela maneira em função do acréscimo de algo que lhe seja favorável ou da evitação de algo que lhe seja aversivo. O comportamento de seguir regras constitui-se como uma classe de respostas que é reforçada ao longo da história de vida do indivíduo

Na Bíblia é possível encontrar diversas instruções e regras de comportamento que normatizam as relações entre os seres humanos. Um dos textos mais importantes, nesse sentido, é o dos mandamentos em Êxodo 20,1-17 e em Deuteronômio 5,1-21. No presente trabalho será utilizado como referência principal, para aplicação da abordagem aqui proposta, a versão deuteronômica do decálogo, mais especificamente do versículo 6 até o 10, por conter um tema central no conjunto das regras bíblicas: o culto a YHWH. A compreensão deste texto pode ser enriquecida através de uma abordagem que analise as exigências de conduta ali

contidas enquanto material que visa ser fundamental na aquisição de repertórios comportamentais específicos à proposta de relação com o sagrado propugnada pelo Israel Antigo.

Os mandamentos constituem-se como material fundamental de toda a lei no Antigo Testamento (SKA, 2003, p. 63). Seus conteúdos têm profunda relação com as necessidades sociais, políticas, econômicas e religiosas do Israel Antigo. De acordo com o texto de Dt 5,1, os estatutos e normas proclamadas por Moisés devem ser aprendidos e colocados em prática.

Em outras palavras, devem ser material base para aquisição de comportamentos. Colocá-los em prática significa traduzi-los em comportamento. Pode-se questionar qual o papel deles na aquisição de repertórios comportamentais. E o que é o comportamento humano? Quais os alcances e limites do uso de regras na aquisição deles? Como o comportamento controlado pelas próprias contingências pode passar a ser governado por regras contidas na Bíblia? Enfim, de que modo o conteúdo de Dt 5,6-10 pode ser relido à luz da Psicologia analítico-comportamental? Estas são questões que nortearão a realização do presente trabalho.

Este trabalho propõe levantar tese sobre a aplicabilidade dos pressupostos teóricos e metodológicos da análise do comportamento à interpretação da Bíblia, fazendo jus ao diálogo da Psicologia com a hermenêutica bíblica, que já há muito tempo tem contribuído para repensar o processo de interpretação dos textos sagrados. Assim, será demonstrado de que maneira é possível compreender a relação entre o uso de regras na aquisição de repertórios comportamentais, à luz da Análise do Comportamento aplicada ao processo de interpretação da Bíblia.

Os estudos no campo da Psicologia suscitaram novas formas de interpretar os textos bíblicos (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 2009, p. 71). A Análise do Comportamento, pode trazer inúmeras contribuições para a interpretação bíblica, no sentido de perceber processos implicados na produção da Escritura em função da aquisição de repertórios comportamentais.

Como a pesquisa está situada na fronteira entre Psicologia Analítico-comportamental e hermenêutica bíblica serão utilizadas fontes advindas das duas áreas. No tocante à Análise do Comportamento o autor principal utilizado será Skinner. Três obras suas terão destaque no presente trabalho: Ciência e

Comportamento Humano (1953), Comportamento Verbal (1957) e Contingências de Reforçamento: uma análise teórica (1969).

O texto bíblico a ser analisado, Dt 5,6-10, será abordado em seu contexto histórico-cultural e para esta análise será utilizado o método histórico-crítico. Este método ainda tem sido amplamente utilizado em pesquisas acadêmicas com textos bíblicos e demonstra boa adequabilidade ao estudo de textos antigos. O método histórico-crítico pode contribuir significativamente com a busca do sentido do texto sagrado em seu *Sitz im Leben*, isto é, em seu contexto primordial de origem, na medida em que busca e analisa criticamente fontes, processo redacional e condições históricas e culturais dos textos bíblicos.

O Behaviorismo Radical, base filosófica para a abordagem psicológica analítico-comportamental, desenvolveu-se a partir ainda da primeira metade do século XX, tendo B. F. Skinner como fundador. Seu postulado básico consiste na afirmação de que é possível fazer uma ciência do comportamento, de acordo com o modelo das ciências naturais (BAUM, 2006, p. 17).

Para essa abordagem da Psicologia, o comportamento humano é constituído a partir da interação do organismo do sujeito com o seu ambiente e este último é que seleciona os repertórios comportamentais do indivíduo (MOREIRA; MEDEIROS, 2007, p. 49). O sujeito não é puro produto do meio, mas age sobre o mesmo e é modificado por ele. Para a Análise do Comportamento, existem três fatores que determinam a seleção de comportamentos: a filogênese que se refere, sobretudo, aos aspectos biológicos da espécie, a ontogênese que é história de vida do sujeito e a cultura (BORGES; CASSAS, 2012, p. 83). As ações que alteram o ambiente foram chamadas por Skinner de “comportamentos operantes” e o mesmo propôs abordá-los pelo paradigma, por ele chamado, de tripla contingência, constituído de três aspectos: o contexto no qual o comportamento é emitido, a descrição da própria ação do sujeito e, por fim, as consequências contingentes (SKINNER, 1953/2003, p. 5). Para ele, são estas consequências que dirão se há probabilidade de a resposta ocorrer novamente no futuro ou não.

Já que a abordagem psicológica analítico-comportamental entende que o comportamento se constitui como uma interação entre organismo e ambiente, faz-se necessário destacar que, para o Behaviorismo, ambiente é tudo aquilo que é capaz

de influenciar o comportamento humano. Esse ambiente pode estar presente fora da pele (meio externo e outras pessoas) e/ou dentro da pele (como as reações neuroquímicas do corpo). A partir dessa interação, o sujeito vai adquirindo seus repertórios comportamentais e desenvolvendo padrões (BAUM, 2006, p.34).

Na Bíblia encontram-se diversas dessas regras, inclusive e abundantemente, nos textos legislativos do Israel Antigo. Esses materiais instrutivos e imperativos visam selecionar e instanciar determinadas respostas. Estudar os aspectos funcionais da linguagem e sua potencialidade para influenciar o comportamento das pessoas pode ser bastante útil para a compreensão dos textos bíblicos. Por esta perspectiva, este trabalho oportunizará que sejam refletidas sobre novas formas de enxergar a Bíblia, a saber: atentando para o ato de escrita como um comportamento que pode ser analisado pelo paradigma analítico-comportamental e o seu papel de exercer controle sobre a aquisição de repertórios comportamentais, por parte do leitor, que sejam coerentes com as regras propostas.

O “decálogo” constitui-se como uma obra norteadora e sumária da moral judaica. Esse material está centrado em comportamentos que devem ser almejados pelos que desejam serem fiéis à Lei (RENDTORFF, 2004, p. 13-14). Rer ler esses textos, entendendo-os como regras de comportamento a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Comportamento, constitui-se como principal foco do presente trabalho.

Na literatura judaica e cristã, a Bíblia assume um papel fundamental na qualidade de livro sagrado, e hoje, são diversos os métodos e abordagens para sua interpretação. De acordo com o documento “A interpretação da Bíblia na Igreja” (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 2009, p. 71-72), as abordagens psicológicas podem contribuir para uma compreensão mais profunda da Sagrada Escritura, na medida em que veem os textos como fruto da experiência concreta de vida das pessoas, assim como de suas regras de comportamento.

Por esta perspectiva, a abordagem analítico-comportamental, ainda pouco explorada no campo da hermenêutica, servirá de fundamento para uma nova forma de enxergar textos bíblicos, levando em consideração os repertórios comportamentais suscitados pelo texto.

1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO BEHAVIORISMO RADICAL

Neste primeiro capítulo, serão analisados os principais conceitos da abordagem analítico-comportamental. A compreensão desta teoria psicológica será de fundamental importância para que se entenda as propostas de utilização da mesma para o campo da hermenêutica bíblica. Nesse sentido, tal análise levará em consideração a história do behaviorismo, bem como sua proposta de fazer do comportamento humano objeto de estudo científico. Além disso, será discutida sua interpretação sobre o papel da religião no governo de comportamentos.

1.1 BREVE HISTÓRICO DA PSICOLOGIA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL

Em pouco tempo após a fundação da Psicologia com as pesquisas de Wilhelm Wundt¹, várias propostas de compreensão dessa nova ciência surgiram. O método da introspecção, que valorizava a forma como cada pessoa respondia e interpretava estimulações específicas, já não era mais considerado a principal forma de produção de conhecimento seguro. Outras propostas teóricas e metodológicas surgiam em diálogo com o campo epistemológico mais amplo da época. Correntes como o estruturalismo e o funcionalismo polarizavam os principais estudos (SCHULTZ; SCHULTZ, 2012, p. 200).

Em meio às novas problematizações sobre o objeto da Psicologia e, principalmente, sobre os métodos válidos e adequados ao campo, surgiu uma outra forma de entendê-la, o chamado “Behaviorismo Radical”. Sua proposta consiste em compreender o comportamento humano a partir do uso de uma metodologia científica utilizando os métodos das ciências naturais (FREEDREIM; WEINER, 2003, p.19)

O seu objeto de estudo fundamental é o comportamento humano. As principais bases epistemológicas para o seu desenvolvimento consistiram no

¹Wilhelm Maximilian Wundt (1832-1920) foi um psicólogo, filósofo e médico alemão que através dos seus estudos com metodologia introspectiva foi considerado o fundador da Psicologia. Seu laboratório de Psicologia no Instituto Experimental de Psicologia da Universidade de Leipzig (Alemanha) foi considerado um dos pioneiros para a criação da Psicologia científica.

positivismo, darwinismo, monismo, mecanicismo, materialismo e o contextualismo. De acordo com Schultz e Schultz (2012, p. 230), na época do surgimento do Behaviorismo, três áreas influenciaram substancialmente essa abordagem da Psicologia: a tradição filosófica objetivista e mecanicista, a psicologia animal e a psicologia funcional.

Serão analisadas, a seguir, as principais raízes epistemológicas dos behaviorismos, indicando de que forma esta abordagem foi influenciada pelas problematizações da construção do conhecimento científico no contexto do final do século XIX e início do século XX.

1.1 .1 Surgimento e desenvolvimento dos behaviorismos

A busca de uma metodologia objetiva na ciência já era encontrada em Descartes². Explicações mecanicistas para a compreensão de como funciona o corpo humano se constituíram como uma das primeiras formas de fazer ciência objetiva. Autores como Augusto Comte, fundador do Positivismo, reconheciam a validade do conhecimento objetivo (COMTE, 1978, p.7). A introspecção não era vista como uma maneira segura de construir conhecimento.

Os primeiros psicólogos a reconhecerem o comportamento humano como principal objeto da Psicologia, apesar de não citarem o positivismo em seus trabalhos, reconheciam a validade da sua metodologia. Um destes autores foi John Watson³. Esse novo tipo de Psicologia deveria excluir conceitos como consciência, mente ou alma. Para ele não era possível estudá-los, uma vez que não se adequavam a um estudo objetivo:

Eu não posso concordar... com o Sr. Thompson que existe um problema mente-corpo no Behaviorismo. É uma séria falta de compreensão da posição behaviorista dizer, como o sr. Thompson

² René Descartes 1596-1650, filósofo, médico e matemático francês, é considerado um dos fundadores da Filosofia Moderna. Em sua obra: Discurso sobre o Método (1637) apresenta princípios fundamentais sobre a produção de conhecimento seguro mediante o uso da experimentação.

³John Broadus Watson (1878-1958). Trata-se do fundador de uma das principais vertentes do Behaviorismo. Ele lança as bases da aplicação do método das Ciências Naturais ao estudo do comportamento humano e animal. Em seus trabalhos sofreu influência principalmente dos estudos de Pavlov, Thorndike e Loeb relacionados aos animais, da tradição filosófica do mecanicismo e do objetivismo de Descartes, do Positivismo e da Psicologia Funcional.

diz – “E é claro que o behaviorista não nega que estados mentais existem. Ele meramente prefere ignorá-los.” Ele os ‘ignora’, no mesmo sentido que a química ignora a alquimia, a astronomia o horóscopo, e a psicologia a telepatia e manifestações psíquicas. O behaviorista não se interessa por eles porque, na medida em que a correntez de sua ciência se amplia e aprofunda, esses antigos conceitos são sugados por ela, para nunca mais reaparecerem. (1920, p.94).

A psicologia animal também esteve na base do surgimento do Behaviorismo. Inicialmente, os pesquisadores da área procuravam demonstrar a existência da mente nos animais. Assim, enxergavam que havia continuidade entre a mente animal e a humana.

As pesquisas com animais ganharam força no final do século XIX e início do século XX. Um dos mais renomados precursores do Behaviorismo foi o russo Ivan Petrovich Pavlov. Seus estudos contribuíram para o desenvolvimento de um método de estudo e controle para modificação do comportamento. Pavlov trabalhava com os chamados reflexos condicionados. Um dos seus principais trabalhos foi com cães. Ao tentar perceber a função da saliva, identificou que a mesma era secretada antes mesmo do animal receber a comida. Os experimentos com os cães fizeram com que ele observasse que estes chegavam a salivar concomitantemente à apresentação prévia de algum estímulo, como passos do homem que geralmente os alimentava. Essa reação foi emparelhada com a apresentação do alimento. De forma que, em situações posteriores, a apresentação do estímulo condicionado já era suficiente para o cão salivar (SCHULTZ; SCHULTZ, 2012, p. 244). A salivação em si era vista como um processo natural, inato. Contudo, este reflexo inato poderia ser eliciado por um estímulo condicionado, o que acarretaria aprendizagem. As pesquisas de Pavlov contribuíram substancialmente para o surgimento do Behaviorismo.

Outro antecedente muito importante para o surgimento da Psicologia Comportamental foi a Psicologia Funcional. Os funcionalistas davam ênfase à objetividade e demonstravam insatisfação em relação à introspecção. Em seus trabalhos, colocaram o comportamento como principal objeto de estudo. Entendia-se o comportamento a partir de sua função no conjunto das relações ambientais que mantinha (SCHULTZ; SCHULTZ, 2012, p. 179).

Uma das principais características do funcionalismo era a rejeição ao método introspectivo como forma de fazer ciência e, assim, a busca por uma

metodologia científica, como a ciência física proporcionava. Assim afirma Cattell (1904/2010, p. 179-180): “Não vejo razão para que a aplicação do conhecimento sistematizado no controle da natureza humana não possa, no curso do presente século, alcançar resultados proporcionais às aplicações, no século XIX, da ciência física ao mundo material. ”

O Behaviorismo surgiu oficialmente com John Watson. Apesar de não se considerar fundador, Watson reconhecia seu próprio esforço de reunir os principais conceitos e metodologias objetivas na Psicologia.

Ele nasceu em Greenville, na Carolina do Sul, e viveu entre 1878 e 1958. Atuou como professor na University of Chicago até 1908. Suas pesquisas, inicialmente, concentraram-se sobre o processo de maturação psicológica e neurológica do rato branco.

Em relação aos seus trabalhos com animais afirmava:

Nunca quis usar seres humanos nas minhas pesquisas. Detestava servir de cobaia. Não gostava daquela parafernália de instruções artificiais dadas às pessoas. Sempre me sentia incomodado e não agia com naturalidade. Com os animais, no entanto, sentia-me em casa. Percebia que, observando-os, conseguia me manter próximo da biologia e com os pés no chão. Aos poucos, a ideia se concretizava: Será que as minhas descobertas observando o comportamento dos animais não são iguais às dos demais alunos que observam os seres humanos? (WATSON, 1936, p. 276).

Em 1913, foi publicado por Watson o livro fundador do behaviorismo, intitulado “Psicologia: como os behavioristas a vêem”, no qual lançou as principais bases dessa nova forma de fazer Psicologia. Watson insistia na ideia de que a Psicologia deveria se limitar ao método das ciências naturais. Dessa forma, as pesquisas deveriam se limitar ao observável. Somente deveriam ser utilizados métodos rígidos de investigação. Inicialmente, Watson se limitou a estudar o comportamento em seus aspectos motores e fisiológicos ao estudar os movimentos musculares e as secreções glandulares.

Para analisar essas respostas, Watson rejeitava métodos subjetivos como a introspecção. Procurava aproximar a Psicologia das ciências naturais e, para tanto, buscava neutralidade e formulação de leis gerais do comportamento. Watson reconhecia, inicialmente, o papel dos instintos no comportamento. Todavia, a partir de 1925, passou a rejeitar o conceito de instinto passando a considerar que os

comportamentos tidos como instintivos são condicionados socialmente (SCHULTZ; SCHULTZ, 2012, p. 267).

Dessa forma, rejeitava concepções inatistas recorrentes em sua época. Crianças não nasciam com propensão ao atletismo ou à música, mas eram condicionadas a isso pelos responsáveis por sua criação. Através do incentivo e do reforço dos seus comportamentos. Segundo ele, influências ambientais eram muito mais importantes do que traços inatos.

A naturalização dos comportamentos favorecia a concepção de que estes não poderiam ser modificados. Contudo, para Watson, o comportamento depende da aprendizagem. E esta, por sua vez, é favorecida pelas condições ambientais às quais o sujeito está submetido. Para ele, as emoções consistiam em respostas fisiológicas a estímulos específicos. As respostas de medo, por exemplo (sudorese, taquicardia, etc.), são consideradas reações naturais a objetos ou situações potencialmente ameaçadoras (SCHULTZ; SCHULTZ, 2012, p. 269).

Investigou também as respostas emocionais nos bebês. Identificou três padrões básicos de respostas emocionais: o medo, a raiva e o afeto. Todos provocados pela relação do sujeito com seu ambiente. Acreditava tanto no poder de modelação que o ambiente exerce sobre o sujeito, que chegou a afirmar:

Deixe sobre a minha responsabilidade uns 10 bebês saudáveis e bem formados, e a um mundo especificado por mim para criá-los, e garanto escolher algum aleatoriamente e treiná-lo para tornar-se especialista de qualquer área seja um médico, um advogado, um empresário e até mesmo um mendigo ou um bandido, independentemente do talento da propensão da tendência da habilidade da vocação e da raça de seus ancestrais (WATSON, 1930, p. 104).

A partir de 1920, a Psicologia se popularizou nos Estados Unidos. As ideias Behavioristas entusiasmavam as pessoas, oportunizando que alimentassem a ideia de que ela seria o caminho para a saúde, a felicidade e a prosperidade.

1.1.2 O Behaviorismo Radical

Dentre as diversas formas de Behaviorismo que foram surgindo ao longo do século XX, a proposta de Frederic Buhrrus Skinner (1904-1990) foi uma das mais influentes.

Principalmente, ao longo da década de 1950, Skinner tornou-se um grande personagem da Psicologia norte-americana. Nasceu em Susquehanna (Pensilvânia). O pensamento skinneriano traz relações diretas com suas experiências de vida. Para ele, suas experiências e conhecimento estavam diretamente relacionados com os estímulos ambientais aos quais teve acesso. Quando criança gostava de construir coisas, como trenós, carrinhos, jangadas, limpador de sapatos, instrumentos musicais, etc. Também tinha grande interesse no estudo do comportamento dos animais; criava tartarugas, cobras, lagartos, etc. (SCHULTZ; SCHULTZ, 2012, p. 294).

Na sua criação, o controle social dos seus pais era bastante forte. A forma como foi criado fez com que fosse muito sensível à aprovação social. A mãe dele, costumeiramente, chamava sua atenção remetendo-se ao que as outras pessoas poderiam pensar sobre seu comportamento. Mesmo tendo sido criado em um ambiente de tradição protestante, a religião não foi uma experiência forte em seu desenvolvimento.

Depois que Skinner se formou no colegial, inclusive sendo considerado um dos melhores de sua turma, mudou-se para Nova York e estudou Direito. Em sua carreira acadêmica também estudou Literatura Inglesa, bem como Anatomia e Embriologia. Teve recomendações de professores para que lesse obras como as de Jacques Loeb: *Fisiologia do cérebro e Psicologia comparativa* (1912) e *O organismo como um todo* (1916).

Em 1928, quando Skinner tinha penas 24 anos, fez pós-graduação em Psicologia na Universidade de Harvard. O contato inicial dele com o Departamento de Psicologia foi uma experiência frustrante, uma vez que concepções mentalistas ainda dominavam. Foi no departamento de fisiologia que encontrou maiores chances de desenvolver pesquisas de seu interesse, como a comprovação empírica do

conceito de reflexo condicionado, o que fez junto com Willian Crozier, que era discípulo de Jacques Loeb.

Outra pessoa bastante importante na trajetória dele foi o seu amigo Fred Keller, principalmente no que se refere ao desenvolvimento da Análise do Comportamento como ciência. Ele estava dividido em seus estudos entre a Fisiologia e a Psicologia. O início da produção científica de Skinner se deu quando ele ganhou uma bolsa chamada: Júnior Fellowship da Harvard Society of Fellows. Com maior liberdade científica, pode realizar diversas pesquisas experimentais com animais os quais corroboravam o conceito de comportamento reflexo.

De acordo com MacLeod (1959, p. 34), Skinner representa uma renovação no Behaviorismo de Watson. “O espírito de Watson é indestrutível. Límpido e purificado, ele respira por meio dos trabalhos de B. F. Skinner.” Ao observar o comportamento animal, Skinner buscava explicações para o mesmo a partir de estímulos ambientais, isto é, variáveis externas que controlam o comportamento. O fato dos animais utilizados nas pesquisas laboratoriais da época apresentarem uma grande variabilidade comportamental fazia com que muitos pensassem que não havia fatores determinantes para eles. Entretanto, Skinner insistia em sua tese de que eles eram determinados por variáveis externas. Para ele, havia regularidades entre estímulos e respostas.

No ano de 1937, publicou um artigo no qual lançou as bases do desenvolvimento de um dos conceitos centrais em sua teoria: o comportamento operante. Nesse sentido, assim afirma Sérgio (1990, p. 364):

A caminhar com o conceito de reflexo até o comportamento operante, [Skinner] parece ir, gradativamente, introduzindo a propriedade de sensibilidade, pelo menos é assim que se entende a possibilidade aberta pela concepção de estímulo reforçador, cujo efeito retroage sobre o organismo ou classe de respostas. A resposta se torna efeito de uma causa não presente, que só pode atuar se se assumir que a matéria é reflexiva – reflete, concretiza os traços de sua história.

Sua obra *The Behavior of Organisms*, lançada em 1938, apresenta aspectos básicos de sua teoria. Na época, a obra recebeu muitas críticas e vendeu apenas 80 cópias em 4 anos. Somente 50 anos depois foi classificada como “um dentre alguns livros que mudaram a face da Psicologia Moderna.” (Thompson, 1988, p. 397). De

acordo com Schultz e Schultz (2012, p. 295), o que levou este livro a ser um grande sucesso foi a sua utilidade para a área clínica da Psicologia e para a educação.

Ao longo da década de 40, Skinner desenvolveu estudos que ampliavam a aplicação dos seus conceitos das atividades laboratoriais à experiência em sociedade. Dessa forma, por ser também um grande especialista em literatura, resolveu escrever um romance no qual seria possível descrever a vida em sociedade levando em consideração suas descobertas experimentais. Assim, publicou em 1948 o livro: *“Walden II”* (SCHULTZ; SCHULTZ, 2012, p. 293).

O livro é um romance que descreve uma sociedade em que os comportamentos humanos seriam planejados estrategicamente por cientistas. Os atos humanos deveriam ser melhor conduzidos a partir do conhecimento sobre o funcionamento do comportamento, no objetivo de criar um ambiente social onde as pessoas tenham uma vida melhor. O livro descreve de forma paradigmática uma sociedade administrada.

Todavia, o livro básico da proposta behaviorista de Skinner foi *“Science and Human Behavior”*, publicado em 1953. Além de ter sido fruto dos estudos experimentais de Skinner, o livro também foi resultado de sua experiência docente em Harvard iniciada em 1948. Seu curso de comportamento humano nesta instituição tinha o objetivo de realizar uma revisão crítica acerca de teorias que versavam sobre o desenvolvimento humano, apresentando uma ciência do comportamento como única forma de explicação legítima (SKINNER, 1953/2003, p. 15).

A partir década de 50, e ao longo dos 15 anos seguintes, Skinner se dedicou ao estudo da aprendizagem humana. Nesse sentido, desenvolveu o conceito de “comportamento operante”. Em contrapartida às concepções watsonianas acerca do que determina os atos humanos (neste caso, o ambiente) numa relação *estímulo-resposta*, Skinner afirmava que existe, na verdade, uma interação entre os estímulos ambientais e o comportamento, porém são as consequências deste que dirão se ele terá probabilidade aumentada ou diminuída de ocorrência no futuro (SCHULTZ; SCHULTZ, 2012, p. 298).

O desenvolvimento do conceito de comportamento operante fez parte dos resultados dos estudos experimentais dele. Utilizava animais, como pombos,

colocados numa “caixa problema”, depois chamada de “caixa de Skinner”, onde, privados de água e comida, eram desafiados a tocar numa barra para ter à sua disposição o que comer ou beber.

Skinner observou que, inicialmente, o comportamento do sujeito experimental variava e não mantinha uma direção definida à realização de um objetivo. Trata-se de um repertório de “linha de base”, isto é, não havia ainda um aprendizado específico. No contexto das variações comportamentais, aleatoriamente, o sujeito experimental tocava numa barra que havia dentro da caixa e, com isso, conseguia ter à sua disposição ou pouco de comida ou água. A disposição de bebida ou comida era um estímulo reforçador para que o animal repetisse aquela ação, que logo ia se tornando cada vez mais estereotipada na medida em que era reforçado, isto é, obtinha uma consequência que lhe era agradável (SCHULTZ; SCHULTZ, 2012, p. 298-299).

O fato dos sujeitos experimentais terem sido privados de alimento ou bebida tornava-os ainda mais sensíveis ao reforço, aumentando a probabilidade de engajamento com comportamentos que lhes proporcionassem a satisfação. A relação entre um comportamento específico e um estímulo ambiental em determinadas condições, recebeu o nome de “contigência” (SKINNER, 1969/1975, p.7-8).

As contingências eram o sistema pelo qual o comportamento operante deveria ser analisado. Jamais a ação humana poderia ser separada de seu contexto, isto é, das condições ambientais que lhe favoreceram.

Em 1969, Skinner escreveu o livro: “*Contingências de reforço: uma análise teórica*”. A partir de seus estudos experimentais, sistematizou como era possível, através da análise de contingências, fazer um melhor planejamento da cultura, discutindo desde a relação estímulo-resposta até as variáveis que controlam o comportamento. Na obra, Skinner apresenta os princípios de uma análise experimental do comportamento desde as variáveis dependentes e independentes até o esboço de uma tecnologia do comportamento.

Além disso, discute os chamados níveis de “seleção pelas consequências”, que são os principais fatores que estão na base do agir humano, a saber: a filogênese, isto é, as condições biológicas típicas daquela espécie animal; a

ontogênese, ou seja, a história de vida do sujeito em seu conjunto de interações; e a cultura que se constitui como o quadro mais amplo das convenções morais, econômicas e sócio-políticas.

O Behaviorismo de Skinner também foi alvo de diversas críticas. Estas se centravam, sobretudo, em seu extremo positivismo e oposição à adoção de um método indutivo, que seus críticos afirmavam ser impossível deixar de lado no estudo da psicologia humana (SCHULTZ; SCHULTZ, 2012, p. 304).

Em contrapartida, seus defensores apontam que o próprio planejamento de um experimento já é uma forma de teorização, bem como a aplicação de princípios básicos de comportamento e a reflexão sobre eles.

Skinner se posicionou também a respeito de questões de ordem econômica, social, política e religiosa. No ano de 1986, produziu um artigo com o título: *“What is Wrong with Life in the Western World?”* (O que há de errado com a vida no mundo ocidental?). Assim afirmava que o comportamento humano ocidental se enfraquecera, mas pode ser fortalecido com a aplicação dos princípios derivados da análise experimental do comportamento.

Este artigo de Skinner é utilizado como uma das referências para demonstrar sua preocupação com questões de ordem teórica, na medida em que propunha soluções aos problemas humanos complexos saindo dos limites dos estudos do comportamento observável e apresentando um esquema de reestruturação da sociedade.

Uma das grandes reações ao Behaviorismo skinneriano veio do linguista Noam Chomsky⁴ a respeito do conceito de comportamento verbal e de como este se desenvolve. Skinner dedicou uma obra inteira sobre esse tipo de comportamento que é presente apenas no ser humano. Afirmava que o desenvolvimento da linguagem se dá pela estimulação das pessoas que já dominavam a língua em relação aos que estavam aprendendo. Utilizou os princípios da modelagem para explicar a aquisição da linguagem.

A modelagem é um processo de reforçamento no qual, após o estabelecimento de um comportamento alvo, todas as respostas que se aproximam

⁴Noam Chomsky é um linguista e cientista cognitivo, nascido em 1928, considerado o pai da linguística moderna.

do modelo desejado devem ser fortalecidas por algum estímulo reforçador. Aplicando este conceito ao desenvolvimento da linguagem, Skinner afirmava que a interação com um adulto que sorri ao ouvir um bebê dizer “mamama” e o estimula a dizer “mamãe” sucessivas vezes acompanhadas de sua expressão feliz, constitui-se como o princípio básico do desenvolvimento da fala (MOREIRA; MEDEIROS, 2007, p. 62).

Alguns críticos eram insistentes em afirmar que determinados comportamentos eram inatos e tinham precedência em relação aos aprendidos. Para Chomsky (1952/1972, p. 30), por exemplo, a aprendizagem de uma língua não acontece em função do reforço por seu uso ou correta pronúncia. Os bebês, por exemplo, dominam regras gramaticais necessárias para produzir frases, entretanto, a potencialidade para a construção de tais regras é inata e não adquirida.

Mesmo tendo sido alvo de diversas críticas, o Behaviorismo skinneriano foi um grande marco na Psicologia a partir da década de 1950. Segundo Schultz e Schultz (2012, p. 305), a Psicologia americana foi muito mais influenciada pelo seu trabalho do que pelo de qualquer outro psicólogo. Em 1958, recebeu da Associação Psiquiátrica Americana (APA) o prêmio de destaque pela contribuição científica (*Distinguished Scientific Contribution Award*), sob as palavras: “poucos psicólogos americanos exerceram tamanho impacto no desenvolvimento da Psicologia e nos jovens promissores psicólogos”.

Também recebeu a *National Medal of Science* (medalha nacional da ciência), que era a mais alta honraria que o governo americano poderia conceder a alguém que contribuiu com a ciência.

Apesar de ele utilizar princípios mecanicistas em sua teoria, sua preocupação central era com questões de ordem humanista. Skinner pensava na sociedade do futuro em que as pessoas poderiam viver a partir de uma melhor estruturação e planejamento, na medida em que se tornassem capazes de lidar com a tecnologia do comportamento.

Após a apresentação de um breve histórico do surgimento e desenvolvimento dos behaviorismos, será analisado o conjunto dos principais conceitos referentes ao comportamento humano a partir dos estudos de Skinner.

1.2 PROPOSIÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DO BEHAVIORISMO RADICAL

Conforme visto anteriormente, a preocupação fundamental de Skinner não foi com a construção de um conhecimento especulativo e absolutamente teórico em relação ao comportamento, mas sim explicações baseadas em um modelo experimental de análise. Sua teoria foi baseada em estudos experimentais realizados em laboratório, sem deixar de lado a tradição filosófica que lhe deu base para leitura e processamento dos dados experimentais.

No conjunto da diversidade de tendências dos behaviorismos, o skinneriano foi chamado de “Radical”, palavra derivada de “raiz”. Esse termo é entendido, muitas vezes, como sinônimo de extremismo, inflexibilidade, rigorismo, etc. Na verdade, o termo “Radical” aqui faz referência ao objeto de estudo proposto por esta filosofia da ciência, isto é, o comportamento humano. Nesta perspectiva, assim afirma Kohlenberg e Tsai (2001, p. 3): “o behaviorismo é uma teoria rica e profunda, que procura chegar às raízes do comportamento humano”.

Skinner sofreu influência, principalmente entre 1930 e 1938, das metodologias propostas pelas ciências físicas. Chegou a afirmar: “A Psicologia, e somente ela entre as ciências biológicas e sociais, atravessou uma revolução em muitos aspectos comparável àquela que está tendo lugar na física. Esta era, é claro, o Behaviorismo.” (SKINNER, 1945/1984, p. 551).

As ciências físicas, na época, utilizavam o modelo mecanicista para produção de conhecimento. Esse modelo enfatiza a materialidade do mundo. Skinner propôs que o objeto da Psicologia não deveria ser, como era presente nesta área, entidades abstratas como “mente”, “inconsciente”, “subjetividade” ou “psique”, mas sim o comportamento humano. É com esta perspectiva que o termo “Radical” se aplica. Sua origem etimológica está no latim: *radix* que significa raiz, ou seja, aquilo que é básico e essencial.

O mentalismo consistia numa prática de explicar os comportamentos humanos baseando-se em conceitos puramente abstratos, chamados, muitas vezes

de “ficções explanatórias”, indicando que são vistas como supostas explicações, mas que, na verdade, não têm validade científica (BAUM, 2006, p. 53).

Um outro nome que é bastante utilizado nesta corrente da Psicologia é a expressão “Análise do comportamento”. Enquanto o Behaviorismo Radical é a base filosófica da proposta skinneriana, Análise do Comportamento é o termo que se refere à aplicabilidade teórica e metodológica desta corrente à Psicologia.

1.2.1 Ciência e comportamento humano

O objeto de estudo do Behaviorismo Radical é o comportamento humano. Numa das obras clássicas de Skinner que foi publicada em 1938, intitulada “*The Behavior of Organisms*”, é apresentada uma definição deste objeto onde o autor considera que o comportamento é ação do organismo na sua interação com o ambiente. (SKINNER, 1938, p. 6).

Nessa direção, o autor considera que o comportamento é parte integrante de organismos íntegros que interagem com o ambiente. Trata-se da ação do sujeito sobre o meio. Esta ação é também reflexiva, na medida em que suas consequências se voltam também para o sujeito. Ele não age de forma autômata. Por isso, Skinner continua dizendo que o comportamento é aquela parte do funcionamento de um organismo envolvido em agir sobre, ou em interação com o mundo externo. E finaliza dizendo:

Por comportamento, então, eu me refiro simplesmente ao movimento de um organismo ou de suas partes, num quadro de referência fornecido pelo organismo ele próprio, ou por vários objetos ou campo de forças externos. É conveniente falar disto como a ação do organismo sobre o mundo externo, e é frequentemente desejável lidar com um efeito mais do que com o movimento em si mesmo (SKINNER, 1938, p. 6).

Nesta perspectiva, o comportamento é parte do funcionamento do organismo. É ação sobre o meio que provoca consequências. Na concepção skinneriana, faz parte do processo de adaptação do sujeito ao ambiente. Na ótica behaviorista, o ambiente se constitui como o conjunto de condições ou circunstâncias que afetam diretamente o comportamento. Não importa se tais

condições estão dentro ou fora da pele. No caso de ser dentro da pele, pode-se citar, como exemplo, as reações neuroquímicas do corpo frente a estímulos específicos.

A relação do comportamento com o ambiente é de interação. O comportamento só pode ser estudado efetivamente na sua relação com o ambiente. O comportamento é uma maneira interativa de ser. De modo que não se pode falar em comportamento sem interação.

O Darwinismo exerceu uma grande influência no entendimento do papel do ambiente na seleção dos comportamentos. Darwin trabalhava com o conceito de “seleção natural”, partia do princípio de que o ambiente selecionava os seres mais adaptados à sobrevivência naquele espaço. Aqueles organismos que não atendiam às condições mínimas de vida naquela situação estavam destinados à extinção.

Para o Behaviorismo, este também é o papel do ambiente, o de selecionar. Neste caso, especificamente, não apenas os seres mais adaptados, mas os comportamentos que melhor se adequam aos requisitos daquele contexto.

Skinner reconhecia duas principais categorias de comportamentos: os chamados reflexos e os operantes. Os primeiros são eliciados, sobretudo, pelos seus antecedentes e os segundos são selecionados pelas consequências que produzem.

No âmbito da ação reflexa, pode-se dizer que há maior previsibilidade de ocorrência de uma determinada resposta, pois são ações determinadas pela própria condição instintiva do organismo. Assim, quando um raio de luz incide sobre o olho de uma pessoa, a pupila se contrai. Há uma maior secreção de saliva quando se está diante de certos alimentos. Assim também quando se chora ao cortar cebolas ou mesmo quando alguém bate levemente com um martelo abaixo do joelho e a perna se contrai. Todas estas respostas do organismo são reflexas e dependem diretamente de um estímulo que é anterior à resposta.

Um dos grandes estudiosos do comportamento reflexo foi Pavlov. Este afirmava que tais comportamentos poderiam ser condicionados, isto é, aprendidos a partir de um processo de emparelhamento, onde a apresentação de um alimento, por exemplo, era antecedida por um sinal como um som (estímulo incondicionado) e

a associação deste som com o alimento, por si mesmo, poderia ser capaz de estimular a salivação após sucessivos emparelhamentos.

Apesar de Skinner reconhecer a existência e a importância dos comportamentos reflexos, deu muito mais atenção aos chamados “comportamentos operantes”. Este recebe tal nome por operar no ambiente do organismo. O cão, por exemplo, que foi treinado no laboratório de Pavlov apenas reagia a um estímulo que lhe era apresentado, ou seja, emitia apenas um comportamento reflexo, já que não era capaz de atuar por si mesmo para assegurar o estímulo.

Em contrapartida, o comportamento dos ratos na “caixa problema” era considerado um operante, pois ele tentava, ao pressionar a barra, garantir que o estímulo comida lhe fosse apresentado. A partir de tais estudos experimentais, Skinner enfatizou a chamada “Lei da aquisição”, que consiste na percepção de que a força de um comportamento operante aumenta quando, em seguida, recebe um estímulo reforçador.

Por este viés, Skinner diz:

Os reflexos, condicionados ou não, referem-se principalmente à fisiologia interna do organismo. Muitas vezes estamos mais interessados, entretanto, no comportamento que produz algum efeito no mundo ao redor. Este comportamento origina a maioria dos problemas práticos nos assuntos humanos e é também de um interesse teórico especial por suas características singulares. As consequências de um comportamento podem retroagir sobre o organismo. Quando isto acontece, podem alterar a probabilidade de o comportamento ocorrer novamente. A língua portuguesa contém muitas palavras, tais como “recompensa” e “punição”, que se referem a este efeito, mas só através da análise experimental será possível formar uma noção mais clara (SKINNER, 1953/2003, p. 64-65).

É notório que Skinner adotava o “modelo de seleção pelas consequências” para explicar a manutenção ou extinção de um comportamento. Tal modelo, fundamentado no darwinismo, sinaliza para o ambientalismo skinneriano. Tanto a adaptação das espécies quanto o comportamento individual passaram a ser referidos a um mecanismo causal cuja ênfase está nas consequências e na sobrevivência.

Em rejeição ao mentalismo, o Behaviorismo Radical define o comportamento como seu objeto, conforme visto. Contudo, Skinner não reduzia o comportamento apenas àquilo que era observável.

Para o Behaviorismo Radical, interessa o estudo tanto do comportamento público quanto do privado. A maior diferença entre eles é a quantidade de pessoas que têm acesso aos mesmos. O comportamento público é aquele que é observável por outras pessoas além daquela que se comporta, enquanto que o privado somente quem se comporta tem acesso (BAUM, 2006, p. 50).

Enquadra-se no conjunto dos comportamentos privados as emoções, os pensamentos, bem como os sentimentos, entre outros. Estes podem ser expressos através da fala, dos gestos ou não serem expressos, permanecendo assim privados. Em termos práticos, para um behaviorista o público e o privado têm o mesmo valor e podem também ter funções diversas.

Para Skinner, os eventos privados são considerados naturais. Os pensamentos, por exemplo, são considerados como ações que afetam outros comportamentos, mas não são vistos como causas (BAUM, 2006, p. 63).

O modelo de seleção pelas consequências também tem sua importância na obra de Skinner por permitir a separação dele do mecanicismo, pois a causalidade deixa de ser descrita em termos mecanicistas e passa para uma causa específica que deve ser encontrada na interação com o ambiente.

1.2.2 O papel das consequências do comportamento

Um dos mais importantes conceitos de Skinner é o de “comportamento operante”, isto é, aquele que produz consequências e estas, por sua vez, influenciam-no diretamente. Para a formulação deste conceito, Skinner parte do princípio de que somos sensíveis às consequências de nossas ações. Dessa forma, a depender do que ocorra após a emissão de uma resposta, esta terá probabilidade aumentada ou diminuída de ocorrência futura (MOREIRA; MEDEIROS, 2007, p. 49).

Esta relação entre a resposta e a consequência é funcional. O comportamento será tido como operante se ele opera sobre o meio, continuando a ser emitido sempre em função de uma consequência. Os comportamentos mantidos poderão estar ou não adaptados às exigências morais da sociedade.

De acordo com Skinner (1953/2003, p. 90), o comportamento operante segue a “Lei do Efeito”. Esta não é uma teoria, mas se caracteriza como uma regra para fortalecer o comportamento. Tem-se que um determinado estímulo pode ser reforçador na medida em que o organismo acha aquela consequência “satisfatória”, “agradável”. Skinner explica que estes termos fazem referência a um certo efeito sobre o organismo.

Uma consequência também poder considerada reforçadora ao reduzir um estado de privação. Todavia, a privação não pode ser confundida com o reforço, já que ela tem a função de aumentar a magnitude deste. Assim sendo, uma pessoa que está privada, há um certo tempo, de um alimento que gosta terá muito mais satisfação ao prová-lo depois deste período de latência. Entende-se, portanto, que a privação pode ser considerada uma “operação motivadora” ou “operação estabelecadora” para que o reforço tenha maior ou menor grau de efetividade quanto à probabilidade de que aquele comportamento ocorra novamente.

A relação organismo-ambiente é interpretada pelo modelo de seleção pelas consequências. Este conceito behaviorista afirma que os repertórios comportamentais são fruto de três histórias: a filogenética, a ontogenética e a cultural (BANACO, 2001, p. 116).

No âmbito da filogênese estão as características da espécie. A emissão de um comportamento está estreitamente ligada às condições fisiológicas e anatômico-funcionais de um organismo. Estas características biológicas impõem limites ao sujeito. O ato de andar, correr, chorar, etc. são possíveis, primeiramente, porque fazem parte das capacidades executivas da espécie. A sensibilidade ao reforço também mantém relação direta com as condições organísmicas. Por produzir efeitos no corpo aquela ação pode ter probabilidade aumentada de ocorrência futura. Estas reações podem ser, por exemplo, a liberação de neurotransmissores responsáveis pela sensação de prazer e bem-estar, como a serotonina, ou mesmo de alívio da dor, como a endorfina.

A ontogênese é a história de vida do sujeito. A história de reforçamentos pelas quais o sujeito passa está na base de muitos de seus repertórios. A pessoa pode ter desenvolvido um determinado comportamento porque, em certas condições, todas as vezes que agia de um modo, obtinha como consequência algo

que lhe era agradável. Dessa forma, seus comportamentos foram sendo modelados de tal forma que seus repertórios atuais são fruto deste conjunto de interações.

A cultura é o que oferece o quadro mais amplo das possibilidades de reforçamento. Fatores culturais como as regras sociais estabelecidas, os padrões econômicos, os valores, a organização material da sociedade, etc. são fatores que exercem relação direta com o tipo de reforço e a sua efetividade.

As consequências do responder podem ser classificadas também como naturais ou arbitrarias (MOREIRA; MEDEIROS, 2007, p. 53). Quando uma consequência reforçadora é produto direto do próprio comportamento, tem-se que ela é natural. Por outro lado, quando esta consequência é apenas um produto indireto, então, trata-se de um reforçador arbitrário.

Como exemplo, pode-se citar o caso de uma pessoa que está aprendendo a tocar violão sozinha em seu quarto. O próprio ato de tocar e cantar, e assim, experienciar aquela canção será um reforçador natural. Isto porque o som produzido é consequência direta do comportamento de quem está aprendendo. Em contrapartida, se depois de ter aprendido a tocar, a pessoa passa a ganhar algum dinheiro ao tocar em determinado lugar, o dinheiro se constitui, neste caso, como um reforçador arbitrário já que foi associado ao ato de tocar de forma indireta, ou seja, tocar não produz dinheiro, mas as músicas produzidas podem render dinheiro ao sujeito.

Dentre outros efeitos que o reforço de um comportamento pode produzir, pode-se citar a diminuição da frequência de outros comportamentos diferentes daquele reforçado. Como a consequência reforçadora do responder promove engajamento do sujeito com este ou aquele repertório, tal experiência, naturalmente, faz com que o indivíduo deixe de emitir, pelo menos naquele momento, outros comportamentos. É o caso da pessoa que ao falar e está sendo reforçada pela atenção de alguém continue falando, e assim, não se engaje com outras atividades como sair daquele ambiente, comer, ouvir outra pessoa, etc.

Ao estudar a relação entre o comportamento e suas consequências, Skinner fomentou o desenvolvimento de um modelo de aprendizagem chamado de condicionamento operante. Trata-se de uma situação de aprendizagem na qual os comportamentos emitidos são determinados por suas consequências.

Outro conceito de fundamental importância sobre a manutenção de repertórios comportamentais em função das consequências é o “esquema de reforçamento” (MOREIRA; MEDEIROS, 2007, p. 117). Refere-se à contiguidade do estímulo reforçador. Nesse sentido, se o estímulo reforçador for sempre emitido logo após a resposta, o esquema de reforçamento é classificado como contínuo. Caso só esteja presente algumas vezes após o comportamento, será chamado de intermitente.

O reforçamento intermitente poderá se dar, por razão fixa ou razão variável, dentro outros esquemas. Caso seja apresentado um reforçador após uma quantidade específica de vezes que o sujeito se comporta de uma determinada maneira, chamar-se-á de reforçamento intermitente por razão fixa, ou no caso de uma emissão de comportamentos numa quantidade aleatória para se receber o reforço classifica-se como razão variável (MOREIRA; MEDEIROS, 2007, p. 119-120).

O Behaviorismo classifica também o reforço como positivo ou negativo. Quando um comportamento é mantido pelo acréscimo de algo satisfatório, este estímulo consequencial é chamado de reforçador positivo, palavra que se refere ao acréscimo de algo ao sujeito que se comporta desta ou daquela maneira. Por outro lado, quando o agir está sendo mantido pela retirada de algo aversivo, tem-se um reforçamento negativo (MOREIRA; MEDEIROS, 2007, p. 70-71).

Um elogio poder ser considerado como um reforçador positivo já que palavras de afeto agradável são acrescentadas ao ambiente do sujeito. Enquanto o comportamento de tomar um remédio para aliviar uma dor de cabeça pode ser considerado um comportamento mantido por reforçador negativo, já que o que o fortalece é a retirada da dor, um estímulo aversivo.

As consequências de um comportamento também podem ser aversivas ao sujeito. Dessa forma, passa por este tipo de aprendizagem o chamado: “controle aversivo”.

De acordo com Skinner (1983, p. 24), “quase todos os seres vivos agem buscando livrar-se de contatos prejudiciais...” Provavelmente, esse tipo de comportamento desenvolve-se devido ao seu valor de sobrevivência. Quando as

consequências de um comportamento são desagradáveis ao sujeito, este tem probabilidade diminuída de ocorrência.

A punição inibe a ação do indivíduo. Assim como o reforço, ela também pode ser classificada como positiva ou negativa. Se algo, considerado desagradável à pessoa, for acrescentado após a emissão da resposta, tem-se uma punição positiva. Caso, para a inibição de um determinado comportamento, seja retirado algo que é agradável ao sujeito, tem-se a punição negativa.

Utiliza-se a expressão “controle aversivo” para denotar que o indivíduo se comporte para que algo não aconteça, ou seja, para que um determinado estímulo do ambiente seja subtraído ou que nem mesmo aconteça.

De acordo com Moreira e Medeiros (2007, p. 64), o estímulo aversivo é um conceito relacional, isto é, envolve relações entre eventos e também é funcional. Sob esta perspectiva, não existem estímulos aversivos que assim serão para todas as pessoas. O poder aversivo será sempre relativo a condições específicas e ao próprio sujeito. Uma música de um determinado cantor poderá ser reforçadora para algumas pessoas, mas punitivas para outras.

Por esta lógica assim se expressa Skinner:

A punição destina-se a eliminar comportamentos inadequados, ameaçadores, ou por outro lado, indesejáveis de um dado repertório, com base no princípio de que quem é punido apresenta menor possibilidade de repetir seu comportamento. Infelizmente o problema não é tão simples como parece. A recompensa (reforço) e a punição não diferem unicamente com relação aos efeitos que produzem. Uma criança castigada de modo severo por brincadeiras sexuais não ficará necessariamente desestimulada de continuar, da mesma forma que um homem preso por assalto violento não terá necessariamente diminuída sua tendência à violência. Comportamentos sujeitos a punições tendem a se repetir assim que as contingências punitivas forem removidas (1983, p. 50).

Skinner criticava procedimentos educacionais que estavam centrados no uso da punição. Quais os motivos pelos quais ainda se pune tanto? De acordo com Moreira e Medeiros (2007, p. 79), primeiro porque ao punir alguém para suprimir um comportamento, o agente da punição é reforçado de forma quase imediata com a inibição da resposta do outro. Depois, nem sempre determinadas punições, como uso de palmadas, exige um tempo de privação de algum reforçador para ter efeito aversivo. E, por fim, pelo que se chama de “facilidade no arranjo de contingências”,

isto é, geralmente o ato de punir não exige grandes e profundas modificações no ambiente.

O uso da punição como forma de controle comportamental também pode gerar diversos efeitos indesejados. Nos organismos que entram em contato com estímulos aversivos, observa-se diversas respostas emocionais e fisiológicas, como, por exemplo, tremores, taquicardia, choro, palpitações, sudorese, etc. A observação dessas reações faz com que o agente punidor tenha grandes chances de desenvolver também respostas emocionais de pena e culpa.

Outro fenômeno observado é que o sujeito que é punido tende a inibir aquele comportamento, tido como indesejado, apenas na frente do agente punidor, o que faz com que ele o emita em algum outro contexto com maior probabilidade de reforço.

A partir de estudos experimentais, também foi observado que um dos efeitos da punição é a supressão de outros comportamentos além do punido, ou seja, o efeito da punição não se restringe apenas àquele que está sendo punido. Outros comportamentos que estejam ocorrendo temporalmente próximos ao momento em que a punição está ocorrendo tendem a diminuir de frequência também.

Outro procedimento utilizado para a diminuição de um determinado comportamento é a “extinção operante”. Esta se refere ao enfraquecimento de um determinado comportamento em função da retirada de um estímulo reforçador. Quando uma pessoa ao agir de determinada maneira tem sempre disponível a consequência que deseja, afirma-se que ali se formou uma “contingência de reforçamento”, dessa maneira, quando ela emite a resposta e já não lhe é mais apresentado o reforçador tem-se que seu repertório associado àquela consequência começa a entrar em extinção, ou seja, começa a sessar (MOREIRA; MEDEIROS, 2007, p. 55)

A partir de seus estudos experimentais, Skinner observou que todo organismo quando entra em estado de extinção tende, num primeiro momento, a aumentar a frequência de seus comportamentos associados ao reforço. O conjunto de ações do organismo que são resposta à falta do reforço condicionado recebe o nome de “resistência à extinção”. Depois do aumento de frequência e intensidade

daquele repertório e de uma variabilidade comportamental associada à extinção, o comportamento antes reforçado tenderá a não ser mais emitido.

Um dos efeitos colaterais mais indesejados do controle aversivo é o que se chama de “contra controle”. O organismo controlado varia seu repertório no sentido de impedir que o agente controlador mantenha o controle sobre o seu comportamento. As respostas de contra controle podem ser bastante variadas como mentiras, choro, birras, palavras agressivas, etc.

De acordo com Moreira e Medeiros (2007, p. 83), fica-se claro para a Análise do Comportamento que o uso do controle aversivo com o objetivo de alterar a probabilidade de ocorrência de uma resposta só deve ser utilizado quando outros recursos possíveis não foram efetivos. Em contrapartida, existem controles aversivos que não dependem diretamente do agir de uma outra pessoa, como no caso de um choque, cuja consequência é uma punição positiva.

E, por fim, a recomendação de que se evite o controle aversivo não significa dizer que “tudo seja permitido” na aquisição ou extinção de um determinado comportamento, pois esta construção e seleção de repertórios passa também pelas exigências que a própria cultura na qual o sujeito vive estabelece.

1.2.3 A análise de contingências

De acordo com Skinner (1969/1975, p.173), o comportamento operante deve ser analisado a partir de um esquema básico que foi denominado de “Análise Funcional” ou “Análise de Tríplice Contingência”. O comportamento é sempre emitido a partir de um contexto de interação. Para o Behaviorismo, o agir humano não pode ser separado deste contexto.

O Behaviorismo Radical parte do princípio de que as “causas” de um comportamento não devem ser buscadas exclusivamente por aspectos do próprio organismo. Este só poderá ser explicado a partir das variáveis das quais é função. Estas estão fora do organismo, tanto no ambiente imediato quanto na história ambiental (SKINNER, 1953/2003, p. 33). Essas variáveis independentes são bastante relevantes para uma análise causal.

Tenta-se, dessa forma, prever e controlar o comportamento de um organismo individual. O comportamento, neste caso, constitui-se como a “variável dependente”, já que é o efeito para o qual se procura uma causa. Enquanto que as “variáveis independentes” são as condições externas das quais o comportamento é função.

As relações funcionais entre elas são as leis de uma ciência. Skinner aconselha que as variáveis independentes sejam descritas em termos físicos. Para ele, não existem fatores abstratos como causa de um comportamento, como “inconsciente”, “mente”, “caráter”, “índole”, etc. As causas devem ser sempre buscadas a partir de um contexto de interação ambiental visto sob seus aspectos práticos e físicos.

Existem diversas maneiras de formular e de analisar os dados relacionados ao comportamento humano. O modelo de análise tripla reconhece três elementos fundamentais nesse estudo. O papel dos fatores antecedentes, a descrição do próprio comportamento e, em seguida, as consequências que este produz. Analisar o comportamento funcionalmente implica em buscar a função deste, não apenas analisá-lo em sua estrutura, chamada também de “topografia”. Dessa forma, a análise do comportamento deverá ser funcional e não topográfica.

Na explicação causal do agir humano, o paradigma respondente é analisado de forma distinta do operante. As tabelas abaixo esquematizam essas diferenças:

Tabela 1 – Paradigma respondente

Antecedente
S (Estímulo)
R (Resposta)

Tabela 2 – Exemplo de paradigma respondente

Antecedente
S: Um cisco no olho
Resposta
R: Lacrimejar

Observa-se que, no paradigma respondente, o sujeito age como pura resposta a um estímulo que lhe antecedeu. No caso do exemplo citado acima, trata-se de uma resposta reflexa instintiva. O controle sobre ela não depende diretamente da vontade de quem se comporta, mas sim de condições ambientais que favorecem a eliciação de uma resposta do organismo determinada, sobretudo, pela sua condição filogenética.

O outro paradigma comportamental, e o que é principalmente utilizado pelos behavioristas, é o paradigma operante, esquematizado nas tabelas abaixo:

Tabela 3 – Paradigma Operante

Antecedente	Comportamento	Consequência
S ^D (Estímulo Discriminativo)	R (Resposta)	C (Consequência)

Tabela 4 – Exemplo de Paradigma Operante

Antecedente	Comportamento	Consequência
S ^D Sede	R Pedir água	C Receber água

É importante notar uma diferença fundamental entre o respondente e o operante: o primeiro é determinado pelo estímulo antecedente, construindo-se como a uma simples resposta à estimulação, enquanto que o segundo tem como principal determinante o estímulo consequente, isto é, aquele que é produzido pela resposta (BANACO, 2001, p. 82).

Este trabalho de analisar funcionalmente um comportamento tem o objetivo de encontrar os determinantes dele e assim poder predizê-lo, ou seja, prever a sua ocorrência e também controlá-lo, ou seja, aumentar ou diminuir a probabilidade de sua ocorrência.

Para o Behaviorismo, prever um comportamento implica em conhecer melhor as circunstâncias nas quais as pessoas agem desta ou daquela maneira. Quanto maior é o conhecimento acerca das variáveis das quais os comportamentos são função, maiores são as chances de que essa predição seja provável.

A expressão controle do comportamento costuma ser associada à exigência de que alguém faça algo mesmo contra a sua vontade. Contudo, para o Behaviorismo Radical controlar tem o sentido de dispor as condições necessárias e também suficientes para que o comportamento se torne provável de ocorrer (BAUM, 2006, p. 53-54).

A busca pelos determinantes do comportamento parte da concepção de que o agir humano não ocorre ao acaso, mas está sempre contextualizado por variáveis que precisam ser consideradas quando se busca explicar cientificamente um comportamento.

Para a realização efetiva de uma análise funcional, Sidman (1995, p. 104-105) afirma que o primeiro passo consiste na identificação do comportamento de interesse, isto é, aquele deverá ser analisado. Tal comportamento, precisará ser descrito em termos práticos. Por exemplo, a classe de comportamentos chamada de “birra”, precisará ser claramente expressa em termos de ação, ou seja, o que a pessoa faz que está sendo classificado como birra (chorar, jogar-se no chão, gritar, etc.).

O segundo passo é identificar e descrever o efeito comportamental, analisando a frequência com que ocorre, a duração e também a intensidade. E, por fim, o terceiro passo consiste na identificação de relações ordenadas entre variáveis ambientais e o comportamento que está sendo analisado. Para isso é indispensável a análise do que ocorre antes daquela resposta e, principalmente, no caso do comportamento operante, o que ocorre depois.

Um aspecto bastante importante a ser tratado no tocante aos estímulos antecedentes é a sua função discriminativa. Sinalizam as condições sob as quais uma resposta tem consequências diferenciais. Assim, um estímulo discriminativo aponta para o sujeito que se ele se comportar de determinado modo, ele será reforçado.

Entretanto, existe uma diferença importante entre o estímulo antecedente de um comportamento respondente e de um reflexo. No caso do respondente, o estímulo antecedente elicia uma resposta específica, enquanto no caso do comportamento operante o antecedente, com função discriminativa, apenas estabelece a ocasião a partir da qual se uma dada ação for emitida será seguida por determinadas consequências.

Essa relação, no caso do comportamento operante, deve ser entendida em termos probabilísticos, isto é, aquela resposta tem probabilidade de ocorrência aumentada em função da apresentação daquele estímulo discriminativo específico. Como o comportamento poderá ou não ocorrer, não se trata de uma relação causal, mas probabilística.

Algumas condições ambientais antecedentes também podem alterar a probabilidade de ocorrência de determinados operantes. Dessa forma, verifica-se, por exemplo, que tanto a privação quanto à saciedade podem favorecer ou não que determinado comportamento seja emitido. Tais mecanismos foram classificados como “operações estabelecedoras” (MIGUEL, 2000, p. 259).

De acordo com Catania (1998, p. 49-50), as operações estabelecedoras mudam a condição de um estímulo como um reforçador ou um punidor. Assim, pode ser dado o exemplo da criança que pode ou não pedir água a alguém dependendo do tanto de tempo que ficou privada da água. Portanto, tais operações têm a função de evocar um determinado comportamento e alterar a efetividade dos estímulos reforçadores ou punidores.

1.3 A EXPERIÊNCIA RELIGIOSA NUMA VISÃO BEHAVIORISTA RADICAL

Dois livros são considerados fundamentais na compreensão do comportamento religioso sob o prisma Behaviorista Radical: “Ciência e comportamento humano” de Skinner e o livro de Schoenfeld: *Religion and Human Behavior* (Religião e Comportamento Humano). Além disso, Skinner também escreveu sobre o que pensava sobre a experiência religiosa, destacando tanto aspectos de sua experiência subjetiva com a religião, quanto conceitos que tem

sobre a mesma. Trata-se do texto *“What Religion Means to Me”* (O que Religião significa para mim), escrito em 1987.

Ao analisar as estratégias utilizadas pelos agentes da cultura para exercer controle sobre as pessoas, Skinner problematizou a efetividade do uso de agências controladoras para favorecer a aceitação das práticas culturais e leis estabelecidas pela sociedade.

Para ele, “o grupo exerce um controle ético sobre cada um de seus membros através, principalmente, de seu poder de reforçar ou de punir” (SKINNER, 1953/2003, p. 363). Dentro destes grupos existem o que chama de “agências controladoras”, estas manipulam um conjunto específico de variáveis para que tenham governo sobre os repertórios comportamentais desejados. São exemplos destas agências o governo, a religião, a psicoterapia, a economia e a educação.

Uma agência controladora, assim como os indivíduos que ela controla, formam um verdadeiro sistema social e a análise das suas atividades de controle passa, necessariamente, pela investigação do comportamento de todos os seus participantes. Assim sendo, afirma Skinner (1953/2003, p. 365): “Dever-se-á identificar os indivíduos que compõem a agência e explicar porque têm o poder de manipular as variáveis que a agência emprega.”

É também de fundamental importância que se analise o efeito geral no controlado. Tal análise permitirá perceber como esse efeito no indivíduo controlado retroage de forma reforçadora, levando assim a explicar a continuidade da existência da agência.

Skinner aponta que uma análise completa leva em consideração vários aspectos. A classificação das variáveis controladoras implica em identificar os tipos de variáveis que exercem governo sobre o comportamento religioso. Além disso, faz-se necessário estudar os complexos arranjos de variáveis e da interação de dois ou mais indivíduos em um sistema social (SKINNER, 1953/2003, p. 365).

O comportamento religioso não difere, por natureza, de outros tipos de comportamento. Isto significa dizer que ele também está sujeito aos mesmos paradigmas funcionais de qualquer outra ação humana (SCHONFELD, 1993, p. 45).

As mesmas sensibilidades às consequências do responder também estão presentes em práticas religiosas.

Skinner explicava, por exemplo, a aversividade dos termos “superstição” e “magia” (geralmente associados à exploração com objetivos egoístas) com o conceito de condicionamento respondente. Nesse sentido, um único emparelhamento de estímulos poderia resultar num reflexo condicionado, ou seja, se um determinado estímulo neutro, como a queda de um copo, acompanhou um evento assustador, como o grito de alguém ou ritual considerado vinculado a forças espirituais maléficas poderá levar o sujeito a sempre relacionar dadas emoções com estímulos condicionados.

1.3.1 O comportamento religioso

De acordo com Schoenfeld (1993, p. 22-23), o comportamento religioso deve ser tratado como um fato natural e não atribuído a forças espirituais. Dessa forma, afirma que o comportamento religioso tem elementos comuns independentemente da época e do lugar em que são emitidos (SCHOENFELD, 1993, p.16).

Na interpretação de Schoenfeld (1993, p.3), o que faz com que a religião continue sendo praticada nos dias atuais são as próprias consequências que ela produz.

Não existe entre os behavioristas uma conceituação clara sobre o que é o comportamento religioso. Schoenfeld (1993, p. 6) utiliza as palavras “religião”, “religiosidade” e “comportamento religioso” de forma indiscriminada em sua obra. O uso deste termo é mais frequente em Skinner que associa à adoção desta terminologia ao que o organismo faz dentro de um contexto específico. Contexto esse tanto marcado por fatores antecedentes quanto estímulos consequentes.

Uma das formas mais utilizadas para o controle comportamental advindo da agência religiosa é o uso do reforço e da punição. Os vários tipos de reforços e punições podem estar presentes na experiência religiosa e exercem um papel central na manutenção destes repertórios, levando-se em consideração que o

comportamento religioso não difere, em termos funcionais, dos outros tipos de comportamentos (SCHOENFELD, 1993, p.20).

Geralmente, as regras de comportamento estabelecidas pelas religiões são acompanhadas de promessas, seguindo uma lógica retributiva. Parte-se do princípio de que, a depender da sua ação, alguém será beneficiado ou prejudicado pelo sagrado. O comportamento classificado como religioso pode ser reforçado tanto positivamente quanto negativamente. Uma pessoa que participa de uma determinada cerimônia ou ritual religioso, por exemplo, pode ter acesso a diversos reforçadores positivos, como a obtenção de determinados favores, tais como crescimento financeiro, sucesso na vida amorosa, admiração e respeito das pessoas que valorizam tal prática, conteúdo de alento, etc.

Os chamados “reforços sociais” são muito importantes tanto para a aquisição quanto para a manutenção do comportamento religioso. Um exemplo disso são os pais que incentivam seus filhos a irem a um culto, prometendo-lhes algo e elogiando frequentemente tais práticas. Esse reforço social também pode vir das pessoas que fazem parte do grupo e valorizam aquelas atitudes condizentes com as expectativas morais da religião.

De acordo com Skinner (1953/2003, p. 327), diversos tipos de reforços requerem, necessariamente, a presença e ação de outras pessoas. Às vezes a outra pessoa pode funcionar apenas como um objeto, ou mesmo, ser bastante ativa no processo de reforçamento, como no caso da pessoa que fornece para outra algo que ela precisa após ter pedido.

No caso do reforço social, não se pode falar em reforço sem referência a outra pessoa como agente reforçador. Ele é visto como um processo de mediação pessoal. Como exemplo, pode ser citado o fato da mãe que dá um certo alimento ao seu filho. O alimento em si pode ser considerado um reforçador primário, porém a atitude da mãe em apresentar o alimento é um tipo de reforço social.

O comportamento verbal geralmente acarreta um reforço social. Por isso que a verbalização “Dê-me um copo d’água, por favor” não teria efeito nenhum em um ambiente em que não houvesse alguém da mesma comunidade verbal do falante que pudesse reforçar o seu comportamento apresentando-lhe a água pedida. Em outras palavras, seria um comportamento com maior probabilidade de reforço, desde

que fosse emitido em um ambiente verbal apropriado e que favorecesse o recebimento do reforço primário, isto é, a água.

Formas comuns de reforçamento social são: atenção, aprovação, afeição e submissão. Além desses, podem estar presentes também estimulações aversivas que têm relação direta com os comportamentos de uma outra pessoa. Trata-se, por exemplo, da desaprovação, desprezo, da ridicularização, do insulto, etc.

Todos estes mecanismos de reforçamento social podem estar presentes no caso da experiência religiosa. As principais estratégias de controle, nesse sentido, estão associadas ao reforçamento social de práticas desejadas pela agência e na punição de atitudes incompatíveis com o que se espera de um membro daquela religião.

Outra forma de reforço presente em práticas religiosas é o reforço negativo. Um comportamento que se mantém por ter como consequência a retirada de um estímulo aversivo também pode estar presente na religião. Alguém, por exemplo, que faz uma oferta no templo com objetivo de agradar a divindade que acredita julgando estar afastando a possibilidade de condenação eterna está sendo reforçado pela retirada de um estímulo aversivo que podem ser as palavras ameaçadoras de seu pregador favorito. Praticar determinado ritual para eliminar dores, doenças, incapacidades, problemas relacionais, etc. também são exemplos de comportamentos mantidos por reforçadores negativos.

Por este viés, assim afirma Skinner:

As descrições tradicionais do Céu e do Inferno condensam reforços positivos e negativos. Os aspectos variam de cultura para cultura, mas se todos os reforçadores positivos ou negativos bem conhecidos foram usados ou não, é difícil saber. Para um povo primitivo que depende da floresta e do campo para a alimentação, o Céu é um feliz campo de caça. Para um povo extremamente pobre, preocupado com a fome da próxima refeição, é uma perpétua fritada de peixe. Para o infeliz é o alívio da dor e da tristeza ou a reunião com amigos e pessoas já falecidas. O Inferno, por outro lado, é um ajuntamento de estímulos aversivos que tem sido com frequência imaginativamente descrito. No *Inferno* de Dante, por exemplo, encontramos a maioria dos reforçadores característicos de ambientes sociais e não sociais. Apenas o choque elétrico do laboratório psicológico está faltando (SKINNER, 1953/2003, p. 384).

Do ponto de vista prático, a ameaça de perder o céu ou até mesmo de ir para o inferno é contingente ao chamado comportamento pecaminoso, isto é, aquele que está em desacordo com a vontade da divindade.

A punição também é bastante utilizada em tais práticas. No Judaísmo antigo, por exemplo, Javé também era interpretado como um ser que pune o pecado dos pais nos filhos até a quarta geração (cf. Ex 20,4). Uma pessoa apanhada em adultério ou em outras práticas de desobediência à Lei Mosaica também eram passíveis de punições que variavam da exclusão social ao apedrejamento.

A agência religiosa pune o comportamento pecaminoso e, dessa forma, gera uma condição aversiva que é descrita geralmente pelo fiel com “sentimento de pecado”. Assim, uma forma da agência promover a fuga dessa condição aversiva é usar de práticas de expiação ou de absolvição, oferecendo uma condição de reforçamento ao comportamento tido como piedoso.

Para evitar comportamentos tidos como pecaminosos, as agências religiosas estabelecem uma censura sobre situações e condições que podem favorecer o desvio daquela moralidade defendida pelos adeptos de determinada religião. Nesta direção, promovem o reforçamento de leis que controlam atitudes modestas no vestir, proibição de bebidas alcoólicas, censura de livros, filmes, etc. (SKINNER, 1953/2003, p. 386)

Skinner continua dizendo que tanto a sociedade quanto a privação são manipuladas. Como exemplo, pode-se citar o caso de São Paulo que, na primeira carta aos coríntios (cf. 1 Cor 7), indica o casamento como uma medida eficaz para combater a licenciosidade. Tem também esta função as indicações de jejum e regimes espirituais que objetivam fazer com que as pessoas consigam refrear os seus impulsos.

Algumas religiões apresentam classes de comportamentos substitutas daquelas que são consideradas erradas, isto é, moralmente inaceitáveis no conjunto de seus ensinamentos. Para isso, encorajam formas substitutas de comportamento para reduzir tendências sexuais ou outras. Esta prática foi conceituada por Skinner como “saciação transferida” (SKINNER, 1953/2003, p. 386-387).

O uso da arte na experiência religiosa, como músicas, apresentações teatrais, pinturas, danças, etc. favorecem o aparecimento de respostas emocionais. Muitas destas produções artísticas tematizam aspectos da existência terrena e também das realidades espirituais que podem fazer com que o sujeito tenha acesso a experiências emocionais que favorecem o controle comportamental religioso.

O sujeito, sob tais condições, pode viver um processo de condicionamento respondente. De acordo com Skinner (1953/2003, p. 386), respostas emocionais específicas podem ser transferidas para estímulos, sejam eles verbais ou não verbais. Estes estímulos poderão ser usados mais tarde pela agência religiosa com propósitos de controle.

Os repertórios comportamentais relacionados à experiência religiosa são diferentes de religião para religião, mas mantêm seus aspectos funcionais. Um curandeiro pode utilizar de procedimentos mágicos com objetivos exclusivamente de engrandecimento pessoal. Outros repertórios podem ser construídos a partir de regras altruístas onde princípios éticos e cuidado com outro que sofre e a supressão do egoísmo seriam muito mais passíveis de reforço social.

Um outro conceito bastante importante na obra de Skinner, e que tem relevância para a presente discussão, é o de “comportamento supersticioso”. No ano 1948, ele escreveu um artigo intitulado: “*Superstition in the Pigeon*”. Nele, ele faz uma descrição dos comportamentos de pombos que giravam em torno de si mesmos ou batiam as asas, por exemplo, quando determinado alimento lhes era apresentado. Estas respostas continuavam sendo emitidas com novas apresentações do alimento a partir de uma relação de contiguidade com a comida.

Uma distinção clara entre comportamento religioso e supersticioso pode ser encontrada em Benvenuti, 2010, p. 40:

Comportamento supersticioso é o efeito da contiguidade sobre o comportamento individual; indica a seleção do responder de um indivíduo pela coincidência de respostas com mudanças ambientais. Superstições, por outro lado, são práticas de grupos de pessoas ou, pelo menos, constituem-se de comportamentos individuais afetados por variáveis sociais, como as instruções e descrições verbais.

Conforme dito acima, o comportamento supersticioso está diretamente relacionado à contiguidade que exerce efeito sobre o comportamento do indivíduo.

Há uma coincidência entre o comportamento do sujeito e mudanças ambientais específicas.

1.3.2 O papel das consequências do comportamento religioso

A agência religiosa também favorece que as pessoas obedeçam a seus agentes pensando em consequências satisfatórias que lhe serão dispensadas no futuro. Para que o fiel consiga se manter firme, ele precisará desenvolver o autocontrole. O indivíduo poderá se submeter a dietas restritas, a longos períodos de jejum, bem como práticas de exercícios espirituais em busca de melhores condições de vida.

Uma pessoa que adquiriu certos comportamentos controlados a partir da agência religiosa também pode influenciar outras pessoas a terem seus comportamentos condicionados àquele padrão.

O contra controle também costuma fazer parte das reações tanto dos indivíduos submetidos à religião quanto entre as próprias agências. Não poucas vezes, por exemplo, a agência religiosa pode entrar em conflito com a econômica e a educacional. Pode-se encontrar conflitos de interesses e de valores entre a agência governamental e a religiosa (SKINNER, 1953/2003, p. 390).

Outra forma de contra controle pode vir daquelas pessoas que, mesmo pertencendo a uma determinada religião, não aceitam determinadas exigências de um líder ou da organização de forma geral. Para expressar sua resistência, fazem críticas e resistem a tomar atitudes consideradas legítimas e necessárias à obtenção de benefícios da divindade.

Essas formas de resistência apontam para o aspecto dinâmico da experiência do controle religioso. Isso implica dizer que esse controle não passa apenas pelo interesse da agência, mas interage com as contingências específicas do fiel. Uma determinada regra religiosa pode até não exercer governo sobre os comportamentos de uma pessoa quando o sujeito não encontra em seu dia a dia condições para que aquele repertório seja reforçado.

Ao longo da história, verificou-se também que agências religiosas utilizam de seu poder controlador para obter vantagens pessoais ou institucionais. Seja para a construção de organizações, seja para o acúmulo de riquezas bem como com o objetivo de punir aqueles que não aceitam se submeter facilmente ao seu sistema de crenças e valores morais.

Apesar do uso da expressão agência de controle, Skinner não reduziu a religião apenas a este conceito. Vê-la apenas por este viés não a explica e não parece ter sido esta a pretensão de Skinner (SAMPAIO, 2016, p. 34). As variáveis que controlam o comportamento religioso são diversas e podem, dependendo da religião da qual o sujeito faz parte, exercer funções diferentes sobre cada indivíduo.

Uma das importantes formas de aplicabilidade do Behaviorismo à análise do comportamento religioso é o estudo do comportamento verbal em sua relação com a aquisição de repertório comportamentais, já que as religiões trabalham com livros sagrados que exprimem regras de comportamento.

Para Skinner (1969/1975, p. 280), um comportamento pode ser governado por regras ou pelas próprias relações diretas que tem com o ambiente. O governado por regras é aquele no qual o indivíduo não se expõe diretamente às contingências, mas é instruído para agir desta ou daquela maneira em função do acréscimo de algo que lhe seja favorável ou da evitação de algo que lhe seja aversivo.

Na Bíblia, é possível encontrar diversas instruções e regras de comportamento que normatizam as relações entre os seres humanos. Um dos textos mais importantes nesse sentido é o dos mandamentos. A compreensão deste texto pode ser enriquecida através de uma abordagem que analise as regras ali contidas enquanto material que visa ser fundamental na aquisição de repertórios comportamentais adequados à proposta de relação com o sagrado propugnada pelo Israel Antigo. O conteúdo deste texto, por exemplo, tem profunda relação com as necessidades sociais, políticas, econômicas e religiosas do Israel Antigo (FITZMYER, 2011, p. 79-80). De acordo com o texto de Dt 5,1, os estatutos e normas proclamadas por Moisés devem ser aprendidos e colocados em prática.

Em outras palavras, devem ser material base para aquisição de comportamentos. Colocá-los em prática significa traduzi-los em comportamento. Pode-se questionar qual o papel deles na aquisição de repertórios comportamentais,

bem como quais os alcances e limites do uso de regras na aquisição deles. Além disso, como o comportamento controlado pelas próprias contingências pode passar a ser governado por regras.

Dentre os operantes verbais destacados por Skinner, encontra-se o textual, em que a resposta verbal do leitor é controlada pelo texto, na qualidade de estímulo visual. O comportamento textual possibilita a emissão de outros operantes que, por sua vez, alteram o ambiente do sujeito. Também o operante textual é mantido por suas consequências (SKINNER, 1957/1978, p. 64-65).

Já que a abordagem psicológica analítico-comportamental entende que o comportamento se constitui como uma interação entre organismo e ambiente, faz-se necessário destacar que, para o Behaviorismo, ambiente é tudo aquilo que é capaz de influenciar o comportamento humano. Esse ambiente pode estar presente fora da pele (meio externo e outras pessoas) e/ou dentro da pele (como as reações neuroquímicas do corpo). A partir dessa interação, o sujeito vai adquirindo seus repertórios comportamentais e desenvolvendo padrões (BAUM, 2006, p. 103).

Além da experiência direta com o ambiente, o indivíduo pode ter seu comportamento governado por regras, isto é, descrições de relações de dependência entre comportamento e ambiente. Em palavras mais simples, as regras dizem o que uma pessoa deve fazer diante de situações específicas e podem até, direta ou indiretamente, expressarem quais as possíveis consequências do seu responder. Constituem-se como instruções e orientações que são dadas a alguém com o propósito de que essa pessoa se engaje com determinados repertórios comportamentais. O próprio Skinner ao abordar o tema pela primeira vez assim afirma:

As regras são formuladas mais precisamente por causa das contingências sociais designadas a induzir uma pessoa a relatar o que faz e por que o faz. A comunidade verbal gera “consciência” quando ensina um indivíduo a descrever seu comportamento passado e presente e o comportamento que ele provavelmente irá exibir no futuro e a identificar as variáveis das quais os três são provavelmente função. A descrição assim gerada ainda não é uma regra, mas a pessoa pode usar os mesmos termos para ordenar seu próprio comportamento (como uma forma de autocontrole), para tomar decisões, formular planos, estabelecer propósitos, e assim construir regras (SKINNER, 1969/1975, p. 289).

As palavras: “controle”, “condicionamento” e “reforçamento” podem soar estranhas a pessoas que não conhecem a proposta behaviorista radical, principalmente, numa sociedade marcada pela noção de livre arbítrio. Entretanto, Skinner defendia que quanto mais se conhece os condicionantes do comportamento, mais se pode compreendê-lo (SKINNER, 1953/2003, p. 33).

A abordagem analítico-comportamental rompeu com as concepções estruturalistas da linguagem e inaugurou uma perspectiva de pesquisa sob o prisma funcionalista e pragmatista (BORGES; CASSAS, 2012, p. 64). Assim, regras são conteúdos verbais que têm uma função específica: oportunizar a aquisição de determinados repertórios comportamentais. O comportamento de ler uma regra está sob controle de um estímulo visual, o texto. O conteúdo do texto pode instruir e orientar a respeito da importância e adequabilidade de determinados comportamentos alvos desejados por quem escreve.

Por essa lógica, um comportamento pode ser governado por regras obtidas a partir da leitura de textos instrutivos. Uma das expressões das linguagens da experiência religiosa está na literatura sagrada das religiões, em que se verifica o núcleo dos conteúdos da revelação. Estes textos foram produzidos a partir de contextos temporais e espaciais específicos e sua análise é fundamental para que se compreenda bem a mensagem revelada. Como afirma Paul Ricoeur, o processo de interpretação dos textos bíblicos deve levar em consideração o mundo que o mesmo projeta e os horizontes que o constitui:

O que é comunicado, além da significação interna de um texto, é o mundo que projeta e o horizonte que constitui. Reciprocamente, o leitor recebe essa proposição ou projeto de mundo, segundo sua capacidade limitada de responder, que por sua vez é definida segundo uma situação que é limitada e que, no entanto, abre sobre um horizonte de mundo (RICOEUR, 2006, p. 186).

Encontram-se diversas dessas regras na Bíblia, inclusive e abundantemente, nos textos legislativos do Israel Antigo (RENDTORFF, 2004, p. 13-14). Esses materiais instrutivos e imperativos visam selecionar e instanciar determinadas respostas. Entende-se que, por meio de textos sagrados, a religião expressa leis sagradas que visam favorecer a emissão de comportamentos coerentes com seu conjunto de crenças. Por isso, o texto bíblico de Dt 5,6-10 servirá como base para

aplicabilidade da teoria proposta, por tratar-se de um dos núcleos éticos da tradição bíblica (OTTO, 2011, p. 47).

Estudar os aspectos funcionais da linguagem e sua potencialidade para influenciar o comportamento das pessoas pode ser bastante útil para a compreensão dos textos bíblicos. Por esta perspectiva, o presente trabalho oportunizará que sejam refletidas sobre novas formas de enxergar a Bíblia, a saber: atentando para o ato de escrita como um comportamento que pode ser analisado pelo paradigma analítico-comportamental e o seu papel de exercer controle sobre a aquisição de repertórios comportamentais, por parte do leitor, que sejam coerentes com as regras propostas.

Por este viés, em função da relevância do conceito de comportamento verbal e suas diversas implicações no governo de comportamentos humanos, será destacado no capítulo que segue, as principais problematizações e os principais conteúdos referentes a este tipo de comportamento tipicamente humano que foi objeto de atenção particular por parte de Skinner. Os conteúdos que serão discutidos no capítulo que segue, juntamente com os que foram apresentados neste capítulo, servirão de base fundamental para que se compreenda bem de que maneira, efetivamente, se pode identificar importantes contribuições da abordagem psicológica analítico-comportamental ao campo da hermenêutica bíblica, objeto de tese deste trabalho.

2 O COMPORTAMENTO VERBAL A PARTIR DA ABORDAGEM ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL

Uma das maiores contribuições de Skinner para o campo da Psicologia foi o seu estudo sobre o comportamento verbal. A publicação do seu livro: “*O comportamento verbal*”, em 1957, foi o resultado de pesquisas experimentais e aplicabilidade de conceitos oriundos da Análise do Comportamento. Um exemplo disso é que, para Skinner, esse tipo de comportamento pertence à classe dos operantes, isto é, aqueles cuja manutenção depende de uma consequência externa (SKINNER, 1957/1978, p. 22).

O próprio Skinner reconhece que a sua maior contribuição para a Psicologia foi esta que, na verdade, é a aplicação da Análise do Comportamento aos estudos do fenômeno da linguagem.

No presente capítulo, serão discutidos conceitos sobre o comportamento verbal sob a ótica Behaviorista Radical, as diversas formas de manifestação deste comportamento tipicamente humano, bem como o uso de regras verbais na aquisição de repertórios comportamentais, conceito que será fundamental para a compreensão das contribuições desta área da Psicologia para a hermenêutica bíblica, objeto da presente tese. A seguir serão apresentados os principais conceitos de comportamento verbal.

2.1 CONCEITUAÇÕES DE COMPORTAMENTO VERBAL

A definição que se constituiu como ponto de partida para reflexão sobre o tema foi a de Skinner. Para ele, este tipo de comportamento operante tem suas consequências sempre mediadas por outra pessoa que pertence à mesma comunidade verbal do falante. Por este viés, afirma:

Na definição de comportamento verbal como comportamento reforçado por intermédio de outras pessoas, não especificamos, nem o podemos fazer, qualquer forma, modo ou meio. Qualquer movimento capaz de afetar outro organismo pode ser verbal. Nós, provavelmente, escolhemos o comportamento vocal, não apenas

porque é o mais comum mas também porque tem pouco efeito sobre o meio físico e porque é quase necessariamente verbal... (SKINNER, 1957/1978, p. 15).

Pelo que o próprio autor apresenta, o conceito de comportamento verbal não pode ser reduzido ao processo vocal. Na verdade, somos seres de linguagem e com o corpo, através de gestos e sinais comunicamos. Na medida em que nossa ação afeta o agir de outra pessoa que concede os reforços almejados por quem emite a mensagem, temos um caso de comunicação.

Seguindo esta lógica, Baum (2006, p. 136) afirma que há diferenças entre os seres humanos e os animais neste tipo de comunicação. Citando o exemplo de um pássaro que pode emitir um som de alarme e os outros pássaros se esconderem de seu predador, afirma que o chamado de alarme é um padrão fixo de resposta, enquanto o falar é um tipo de comportamento operante, isto é, mantido por suas consequências. O verbal é sempre mantido não pelos antecedentes, mas pelas consequências que produz.

Ao dizer uma determinada frase, enunciado que contém sentido, o falante pode especificar o estímulo reforçador. No caso da pessoa que diz: “Dê-me um copo d’água”, a consequência reforçadora seria o ouvinte dar a água. Nesse caso, para que haja, de fato, uma contingência de reforçamento, será necessária a apresentação do estímulo reforçador. Uma análise deste tipo, que leva em consideração os aspectos funcionais da linguagem, fundamenta-se no conceito de seleção pelas consequências levado em conta por Skinner (ESHLEMAN, 1991, p. 73-74).

Por outro lado, o aspecto mediacional do comportamento verbal não basta por si mesmo como conceituação. Na verdade, diversos refinamentos foram sendo realizados neste conceito ao longo das décadas seguintes, tanto resultado de estudos indutivos quanto dedutivos.

Com base em Vargas (1998, p. 150), pode-se dizer que o comportamento verbal também é caracterizado pelo seu aspecto relacional. Tal percepção está fundamentada na palavra de Skinner quando afirma que são: “processos básicos e relações que dão ao comportamento verbal suas características especiais...” (SKINNER, 1957/1978, p. 3.). Por esta perspectiva, partindo do princípio de que as relações contingenciais se constituem como centrais na teoria behaviorista radical, o

comportamento verbal se enquadra dentro desta lógica. Contudo, possui uma topografia especial, levando-se em consideração a complexidade da linguagem, que vai desde o estabelecimento dos sons da fala, em sua correspondência com a realidade objetiva, até as tonalidades e ritmos, evidencia-se que este tipo de comportamento pode ser topograficamente dinâmico e favorecedor de relações funcionais diversas.

São as relações contingenciais que oferecem o enquadre interpretativo para as ações dos organismos (SKINNER, 1953/2003, p. 38). Em geral, fala-se na análise funcional de três termos (antecedente, resposta e consequência, conforme vistos no capítulo anterior). O comportamento verbal como tipo de operante também deve ser entendido a partir de suas relações funcionais.

Todas aquelas pessoas que ouvem a mensagem do falante e, por isso, compreendem seu conteúdo, fazem parte do que Skinner chama de “Comunidade Verbal”. Uma das funções da comunidade verbal consiste em selecionar os repertórios deste tipo de comportamento que possuem valor de sobrevivência para o grupo. Esse processo é feito através de reforçamentos diferenciais de agentes da própria comunidade, fortalecendo ou punindo conteúdos verbais daqueles que compartilham o mesmo idioma (SKINNER, 1957/1978, p. 31).

Um episódio verbal é constituído de variáveis e eventos que são bastante úteis na compreensão do episódio completo quando analisados em conjunto. Esquemáticamente, pode-se apresentá-lo do modo como segue. No esquema apresentado abaixo sobre o episódio verbal, S^D_F é o estímulo discriminativo para o comportamento verbal do falante (R_V), que gera um estímulo discriminativo para o ouvinte (S^D_O) que determina a ocasião para o ouvinte agir (R_O), de forma a prover reforço como estímulo reforçador do falante (S^{R_F}) para o comportamento verbal dele (C_V). O reforço ao falante serve também como estímulo discriminativo (S^D_R) que determina uma ocasião para um comportamento reforçador de retribuição (C_R) da parte do falante. Esse provê o reforço (S^{R_O}) para o comportamento do ouvinte (R_O).

Tabela 5 – Episódio verbal

Falante	$S^D_F : R_V$	$S^R_F = S^D_R : C_R$
Ouvinte	S^D_O	R_O S^R_O

Fonte: Matos (1991, p. 40)

Tabela 6 – Exemplo de episódio verbal

	S^D_F	R_V	$S^R_F = S^D_R : C_R$
Falante	Sal na mesa fora de alcance Obrigado	Dê-me o sal	Sal é recebido
Ouvinte		Dê-me o sal	passa o sal Obrigado
		S^D_O	R_O S^R_O

Fonte: Matos (1991, p. 40)

O comportamento verbal não é o mesmo que linguagem. De acordo com Baum (2006, p. 145), “o comportamento verbal compreende eventos concretos, enquanto a linguagem é uma abstração.” O conjunto de palavras que estão disponíveis num determinado idioma, o que se chama de “campo léxico”, são apenas ferramentas utilizadas no episódio verbal. Podem ser feitas diversas combinações que levarão aos mais diversos resultados no processo de comunicação. Além disso, caracterizará o modo próprio daquela pessoa comunicar-se, favorecendo sua identidade linguística e o estabelecimento de seu campo semântico.

Nesse sentido, assim afirma Skinner:

A distinção entre "operante verbal" e "palavra" pode ser comparada à existente entre "repertório verbal" e "vocabulário". Diz-se que uma pessoa possui um vocabulário de tantas mil palavras quando estas são observadas em seu comportamento verbal durante certo período de tempo. Mas um vocabulário muitas vezes é encarado como um depósito de ferramentas inanimadas a partir do qual o falante faz uma seleção apropriada quando fala. O que se leva em consideração aqui não é apenas que certas formas específicas de comportamento verbal são observadas, mas que elas são observadas em circunstâncias específicas. Estas circunstâncias controladoras acrescentam um caráter dinâmico ao "repertório" que falta ao "vocabulário" (SKINNER, 1957/1978, p. 22).

A partir das palavras de Skinner, pode-se afirmar que, não obstante o conhecimento do sujeito acerca das palavras que lhe estão disponíveis, existem condições circunstanciais que controlam o uso deste ou daquele vocabulário. Numa situação mais formal, por exemplo, é provável que o uso de palavras eruditas oportunize maiores condições de reforço. O contrário é possível em situações de informalidade. Tais circunstâncias controladoras favorecem que o sujeito tenha que aprender não somente combinações de palavras de seu vocabulário, mas que insira combinações que aumentem a probabilidade de que seja reforçado, seja pela atenção continuada do ouvinte, seja, por exemplo, pelo recebimento de algo pedido.

Um dos conceitos centrais na abordagem skinneriana sobre o comportamento verbal é o de operante verbal. Dada a importância dele para o estudo da linguagem, serão discutidos a seguir os principais operantes verbais considerados por Skinner.

2.1.1 Os operantes verbais

Skinner afirmou a existência de seis tipos de relações funcionais que podem ser encontradas no comportamento verbal. Tais operantes se caracterizam como uma classificação de contingências que estão envolvidas comumente no caso da emissão de um comportamento verbal. Trata-se dos operantes denominados de ecoicos, textuais, transcrições, intraverbais, mandos e tatos.

O operante ecoico se caracteriza pela repetição de uma dada palavra pronunciada. Este tipo de comportamento verbal é sempre antecedido por um

estímulo vocal/sonoro e a resposta é também sempre vocal, uma vez que a pessoa busca reproduzir aquilo que ouviu. É bastante útil no processo de aprendizagem de uma nova língua, por exemplo. A pessoa é convidada a repetir o mais próximo possível aquilo que ouviu e, desta maneira, vai adquirindo aquelas palavras e modelando sua maneira de falar. O reforço deste tipo de comportamento é sempre generalizado. Este reforço, como dizia Skinner (1957/1978, p.112), é denominado de “educacional”, isto é, é emitido num contexto de aprendizado. Além disso, neste tipo de operante, existe uma correspondência ponto a ponto de pronúncia e similaridade formal.

No operante textual, percebe-se que a resposta verbal oral do sujeito é controlada por um estímulo antecedente visual, o texto (SKINNER, 1957/1978, p. 64). O que a pessoa fala é determinado pelos códigos arbitrários da língua que favorecem a compreensão de uma dada mensagem pré-estabelecida. As pessoas convencionaram determinadas representações gráficas como uma maneira de exprimir determinados sons que comportam diversos sentidos e significados em uma determinada língua.

Assim, quando uma pessoa lê um texto, vai decifrando tais códigos tanto sendo reforçada num contexto de aprendizagem (reforço educacional) quanto por outras situações como quando recebe dinheiro para ler publicamente. Observando bem, o operante textual pode também favorecer a emissão de outros tipos de comportamentos como no caso de uma pessoa que lê um manual de funcionamento de um aparelho e, dessa forma, consegue manipulá-lo adequadamente (SKINNER, 1957/1978, p. 65).

Além disso, quando se analisa este tipo de comportamento, que é, basicamente, a capacidade de leitura, é possível perceber que tal ato, por si só, pode ajudar na obtenção de outros tipos de reforçadores que perpassam pela habilidade de manejar algo até o aumento das possibilidades de contatos com outras pessoas, no caso, por exemplo, do uso das redes sociais. Ao ler os códigos da língua, a pessoa estabelece uma correspondência formal entre os códigos/letras e aquilo que está sendo pronunciado, chegando ao entendimento do que se deve ou não fazer e, evidentemente, ampliando o nível de conhecimento em relação a assuntos ali abordados.

No caso da transcrição, cujo objetivo é escrever a partir do que se leu ou do que se ouviu, temos sempre um estímulo antecedente que tanto pode ser vocal quanto escrito e uma resposta que é sempre escrita. Skinner apresentou dois tipos de respostas de transcrição: o ditado e a cópia (BORGES; CASSAS, 2012, p. 67). O que se identifica no caso da cópia é que assim como o antecedente é escrito a resposta também será. Mas haverá, neste caso, uma correspondência ponto a ponto em relação ao que se leu e o que se escreveu. De forma que a cópia será classificada como “bem feita” o tanto quanto ela corresponder ao documento primeiro. Em outras palavras se o sujeito leu: “paz”, escreverá “paz”. Observa-se similaridade entre o estímulo e a resposta.

Quanto ao ditado o que pode ser observado é que primeiramente o sujeito tem acesso a um dado estímulo verbal sonoro, em seguida, tenta reproduzir aquele som utilizando as representações gráficas correspondentes àquele ouvido. Neste caso, não existe similaridade formal, uma vez que os tipos de verbalizações são de naturezas distintas, uma oral e outra escrita. O reforçador deste tipo de operante pode ser também um reforço educacional, quando se dá num contexto de aprendizagem (SKINNER, 1957/1978, p. 69).

O intraverbal mantém diferenças em relação a todos os outros já citados por não haver correspondência formal ou ponto a ponto entre o estímulo e a resposta. O antecedente deste tipo de operante pode ser tanto verbal quanto escrito e, neste caso, a pessoa emitirá uma resposta particular, própria (SKINNER, 1957/1978, p. 70.). Um exemplo pode ser observado quando alguém faz uma determinada pergunta e a pessoa responde, evidentemente utilizando palavras que ela vê como adequadas a uma resposta.

Observa-se que quem responde o faz a partir de um estímulo discriminativo específico, como uma pergunta, por exemplo, e tem como consequência um reforçador generalizado. Se alguém pergunta: “Que dia da semana é hoje?”. A resposta será controlada por esta indagação, mas não lhe será apenas reprodução e sim uma outra descrição que sirva adequadamente como resposta. Entretanto, de acordo com Borges e Cassas (2012, p. 68), é importante observar que nem sempre que alguém responde a uma dada pergunta estará emitindo um intraverbal, porque pode ser dada uma resposta que não esteja sob controle da fala de outrem, mas sim das próprias sensações do sujeito. Um exemplo claro seria quando se pergunta a

alguém como a pessoa tem estado nos últimos dias e ela descreve as sensações corporais que está tendo naquele exato momento. Neste caso, a pessoa estaria fazendo uma descrição, o que se chama de “tato”, sob controle das reações de seu próprio organismo. Assim sendo, o estímulo discriminativo passa a ser eventos ou situações diferentes daquela mais imediatamente expressa por quem fez a pergunta.

Não há dúvidas de que o intraverbal é muito importante no contexto das interações sociais. Estas acontecem a partir de relações de comunicação que tem na linguagem e em seus efeitos o ponto central para o favorecimento da efetividade da interação. Além da contribuição para a aquisição de determinadas habilidades acadêmicas, que vão de responder a questões até a realização e expressão de resultados de contas (SKINNER, 1957/1978, p. 70).

Um outro tipo de operante muito utilizado e bastante importante é o “mando”. Nele a resposta verbal pode estar sob controle de uma privação específica ou até mesmo da presença de uma estimulação aversiva. É interessante notar que o que controla a emissão de um mando não é um estímulo antecedente verbal oral ou escrito, mas sim uma consequência reforçadora que geralmente vem descrita no próprio mando. Uma forma bem clara de exemplificar este tipo de comportamento é quando o sujeito emite ordens ou faz pedidos (SKINNER, 1957/1978, p. 52).

No caso de uma pessoa que dá ordens a outra para que fale sobre determinado assunto, a fala da outra pessoa será um reforçador para o solicitante. Mas também quando o sujeito está privado de um determinado objeto do qual precisa e solicita a alguém que compre tal objeto, o mando desta pessoa não é antecedido por nenhum estímulo verbal, mas sim pela privação daquele objeto que lhe é necessário.

Orientações e instruções também podem ser classificadas como mandos (SKINNER, 1957/1978, p. 57). As diferenças entre os diversos tipos de mandos são estabelecidas pelas consequências que se quer obter do ouvinte. Se ao emitir uma ordem, o falante expressa claramente o reforço (“dê-me estes livros”), no caso de uma instrução, percebe-se que mais importante do que o sujeito apresentar algo ao falante é que haja entendimento por parte do ouvinte e que as instruções sejam seguidas.

No contexto da emissão de uma ordem é possível que, caso a consequência reforçadora especificada não seja apresentada ao falante, o sujeito puna o comportamento do ouvinte. Situações deste tipo são comuns quando aquele que ordena tem algum tipo de poder sobre o ordenado. É o que se verifica num contexto em que um determinado padrão solicita algo aos seus funcionários e estes descumprem a ordem dada. Por outro lado, se a verbalização for constituída como um pedido, a probabilidade de haver punição por parte do falante, no caso de descumprimento, será bem menor (SKINNER, 1957/1978, p. 43).

É possível que um mando seja emitido de forma distorcida (SKINNER, 1957/1978, p. 147). Essa distorção pode ocorrer num contexto em que a emissão do mesmo pode favorecer o surgimento de alguma punição ao falante. Assim, este descreverá uma situação, comportamento que será explicado mais adiante, onde demonstrará o que lhe falta, expressará de algum modo o desejo descrevendo-o, porém, notar-se-á que tal descrição não objetiva a simples apresentação da realidade como ela é, mas sim obtenção, por parte do ouvinte, daquilo que falta ao falando conforme sua descrição. Nesses casos, pode-se afirmar que, na verdade, tem-se um mando distorcido.

O último tipo de operante verbal bastante relevante comentado por Skinner é o que se denomina “tato”. Sua emissão é controlada por estímulos antecedentes não verbais, como por exemplo, objetos ou eventos. Também, na qualidade de operante, são mantidos por consequências, estas são reforços generalizados ou não específicos (SKINNER, 1957/1978, p. 79). Este tipo de comportamento verbal pode ser exemplificado em situações em que a pessoa descreve algum objeto, sentimento, percepções, etc. Se o sujeito diz que determinada parede tem a cor branca, sua fala está sob controle do estímulo cor e esta fala se constitui como uma descrição. Em um caso como este, e em outros, pode-se receber consequências reforçadoras sociais como palavras que o ouvinte emite demonstrando entendimento a respeito do que está sendo dito, como “compreendo”, “hum hum”, etc.

O tato é um tipo de comportamento que ocorre, principalmente, em função do ouvinte. Uma pessoa que não teve acesso a uma dada experiência nem que viu determinado objeto, por exemplo, pode ter informações e, partir delas, até sensações de como determinado evento pode ter ocorrido e como determinado objeto ou pessoas são. Por esta lógica, um dos maiores beneficiados com este tipo

de operante é o ouvinte. Apesar disto, as atitudes deste último podem ser reforçadoras para o falante, na medida que expressa satisfação ao ouvir aquelas informações, mas também podem ser punitivas quando este demonstra não estar gostando daquilo que está ouvindo (BORGES; CASSAS, 2012, p. 70).

De toda forma, através do tato, o ouvinte tem a possibilidade de ampliar os seus conhecimentos sobre diversos assuntos e aprender a lidar com as situações descritas. Amplia-se as possibilidades de contato deste com a sociedade e com o mundo, oferecendo-lhe maiores chances de uma relação segura no tocante ao conhecimento prévio da realidade descrita (SKINNER, 1957/1978, p. 83).

A linguagem metafórica é também um tipo de tato ampliado. Através dela é possível descrever situações e realizar narrativas cujo sentido mais profundo está além da descrição imediata, podendo, por exemplo, facilitar a emissão de uma dada mensagem que se fosse comunicada em linguagem direta favorece uma condição aversiva ou mesmo não estimularia que o sujeito perscrutasse por si mesmo onde se queria chegar com o que foi contado (SKINNER, 1957/1978, p. 96).

No caso da metáfora, as respostas verbais de tato podem estar sob controle de estímulos discriminativos compostos. Ao estar contextualizado por alguma propriedade deste estímulo o sujeito pode falar, por exemplo, sobre algum aspecto de sua vida que mantém relação funcional com a propriedade deste. Em outras palavras, de acordo com Borges e Cassas (2012, p. 71), “A linguagem metafórica possibilita compreender de maneira mais rápida o controle que um dado evento pode exercer sobre o comportamento de uma pessoa. ”

Conforme visto anteriormente, o tato é um tipo de operante verbal que não é emitido sob controle de outro estímulo verbal. Nesse sentido, também é possível que o sujeito construa sua linguagem levando em consideração apenas parte do estímulo que ele tem acesso. Neste caso, teríamos um exemplo de metonímia (SKINNER, 1957/1978, p. 96-97). Este conceito é bastante utilizado na literatura. Uma pessoa que diz: “a empresa decidiu fazer isso”, na verdade está se referindo a quem está na gestão como protagonista da ação, uma vez que nem todos participam do processo decisório. Como se percebe, ao afirmar isto, o sujeito está sendo controlado apenas por uma parte do estímulo.

Outro tipo de fenômeno verbal estudado por Skinner é o chamado “autoclítico”. Trata-se de um tipo de operante verbal considerado secundário, uma vez que sua função está relacionada a realçar um tipo de operante principal, como no caso do tato e do mando. Desta forma, Segundo Matos (1991, p. 335), a palavra autoclítico faz referência ao próprio modo do sujeito articular a sua comunicação no sentido de seccionar, rearticular, organizar no momento de sua ocorrência tendo em vista controlar mais o comportamento do ouvinte.

Em geral, existem quatro tipos de autoclíticos: descritivos, qualificadores, quantificadores e os que têm função de mando. Em todos eles, a partir das articulações das palavras utilizadas na comunicação, tem uma maneira específica de influenciar o comportamento do ouvinte de acordo com os interesses do falante.

Através dos autoclíticos descritivos, o falante especifica quais são as fontes de controle de seu comportamento. Desta maneira, expressa ao ouvinte as diversas condições a partir das quais um dado comportamento está sendo emitido. De acordo com Meyer et al. (2008, p. 105), pode ser identificado o que determinou uma resposta: “Disseram-me que ele precisa melhorar”; uma auto percepção acerca de um processo interno: “percebo-me angustiado”; as fontes específicas de um dado comportamento: “Assisti na TV que eles foram embora”.

Os autoclíticos qualificadores, como o nome já indica, têm a função de qualificar o tato (SKINNER, 1957/1978, p. 312). Dependendo do modo como essa qualificação aconteça, o ouvinte terá reações diferentes. Nota-se isto, com a rearticulação da seguinte frase, por exemplo, “Eu farei” e então o sujeito pode acrescentar autoclíticos qualificadores do seguinte modo: “certamente farei”, “eu acredito que farei”, “talvez eu faça”. Como se identifica, do ponto de vista morfosintático, os qualificadores funcionam como advérbios ou locuções adverbiais que visam oferecer as circunstâncias das ações e também demonstrar o modo e o nível de probabilidade de sua ocorrência, influenciando de maneiras diferentes o entendimento e as reações do ouvinte.

Os quantificadores têm a função de apresentar elementos relacionados ao número e, por conseguinte, ao gênero. Nesse sentido, acrescenta-se artigos, adjetivos e advérbios relacionados às quantidades ao tempo (SKINNER, 1957/1978,

p. 318-319). Reações diferentes podem ser provocadas a partir do uso de quantificadores como: poucos, muitos, todos, alguns, sempre, talvez, etc.

Por fim, existem autoclíticos que funcionam também como mando. Percebe-se isto quando a articulação da linguagem proporciona um discurso de ordem ou quando se busca chamar a atenção do ouvinte. Exemplos deste tipo de verbalização são: “fique atento ao que vou explicar” ou “A partir deste momento devemos fazer silêncio. ”

Agir em função de provocar intencionalmente reações diversas aos ouvintes pode depender não apenas de uma articulação verbal específica, mas também das próprias reações corporais e de tonalidade do falante. A função autoclítica poderá aparecer mediante um tipo de sorriso caracterizado como sedutor, ou mesmo a maneira através da qual o sujeito gesticula, bem como o ritmo, altura e tonalidade de sua fala. Identifica-se que diversas variáveis poderão implicar na função autoclítica e a combinação delas poderá tornar mais efetiva ou não a tentativa de influenciar o comportamento do ouvinte (SKINNER, 1957/1978, p. 309).

Conforme explicado anteriormente, é possível que um mando seja emitido de forma distorcida. Em casos deste tipo, é muito comum o uso de tato. Enquanto este último descreve realidades sob controle de estímulo específico sem explicitar o reforçador, o mando mantém função diferente que a aquisição de algo que falta ao sujeito, porém a partir da análise da função do tato é possível identificar se está sendo articulado como um mando disfarçado de tato.

Um exemplo bastante claro de mando disfarçado de tato pode ser percebido quando uma mulher diz para o seu marido: “É muito bom ir à praia num clima como este”, quando na verdade ela está querendo dizer: “Vamos à praia hoje.”

É fato que comumente as pessoas consideram o disfarce do mando como uma maneira mais educada de pedir alguma coisa. Isto se dá porque a atitude do que pede se dá num contexto em que o ouvinte não está sendo forçado à realização do pedido e, ao mesmo tempo, o falante leva em consideração a possibilidade de que este interprete por si mesmo qual seria o estímulo reforçador (BORGES; CASSAS, 2012, p. 75). Por outro lado, um dos grandes problemas deste tipo de verbalização é que pode não haver efetividade na estratégia do disfarce.

Tal efetividade poderá não existir no caso de o ouvinte não conseguir interpretar as reais intenções do falante, bem como ele próprio pode se valer da forma sutil do pedido para fingir não ter entendido. Além disso, pode ser que a médio ou até a longo prazo o uso frequente do mando disfarçado de tato resulte em punições ou em escassez de reforçadores.

Outro problema que pode ser observado no caso de pessoas que utilizam exageradamente o mando disfarçado de tato é a falta de assertividade. Isto significa dizer que o sujeito ao fazer uso frequente deste tipo de verbalização pode estar sempre evitando expressar claramente o que sente, o que pensa e o que deseja que se realize e, para evitar determinadas punições, utiliza de uma maneira considerada mais educada e menos invasiva de expressar o que quer.

Pode-se perceber, ao longo desta exposição sobre a visão skinneriana dos operantes verbais, que cada um deles pode, ao seu modo, manter relações funcionais diferentes e estarem sob controle de diferentes estímulos e propriedades de estímulos. Assim sendo, o autor em questão leva em consideração que a análise do comportamento verbal deve estar além das concepções tradicionais da análise linguística. Não deve ser vista apenas sob o aspecto morfosintático, mas, sobretudo, funcional. Para tanto, reconhece que a articulação da linguagem segue, principalmente, o princípio do comportamento operante, isto é, a manutenção ou não do mesmo a partir das consequências que produz.

2.1.2 Análise do comportamento verbal e o estudo da linguagem

Vários estudos produzidos a partir das ciências do texto buscaram analisar o fenômeno da linguagem em sua dinâmica e múltiplas manifestações. Skinner, entretanto, aponta que um dos aspectos fundamentais no estudo da linguagem é concebê-la como comportamento e, sob esta perspectiva, afirma que tal estudo deve ocorrer a partir da ciência comportamental:

A responsabilidade final caberá às ciências do comportamento e particularmente à Psicologia. O que ocorre quando um homem fala ou responde a uma fala é claramente uma questão relativa ao comportamento humano e, portanto, uma questão a ser respondida

com os conceitos e técnicas da psicologia enquanto ciência experimental do comportamento (1957/1978, p. 7).

O estudo científico do comportamento verbal, segundo Skinner, parece não ser difícil à primeira vista. Explicando a questão, afirma que a constituição do mesmo como objeto de estudo é facilitada por ser de fácil acesso, há abundância de material, uma vez que os seres humanos estão sempre o utilizando, trata-se de um comportamento real, pois apesar de utilizar da representação é uma ação específica do sujeito acessível às outras pessoas e o fato de existir a escrita ajuda significativamente para que haja o seu registro.

De acordo com Skinner (1957/1978, p. 5), o que pode ser visto na história do desenvolvimento dos estudos da linguagem é que pouca atenção se deu a uma análise funcional ou causal. Apesar das contribuições até da Psicologia nesse sentido, o fato é que nunca se organizou sistematicamente um estudo com tais propósitos.

Com a doutrina da expressão das ideias, outrora utilizada com bastante frequência, acreditava-se que o organismo por si mesmo era capaz de gerar a linguagem (SKINNER, 1957/1978, p. 7). Nessa direção, dependendo do tipo de pensamento que o sujeito tivesse, sua linguagem seria determinada por ele. Caso a pessoa tivesse determinado tipo de ideia, sua linguagem expressaria claramente o que se estava pensando. No caso de pessoas com dificuldades em expressarem seu pensamento, talvez suas ideias estivessem bastante desarticuladas ou mesmo apresentaria poucas possibilidades de expressão naquele dado idioma ou no campo semântico do indivíduo.

Apesar do foco deste tipo de análise ser a busca da causa do comportamento verbal, os resultados deste tipo de análise não gozavam de credibilidade científica na visão de Skinner. Um dos argumentos utilizados por ele é de que as ideias expressas através dos sons da fala não podem ser vistas de forma independente. Em outras palavras, não é possível separar, hermeticamente, pensamento e linguagem. Por outro lado, tanto o que é classificado como linguagem como o que é classificado como pensamento operam sob as mesmas leis comportamentais.

Outras formas de explicações causais para o comportamento verbal também já foram utilizadas, como o recurso à imagens mentais, ao significado, etc. Contudo, na visão skinneriana, o grande problema destas tentativas de explicação é que elas partem do princípio de que a fala tem uma existência independente do comportamento do sujeito:

As palavras são encaradas como ferramentas ou instrumentos, análogos a marcas, fichas ou bandeiras de sinalização que são, algumas vezes, empregadas para fins verbais. É verdade que o comportamento verbal comumente produz entidades objetivas. A gravação de uma fala, as palavras numa página, os sinais transmitidos por telefone ou telégrafo são registros produzidos pelo comportamento verbal. Como fatos objetivos, todos eles podem ser estudados, como já o foram ocasionalmente, pela linguística, pela engenharia de comunicações, pela crítica literária e por outras disciplinas. Mas embora as propriedades formais dos registros das expressões vocais sejam interessantes, temos de preservar a distinção entre uma atividade e seus traços. Devemos, particularmente, evitar a formulação artificial do comportamento verbal como "uso de palavras". Não temos maiores razões para dizer que um homem "usa a palavra água" ao pedir para beber do que para dizer que ele "usa um instrumento de alcance" ao pegar o copo oferecido (SKINNER, 1957/1978, p. 8-9).

Pelas formulações conceituais de Skinner, evidencia-se que sua busca é por fatores funcionais da linguagem que sirvam, cientificamente, para explicar a existência do comportamento verbal. A análise funcional gozaria, então, de um status científico neste estudo, cujos resultados poderão apresentar variáveis que sejam possíveis de medidas e de manipulação. Para tal desígnio, faz-se necessário rejeitar a formulação considerada tradicional de explicação do comportamento verbal em termos de significado, uma vez que ela não consegue oferecer resultados efetivos no caso de uma ciência do comportamento.

A partir de seus estudos experimentais, Skinner apresentou passos importantes a serem considerados no que se refere ao estudo do comportamento verbal sob a metodologia de uma ciência comportamental. Ele começa apontando que é fundamental para a elaboração de uma topografia deste tipo de comportamento a realização de um estudo descritivo em que apresentará ação em sua forma de manifestação (SKINNER, 1957/1978, p. 4).

Em seguida, vem o estágio da explicação. Em que o objetivo será identificar os motivos pelos quais aquele comportamento ocorre. Para tal, faz-se necessário investigar de que variáveis aquele comportamento é função, ou seja, com que

fatores ambientais ele mantém uma relação de dependência. Apenas após a análise destes fatores, torna-se possível um estudo mais acurado no tocante ao quadro apropriado do comportamento como um todo.

No contexto da análise de um episódio verbal, Skinner destaca que é de fundamental importância considerar o comportamento do ouvinte também. Principalmente, na relação com a ação verbal do falante. Um se torna ambiente para o outro sob a égide de uma contingência. Além disso, o próprio falante é também um ouvinte de sua própria verbalização e, desta forma, reage de diferentes modos ao que fala (SKINNER, 1957/1978, p. 12).

Para aquelas que colocam o foco da análise do comportamento verbal na análise exclusiva no significado das palavras, Skinner afirma que este não é uma propriedade da verbalização em si, mas das condições sob as quais o comportamento ocorre (SKINNER, 1957/1978, p. 15). Expressando em termos técnicos, pode-se dizer que a busca dos significados tem o seu lugar junto às variáveis independentes num contexto de uma explicação funcional, não simplesmente como sendo parte da variável dependente. À guisa de exemplo, quando uma pessoa afirma que é capaz de perceber os significados de determinada frase, ela está demonstrando que consegue inferir acerca de algumas das variáveis das quais a resposta é uma função (SKINNER, 1957/1978, p. 15).

Mesmo que uma pessoa possua uma série de palavras aprendidas, o uso e a combinação delas dependerá das consequências que se quer produzir. Isto implica dizer que a dinâmica do repertório verbal de alguém não pode ser analisada profundamente sem a consideração do que se quer provocar no ouvinte ou leitor. Justamente para a tentativa de manipulação destes efeitos é que existem diversos recursos linguísticos e de retórica.

2.1.3 Contraposições de Noam Chomsky à visão skinneriana de comportamento verbal

O linguista norte-americano Noam Chomsky foi um dos estudiosos da linguagem que reagiu às concepções de Skinner sobre o comportamento verbal. Ele

escreveu uma resenha na qual apresenta seus principais argumentos apontando, em sua interpretação, várias fragilidades da obra “*Verbal Behavior*”.

De acordo com Bandini e Rose (2010, p. 21), devido à complexidade da abordagem behaviorista radical, muitos leitores da obra de Skinner sentem dificuldade em entender adequadamente suas proposições teóricas e metodológicas. Com a obra “Comportamento Verbal” não teria sido diferente, pois muitos tentaram enquadrá-la na visão inicial do behaviorismo de Watson, como sendo a linguagem apenas resposta ao meio, sob o paradigma Estímulo-Resposta.

Diversas críticas vieram também de linguistas e psicólogos ligados a abordagem cognitiva. Neste campo, encontram-se as críticas de Chomsky. Para ele, a principal fragilidade dos conceitos de Skinner sobre o tema está relacionada com a questão da geratividade da linguagem (CHOMSKY, 1959, p. 150).

Chomsky afirma que o conceito de representação, rejeitado por Skinner, é perfeitamente possível de ser estudado sob o ponto de vista científico, uma vez que a capacidade de representar é um processo mental resultante da atividade cerebral. É bem verdade que o pensamento dos dois autores parte de pressupostos científicos diferentes, é o que afirma Bandini e Rose (2010, p. 21).

Essa rejeição ao chamado “mentalismo” por parte dos behavioristas não iniciou com o Behaviorismo Radical, na verdade, ainda no início do século XX, ela já havia influenciado a Filosofia, a Linguística e a Antropologia (GARDNER, 2003, p.19). O ponto de partida behaviorista fundamental era de rejeitar o método introspectivo e conceituações abstratas como as relacionadas à categoria “mente” e a análise das representações inconscientes.

Em reação também a estas considerações behavioristas, autores como Chomsky afirmavam a necessidade de que a ciência também tratasse do tema da representação, considerando o uso de símbolos e de imagens mentais. Por esta lógica, era imprescindível descobrir como as representações mentais resultavam nos processos linguísticos e, além disso, o papel da Biologia, considerando-se que vários destes processos eram inatos (BANDINI; ROSE, 2010, p. 29).

O aspecto central da crítica de Chomsky, a geratividade da linguagem, apontava para o fato de que não era possível explicar aquisição da linguagem, por

exemplo, apenas pela interação do sujeito com o ambiente. Tanto que uma criança era capaz de falar muito mais sentenças do que lhe havia sido ensinado. Isso indicaria que fatores intraorganísmicos estariam na base desta aquisição (CHOMSKY, 1959, p. 35).

Evidencia-se ainda mais as diferenças de explicação entre estes dois autores. Enquanto Chomsky partia do pressuposto de que a geratividade da linguagem estava relacionada com causas internas que iam do processamento mental ao desenvolvimento neurológico, Skinner partia de outro pressuposto que era a história da relação do sujeito com o seu ambiente, considerando todo o histórico de reforçamento e modelagem que a comunidade verbal oportuniza ao sujeito. Isso fez com que a teoria skinneriana fosse vista por Chomsky como aplicável apenas ao estudo dos animais. (BANDINI; ROSE, 2010, p. 29).

Além disso, Chomsky apontou fragilidades nos procedimentos metodológicos desta abordagem. Pode-se resumir em duas principais questões. Para ele, de modo geral, os resultados obtidos, um estudo realizado em laboratório sob um rígido controle, não serão os mesmos fora de tais condições. Em outras palavras, tal metodologia não se aplica bem ao objeto de estudo em questão, a linguagem, que não tem como ser rigorosamente controlada num laboratório e/ou fora dele. A outra crítica feita por ele foi que resultados de pesquisa com animais não poderiam ser atribuídos também a outras espécies (CHOMSKY, 1959, p. 40).

Chomsky ainda questiona o seguinte: se um dado comportamento operante ou uma classe de respostas é mantida por suas consequências, como seria possível explicar aquelas respostas emitidas pela primeira vez antes mesmo de se receber qualquer tipo de reforçamento?

De acordo com Bandine e Rose (2010, p. 35-36), as respostas behavioristas a todas estas questões podem ser dadas revisando cuidadosamente o livro "Comportamento Verbal". Quanto às últimas questões aqui apresentadas, pode-se perceber nas definições de Skinner sobre o operante verbal tanto que o sujeito fica sob controle, inicialmente, dos estímulos ligados à propriedade do objeto descrito. Algumas produções literárias também são feitas como forma de crítica ao sistema econômico e político e podem ser sim produzidas mesmo que o estímulo reforçador não se faça presente com a imediaticidade que se deseja.

Para a crítica central, apresentada anteriormente, e, partindo do princípio de que para o Behaviorismo nenhum comportamento surge “do nada” ou é produto de algo puramente abstrato, Skinner salienta que é possível que uma pessoa tenha um vocabulário maior do que aquele que foi tecnicamente ensinado em função do que chamava de “recombinação de unidades funcionais”. Assim sendo, uma resposta verbal maior poderia ser o resultado de uma combinação de respostas menores presentes no repertório do sujeito (BANDINI; ROSE, 2010, p. 21).

Dessa forma, se uma pessoa havia aprendido uma determinada quantidade de sílabas seria possível que ela conseguisse recombina-las em vista do alcance de novos objetivos. Poderia até mesmo ler novas palavras mediante o uso destas recombinações e assim ampliar o seu repertório verbal.

Outro tipo de causa poderia ser a recombinação de respostas verbais, que seria a junção de dois operantes que possuíssem a mesma força, ao mesmo tempo e que se uniriam como uma nova resposta, mas de forma distorcida. Neste caso, poderiam ser criados os chamados “neologismos” que passariam a ser reforçados pelo ouvinte (BANDINI; ROSE, 2010, p. 37).

Além dos motivos apresentados, Skinner trabalhava com o conceito de modelagem comportamental. Esta consistia, conforme visto no capítulo primeiro, em sucessivos reforçamentos de respostas semelhantes ao comportamento ideal a ser atingido. No processo da aquisição da linguagem, por exemplo, a criança que emite sons como “ma, ma, ma...” vai sendo estimulada, através de sorrisos e palmas, por exemplo, a que consiga cada vez melhor dizer: “mamãe”. A capacidade dela de pronunciar a palavra de modo correto não foi resultado de uma entidade mental abstrata, mas de estimulações e reforçamentos seguidos que aos poucos a modelaram.

Não obstante as diferenças apresentadas entre estes dois autores, o debate em torno da geratividade da linguagem está longe de ser encerrado. As contribuições teóricas tanto da abordagem cognitiva quanto do Behaviorismo contribuem para enriquecer a compreensão deste fenômeno bem como para evidenciar a complexidade do assunto. Mesmo com enfoques e pressupostos diferentes, os dois autores reconhecem no tema da linguagem a sua dinamicidade e a impossibilidade de reduzir o seu estudo apenas a uma área de conhecimento. Tal

fato favorece que outras pesquisas com um enfoque diverso possam contribuir com o debate.

2.2 O USO DE REGRAS NA AQUISIÇÃO DE REPERTÓRIOS COMPORTAMENTAIS

O conceito de comportamento governado por regras foi utilizado por Skinner pela primeira vez em um texto sobre o comportamento operante produzido em 1963. Regras podem ser consideradas como um tipo especial de estímulo discriminativo que envolve o comportamento verbal daquele que emite a regra. Assim como envolve também o comportamento do ouvinte, uma vez que este é aquele que discriminará as contingências descritas nas regras e poderá seguir ou não o que está sendo expresso.

De acordo com Matos (2001, p. 1), o comportamento do ouvinte na qualidade daquele que é o responsável pelo reforçamento do falante faz com que o estudo das regras seja enquadrado dentro do campo do comportamento verbal, uma vez que as descrições verbais de contingências contidas na emissão das regras serão operacionalizadas por um ouvinte que faz parte da mesma comunidade verbal do falante.

Segundo Mendonça (2010, p. 5), o comportamento que é governado por regras está sob controle de um antecedente verbal que descreve uma contingência social ou não social. Desta forma, a regra pode influenciar como um estímulo discriminativo uma próxima resposta ou conjunto de respostas. A formulação da mesma está estreitamente relacionada a uma análise de contingências que serve tanto para controlar o comportamento de quem a emite quanto de quem a recebe.

Através da linguagem, a regra pode ser formulada com as mais variadas formas de expressão. Por meio de instruções, provérbios ou máximas que comunicam a sabedoria popular, bem como mediante códigos éticos e morais, leis científicas ou religiosas, etc.

Skinner (1969/1975, p. 280) fez uma importante distinção entre o comportamento que é governado por regras e o que é governado pelas

contingências. Afirmou que mesmo ambos podendo ter a mesma forma, o que os diferencia é justamente o fato de estarem sob controle de variáveis diferentes. No primeiro caso, o sujeito estaria sob controle de descrições de contingências às quais não teve acesso, mas mesmo assim elas mantêm sobre ele o seu poder reforçador. No segundo caso, as respostas do sujeito são resultado do contato direto dele com as contingências, mesmo sem ter feito a verbalização delas.

Skinner afirmava que a emissão de regras poderia substituir o processo de modelagem comportamental, entretanto, enfatizava que não necessariamente haveria o mesmo efeito sobre o sujeito. Posteriormente, Skinner denominou este último de “comportamento modelado por contingências” e o que se dá mediante o uso de instruções como “comportamento governado por regras”.

Uma pessoa ao dirigir pode estar governada a partir destes dois tipos de controle. Ao desviar de algum obstáculo que encontra a sua frente, o motorista estará emitindo respostas que são resultado do seu contato direto com as contingências, ou seja, guiará o carro para outro lado em função de evitar uma batida já que viu um dado obstáculo que o impediria de continuar trafegando com segurança. Por outro lado, também está sujeito a seguir as regras de trânsito, expressas, por exemplo, nas placas ao longo do caminho. Na medida em que diminui a velocidade após ter visto um sinal de curva perigosa, logo a frente emitiu tal ação, não por contato direto com a curva perigosa, mas a partir de um dado estímulo discriminativo (a placa) que contém uma regra estabelecida por alguém que descreveu a contingência.

Por esta lógica, Skinner afirmava que a regra não acrescenta dados novos à contingência, na verdade, apenas a descreve e, desta maneira, contribui para que a pessoa consiga lidar melhor com as situações a que se aplicam.

De acordo com Skinner (1969/1975, p. 294), o comportamento que é governado por regras produz consequências instrucionais típicas como a aprovação social, já que aquele grupo de pessoas que a aceita é treinado para responder de forma reforçadora às ações que lhe sejam correspondentes. Mas também produz consequências consideradas colaterais à resposta que está sob análise. Consequências colaterais podem ser obtidas quando, por exemplo se segue

determinadas regras de trânsito, e, dessa forma, evita-se o envolvimento em acidentes ou o recebimento de alguma multa.

Essas consequências colaterais, assim chamadas por estarem associadas a consequências principais, possuem maior ou menor influência sobre diferentes respostas. No caso do comportamento de dirigir, exercem um papel bastante importante, mas em relação ao ato de obedecer a influência não é tão grande, uma vez que o sujeito pode, sob controle de outras contingências, envolver-se em determinados comportamentos de risco.

Skinner (1957/1978, p. 41) fez uma importante conceituação entre dois principais tipos de regras: as de ordem e as de conselho. Quando as consequências de um comportamento descrito pela regra são arranjadas pela própria pessoa que a emitiu, pode-se dizer que se trata de uma ordem. Por ter sido apresentado um conjunto de reforçadores especiais arranjados contingentes à resposta a ordem se torna efetiva. Um exemplo disso é quando as consequências do agir terão efeitos punitivos de longo prazo, como é o caso de sentar-se de um modo prejudicial à coluna. Possivelmente dores, desvios e problemas posturais demorem um pouco mais a aparecer dependendo de determinadas variáveis, entretanto, para que o sujeito siga a instrução de sentar-se de forma segura para sua saúde são acrescentados a este ato reforçadores sociais que fortaleçam o considerado sentar-se de forma “elegante”, o ser “educado”, etc. Tais condições propiciam reforços sociais que favorecerão a efetividade da ordem, haja visto o retardamento das consequências aversivas.

De acordo com Mendonça (2010, p. 7), “consequências éticas e legais podem ser arranjadas e sobrepostas às consequências produzidas pela resposta (elas próprias sem efetividade) para o controle do comportamento.” Neste caso, por exemplo, o ato de fumar poderia ser tido como algo vergonhoso, ilegal ou até mesmo pecaminoso. Desta forma, o sujeito teria seu comportamento controlado por reforços sociais contingentes a resposta, mas não naturais a ela, mas sim acrescentadas com agentes da cultura, ou mesmo por agências controladoras (escola, Estado, religião) com vistas a atingir determinados objetivos.

Já o comportamento de seguir conselhos se mantém por consequências obtidas anteriormente quando respostas similares foram utilizadas. Por exemplo,

quando uma pessoa afirma que outra deve agir desta ou daquela maneira, ela pode estar se referindo a um tipo de ação com a qual ela já se envolveu em situações semelhantes ou outras pessoas já se envolveram e foram reforçadas. Assim sendo, o ouvinte seguindo aquelas instruções poderá também viver a mesma experiência.

Após os estudos realizados e apresentados por Skinner, várias outras formas de conceituar o comportamento foram desenvolvidas. De acordo com Glenn (1987, p. 30), estímulos verbais especificam as contingências, desta maneira, para ele, as regras devem ser entendidas a partir de sua forma. Diferentemente da visão skinneriana que as interpreta como parte de uma relação funcional.

Para outro autor, chamado Catania (1989, p. 48), as regras são definidas como estímulos antecedentes verbais que evocam um dado comportamento do ouvinte. Tal definição incluiria outros tipos de relações como as ecoicas, de transcrição ou intraverbais, que costumeiramente não são tratadas como pertencentes ao campo das regras de comportamento.

De acordo com Farias (2010, p. 230), pode-se afirmar que elas são estímulos verbais antecedentes, consideram que elas comportam pelo menos as seguintes funções: discriminativa, estabelecadora eliciadora e/ou reforçadora. Para isso demonstra que as regras são muito mais que simples estímulos discriminativos comuns. Isto porque elas adquiriram esta função ao longo da história de reforçamentos do sujeito não por meio apenas de classes de equivalência.

Schlinger (1998, p. 12), defendendo também uma definição funcional, não considera salutar classificar regra como também pertencente ao campo das estimulações verbais com efeitos discriminativos. Isto porque se a regra fosse apenas um estímulo discriminativo não seria necessário categorizá-la a parte, já que manteria a mesma função de qualquer outro discriminativo, seja ele verbal ou não.

Para o autor em questão, o que torna de fato as regras um conceito singular é alteração que elas são capazes de produzir na função dos eventos que descrevem, isso de forma semelhante aconteceria se o ouvinte estiver sujeito às contingências descritas. Por este viés, ele afirma: "... Entretanto, nem todos os estímulos alteradores de função precisam conter dois ou mais termos. Em ouvintes sofisticados, é comum que uma única palavra tenha efeitos alteradores de função." (SCHLINGER, 1998, p. 12). Nesse sentido, ele utiliza como exemplo a função que a

palavra “veneno” pode ter sobre uma comida que alguém estava se preparando para comer. Como se percebe, uma única palavra emitida é capaz de alterar a função do estímulo “comida”, que antes poderia ser vista como algo bastante agradável para se comer e, agora, passa a ser vista como um potencial perigo para a saúde.

Problematizando as diversas definições de regras, Mendonça (2010, p. 10) afirma:

Para exercício de reflexão acerca de qual a melhor definição para regras, algumas questões poderiam ser feitas. Por exemplo: se o termo “regras” passa a ser utilizado apenas para descrições que especificam contingência, por exemplo, como chamaremos as descrições que apenas implicam contingência? Instruções? Estímulos discriminativos verbais? E se o efeito de ambas as descrições puder ser, em algumas situações, o mesmo, como sugeriu Schlinger (1993), não seria mais adequado que um efeito fosse designado por apenas um termo? A autora deste texto desconhece respostas a estas perguntas que sejam definitivas e acredita que muitas ainda terão que ser respondidas para acabar com o impasse. A autora do presente texto acredita também que esta é uma questão que não será decidida por um ou outro teórico da análise do comportamento, mas que permanecerá a prática verbal cujos resultados experimentais forem apontando como mais heurística.

O controle comportamental através do uso de regras possui inúmeras vantagens, mas também desvantagens que serão abordadas mais à frente. Primeiramente, aquele que aprende por regras tem a vantagem de poder aprender mais rapidamente. Isto se dá porque alguém que ou também recebeu a regra ou atuou diretamente na contingência transmite ao outro o que deve ou não ser feito e suas possíveis e prováveis consequências. Sem elas, neste caso, o sujeito poderia até formulá-las no contato direto, mas teria que passar por todo um processo prático de como elas operam.

Outra grande vantagem consiste no sujeito ter a possibilidade de aprender sem manter o contato direto com situações que poderiam ser danosas para ele. É o caso de uma pessoa que é instruída a não tocar em um fio de alta tensão. Evidentemente que não tocar para evitar o choque em função de uma regra ouvida oportunizará que o sujeito não tenha contato direto com a estimulação aversiva para depois aprender que não deve fazer isso.

Vale ressaltar que um dado comportamento que foi evocado pela regra pode continuar sendo mantido pelas próprias consequências naturais que produziu. Isso

pode se dar mesmo que posteriormente ela seja retirada. Uma outra grande vantagem consiste em fazer com que o sujeito se exponha às condições reforçadoras que por si mesmas serão capazes de modelar os repertórios do indivíduo, favorecendo sua manutenção e adaptação às exigências do ambiente, principalmente, naqueles cujos reforçadores estão disponíveis.

Além disso, partindo do princípio de que as regras são capazes de alterar a função de determinados estímulos elas podem estar associadas, como no caso da ordem, às condições especiais de reforçamento que, na ausência de reforçadores ou punidores de curto prazo, são capazes de agregar efeito sobre as respostas. Esta característica contribui para que o indivíduo evite, principalmente, contato com estimulações aversivas de longo prazo, que por serem assim, poderiam favorecer que o sujeito relativizasse a sua aversividade, pelo menos enquanto ela não se apresenta.

Outra vantagem diz respeito à sua importância no contexto da sobrevivência da espécie humana, uma vez que favorece a emissão de comportamentos autocontrolados, isto é, comportamentos cuja consequência reforçadora é atrasada. Bem como evita o contato direto com a contingência aversiva e pode, sem maiores problemas, ser transmitidos a futuras gerações mediante a cultura.

A cultura em seu conjunto de produção materiais e imateriais fornece também códigos morais estabelecidos convencionalmente, em boa parte dos casos, ao fazer isso, indica que repertórios comportamentais têm mais chances de serem aceitos/reforçados. Isto implica na seleção das atitudes que se espera das pessoas no contexto de vivência social.

Em contrapartida, o uso de regras, inclusive o excesso delas, na aquisição de repertórios comportamentais, também pode ser prejudicial. Existem determinadas habilidades motoras, por exemplo, que apenas com o contato direto com a contingência é que se desenvolve. Dificilmente uma pessoa que não sabe costurar aprenderá de forma satisfatória esta arte apenas ouvindo as instruções de alguém. Mesmo que seja extremamente obediente e que seu instrutor seja considerado um dos mais experientes no ofício. A exposição ao ato fará com que o aprendizado seja mais aprimorado.

Por outro lado, é possível que determinado repertório seja desenvolvido inicialmente através do uso de regras que instruirão o sujeito sobre procedimentos básicos a serem adotados, para que, em seguida, tenha acesso direto à contingência. Antes de começar aulas práticas de direção, por exemplo, as pessoas se submetem a instruções diversas que vão desde as regras de trânsito às condutas compatíveis como uma direção defensiva.

Uma pessoa que foi criada num ambiente em que tinha regras em excesso, pode se tornar sempre dependente de outro para reger sua vida. Essa dependência oportunizará que ela evite sempre se expor a situações encaradas por ela como potencialmente perigosas. Tal exposição em determinadas situações pode contribuir muito para o processo de maturação do sujeito. Situações assim no contexto familiar costumam estar associadas ao que se chama “superproteção”. Esta classe comportamental assim denominada se refere às ações dos pais, por exemplo, que utilizam uma grande quantidade de regras para evitar que seus filhos se exponham a situações de maior ou menor grau de perigo. As consequências disto podem ser filhos com enorme dependência dos pais, medo de situações diversas de exposição, bem como baixo repertório pró-social.

O uso de regras também pode ser um instrumento coercitivo utilizado por agências de controle com objetivos que interessam a agência e/ou a grupos específicos, mas que podem ajudar ou não o indivíduo. Uma pessoa já habituada a seguir regras sem maiores questionamentos, por exemplo, pode obedecer certas instruções cujos resultados podem ser prejudiciais para ela ou para outras pessoas.

Esta falta de criticidade em relação ao uso das regras pode ser modelada nas microrrelações. Quando, por exemplo, um educador afirma que uma criança deve agir de determinado modo porque ele está mandando e pronto, tal atitude possibilita que a criança seja treinada a obedecer “cegamente”. E esta experiência poderá ser transponível ou generalizada para outros contextos como a política, a religião, a vida no contexto organizacional, etc.

Há situações em que o controle natural é mínimo e o controle por regras é muito mais elaborado e complexo. Como afirma Matos (2001, p. 57), quando o indivíduo está aprendendo uma habilidade conceitual abstrata como calcular a rota de avião o controle por contingências naturais é mínimo. As informações descritivas

contidas nas regras vão se tornando cada vez mais codificadas até chegar ao ponto em que uma pessoa que não esteja familiarizada com aquela linguagem técnica não será capaz de compreender as instruções.

Segundo Matos (2001, p. 57), a atitude de seguir regras pode ser analisada em dois níveis, o de seguir a regra e o de realizar aquilo que esta preconiza. Elas são eficazes, principalmente, em contextos nos quais as contingências naturais são fracas, seja porque a magnitude de suas consequências é pequena ou porque são de longo prazo, conforme explicado anteriormente.

Também podem compensar ou até mesmo anular o efeito aversivo de algumas consequências naturais. Por exemplo, o efeito doloroso de tomar uma injeção pode ser compensado pelo efeito de eliminar ou prevenir uma determinada doença (Matos, 2001, p. 58).

Nesta direção, o seguimento das regras está estreitamente relacionado ao processo de socialização, mais especificamente, ao que se refere à aquisição da linguagem e o controle por reforçadores (Matos, 2001, p. 58). Por isto, para a autora, somente mediante um acompanhamento de seus efeitos ao longo do processo de desenvolvimento mental do sujeito é que é possível conhecer mais profundamente os seus efeitos. Além disso, seguir regras é um processo que vai sendo amadurecido ao longo do tempo, isto é, a depender do modo como o sujeito vivencia elementos de sua cultura, vai modificando sua maneira de encará-las, bem como sua aquisição que é gradual, ou seja, segue etapas evolutivas.

Pesquisadores como Bentall, Lowe e Beasty (1985, p. 60) analisaram se haveria mudança, ao longo do processo de socialização, em relação a proporção entre o controle por contingências naturais e as contingências culturais. Os diversos estudos realizados neste campo focalizavam duas problemáticas: aderir ou não aderir à regra e, até mesmo, mudar ou não mudar o desempenho quando as contingências são modificadas. Em termos mais práticos, se alguém recebe uma determinada instrução para agir sob determinadas condições a fim de ser reforçada, o que ocorrerá no processo do uso das regras se as condições outrora descritas forem alteradas? As regras ainda terão governo?

De acordo com Matos (2001, p. 62), se a regra não for adaptada às novas circunstâncias, sua utilidade irá se perder. Por isso, o comportamento governado

pelas contingências é bem mais sensível às mudanças. Isto significa que as regras têm a sua importância limitada pela manutenção de aspectos da contingência que fazem valer aquela descrição contida na regra, caso esta relação seja alterada, não haverá mais correspondência entre regra e contingência.

Pode-se afirmar, de acordo com Farias (2010, p. 234), que não são simplesmente as regras em si que controlam o comportamento, mas sim as contingências que elas descrevem. Por exemplo, se alguém emite a regra: “pare diante do sinal vermelho para evitar acidentes”, o fato de o sujeito parar não se dará apenas por ter ouvido tal verbalização, mas porque ele quer evitar algum possível acidente, o que foi descrito na fala.

Conhecer as regras que operam sobre os próprios comportamentos é de fundamental importância para que o sujeito tenha condições de emitir contra controle ou ações que possam alterar uma contingência em vigor, o que se torna um grande desafio no caso do comportamento governado por regras (Guilhard, 2005, p. 50).

No contexto familiar e também em âmbito religioso, por exemplo, seguir regras sobre o que é considerado culturalmente como “correto” ou “incorreto” envolve consequências de curto e de longo prazo. No caso dos reforçadores de curto prazo, tem-se a aprovação social ou a retirada de algum estímulo aversivo para o sujeito.

No caso dos comportamentos religiosos, por exemplo, as pessoas tendem a fortalecer práticas que são consideradas desejáveis pelo grupo. E este tem a função de promovê-las na medida em que agentes da comunidade religiosa encontram maneiras de fortalecê-las, seja elogiando, prometendo e oferecendo benefícios materiais e/ou espirituais, etc.

A regra da confissão, no caso da tradição católica, oportuniza ao sujeito que a prática o alívio de determinados sentimentos de culpa que alimenta em função de pecados cometidos. Logo, o seguimento da regra estabelecida pela instituição religiosa contribuirá para que o sujeito possa considerar-se apto novamente ao contato com o sagrado de forma mais próxima.

Em todos estes casos, verifica-se que a regra passa a exercer governo a partir do momento em que o indivíduo é conduzido por elas às próprias

contingências de reforçamento. Mas também, por outro lado, pode trazer insensibilidade às contingências naturais de reforçamento.

No contexto da resolução de problemas, os operantes verbais têm uma enorme importância. A utilização de regras nestas situações oportunizará que o indivíduo tenha condições de encontrar os comportamentos mais adequados para conseguir resolver a questão posta pelo problema. A resolução de problemas envolve um conjunto de ações tanto públicas quanto privadas (pensamentos, sentimentos, etc.).

Algumas dessas respostas podem ter sido adquiridas anteriormente no histórico de reforçamento do sujeito. Um exemplo pode ser encontrado no caso de uma pessoa que precisa se localizar numa determinada região e seu instrumento de GPS não está funcionando satisfatoriamente. Ela, então, começa a variar seu repertório comportamental no sentido de buscar ações alternativas. Em dado momento, tendo em vista que já utilizou as ferramentas de mapa e localização do seu celular e obteve êxito, passa a utilizá-lo para se localizar e encontrar lugares para onde deseja ir naquelas proximidades.

Pelo exemplo citado, facilmente uma pessoa poderia concluir que a resolução do problema se deu por uma atividade exclusivamente cognitiva relacionada à capacidade do sujeito de lembrar das funções de seu celular. A abordagem behaviorista não nega a existência de operações cognitivas, mas não as vê como causa comportamental, uma vez que, pensar, por exemplo, é também um comportamento, que está, portanto, sujeito a leis às quais outros tipos de respostas também são sensíveis.

Mandos e tatos passam a ser auto regras quando se tornam descrições de contingências formulados pelo próprio falante. Neste caso, o sujeito após analisar dados do ambiente e relações funcionais, consegue identificar sob que princípios operam, por exemplo, e, desta maneira, propiciam ações verbais que atuam como operantes.

2.3 A IMPORTÂNCIA DO USO DE REGRAS NO ÂMBITO CULTURAL

A cultura também opera sobre a formulação e o seguimento de regras através de reforçamentos sociais. Aquelas respostas consideradas mais adaptadas a determinadas situações terão mais chance de sobrevivência no grupo (SKINNER, 1957/1978, p. 305). Se para determinada sociedade a classe de comportamentos classificadas como gentileza for valorizada por membros, é provável que a emissão de tais repertórios seja reforçada por agentes daquela cultura e também que seja favorecida mediante a formulação de regras como: “trate sempre o outro da mesma maneira que você gostaria que ele lhe tratasse”.

Na vivência cultural e, mais especificamente, no âmbito da moral, as pessoas fazem a distinção entre comportamentos considerados “legítimos” e “ilegítimos”, “corretos” e “errados”, bem como “santos” e “pecadores”, tal classificação apesar de não ser considerada diretamente no que diz respeito a uma ciência do comportamento, estão pautados em estratégias de controle bastante comuns na cultura. Subjaz a estes termos a regra de que os comportamentos dos indivíduos devem ser orientados para aquilo que a sociedade espera deles. Conforme os termos exemplificados, para tal grupo, o sujeito deve sempre ter ações legítimas, corretas e santas, ou seja, muitas vezes os agentes da cultura operam utilizando regras que poderão mudar a função de certas contingências ou até mesmo governar determinados comportamentos a partir do uso de reforços generalizados.

À guisa de exemplificação, imagine que um grupo deseja favorecer, entre os seus membros, a prática da solidariedade e da partilha. Uma pessoa que pertence ao grupo e que possui uma dada quantidade de dinheiro poderia utilizá-lo para uso pessoal, e assim, conseguir determinados estímulos reforçadores. Neste caso, esta pessoa estaria sob controle da própria contingência, a saber: no contexto em que ela tem dinheiro e determinados produtos que lhe faltam estão à venda por um preço acessível a ela, a sua ação de comprar oportunizaria a aquisição do reforçador (o objeto que lhe falta, por exemplo). Entretanto, diante da situação de necessidade de algum membro do grupo e com uso da regra de que uns devem se dispor à ajuda material para o outro, doar uma parte de seu dinheiro para o outro poderá ser um

comportamento controlado pela regra cuja consequência será um reforço social do tipo: “Parabéns! Você é uma pessoa bastante solidária e altruísta!”

Se o ato de doar priva o indivíduo de outras possibilidades reforçadoras, já que no exemplo citado, a pessoa renunciou a certos benefícios pessoais em vistas da necessidade de outrem, o grupo pode operar no sentido de fazer com que a regra modifique, neste caso, uma contingência de punição negativa (doei e fiquei sem o objeto que precisava), para uma contingência de reforço social (já que o ato da doação também pode ser mantido pelos elogios e reconhecimentos de membros do grupo).

Pelo que foi exposto acima, é possível perceber como as regras são importantes no contexto da modelagem de comportamentos valorizados pela cultura. Atuam criando condições para que comportamentos alvos sejam efetivamente reforçados e favoreçam a manutenção de expectativas do grupo.

Por outro lado, o sujeito também pode manter o comportamento de seguir regras por reforçamentos negativos, isto é, pela retirada de estímulos aversivos que podem ser também construídos no âmbito cultural. Na experiência religiosa, que também comporta exigências morais, é comum encontrar a descrição de estímulos aversivos que poderão estar presentes caso determinada lei seja descumprida ou no caso da emissão de algum comportamento considerado desadaptado no contexto daquela fé.

Nestes casos, enquadram-se os discursos relacionados à punição e/ou ao castigo dos deuses ou de determinada entidade sagrada no caso de condutas indesejadas. Assim, uma pessoa poderia seguir a regra de ir à missa todos os domingos acreditando que, desta maneira, evitará que sua alma seja condenada no julgamento particular após a morte.

As regras formuladas por instituições religiosas, pela sociedade e também pelo governo têm o seu seguimento pautado em contingências sociais. Conforme descrito no capítulo primeiro, Skinner (1953/2003, p. 363) discutiu a respeito da influência das chamadas “agências de controle” sobre variáveis que afetam o comportamento das pessoas. Muitas estratégias utilizadas por elas são baseadas em esquemas de punição. Nesse sentido, objetiva-se extinguir as atitudes do

indivíduo que não são aceitas pelo grupo ou que ameaçam a sua estabilidade. Para tal controle também se faz uso de medidas coercitivas.

O comportamento “obediente” é modelado, portanto, não apenas através de consequências reforçadoras positivas, mas muitas vezes por reforçamento negativo. Por este tipo de controle, o sujeito é levado a emitir determinadas respostas sob condições de um comando verbal específico.

De acordo com Skinner (1953/2003, p. 368), as agências deveriam fazer uso mais frequente de estimulações reforçadoras do que de estratégias de punição. Desta maneira, provavelmente, favoreceria que as pessoas tivessem emoções agradáveis e também que apoiassem com maior grau de adesão as medidas de controle.

A religião é uma destas fortíssimas fontes de controle comportamental. Diversos agentes controladores atuam em nome dela formulando regras de comportamento. Sacerdotes e pastores, por exemplo, formulam-nas e utilizam-nas em contexto de aconselhamento. A emissão delas sem levar em consideração a situação concreta específica pela qual o sujeito está passando pode não ter o efeito prático de resolução do problema.

Determinadas regras oriundas da experiência religiosa podem ajudar o sujeito no processo de superação de suas dificuldades, mas também pode favorecer que emita comportamentos de acomodação diante das dificuldades. Além disso, podem favorecer a desconsideração sobre as próprias necessidades e direitos que o indivíduo possui. Também pode oportunizar comportamentos de submissão sem uma análise crítica daquilo que efetivamente está sendo exigido e o do que está sendo proibido.

Dentre as consequências do controle exercido por estas agências, entram aquelas que tocam na dimensão sentimental do indivíduo. A tolerância à frustração, por exemplo, pode ser desenvolvida como produto não apenas de contingências coercitivas, mas de extinções e também de baixas magnitudes de reforços positivos. De acordo com Guilhard (2005, p. 70), o sujeito pode emitir a resposta de fuga-esquiva como sendo um subproduto das regras e autorregras, evitando, desta forma, entrar em contato com as consequências aversivas.

Skinner (1953/2003, p. 354-355) refletiu também sobre os subprodutos do exercício do controle. Leva em consideração que as agências controladoras tanto restringem quanto punem o comportamento tido como egoísta. Este que é reforçado primariamente na história de vida do indivíduo. Uma das consequências das tentativas de controle aversivo utilizadas por elas é que as pessoas terminam fugindo do controlador. Adotam as mais diversas estratégias para evitarem estar em contato com a estimulação aversiva.

Nestes casos, pode estar presente a revolta na medida em que pessoa não tolera certas exigências e, a partir daí, passa a ter que agir com agressividade em relação ao controlador ou ao invés de contra-atacar, pode também agir com bastante passividade. A seleção deste ou daquele modelo de reação é realizada a partir do histórico de vida da pessoa, o que toca na dimensão ontogenética.

De acordo com Farias (2010, p. 235), o sujeito pode ainda, como reação ao controle aversivo exercido pela agência, aplicar contingências aversivas a si mesmo. Por exemplo, restringindo-se de determinadas atividades como maneira de “purgar” a sua culpa frente determinados atos cometidos ou pode fazer isso também como uma forma de evitar que lhe venha algo ainda mais aversivo.

Segundo a mesma autora, os subprodutos emocionais que podem estar associados a estes comportamentos de resistência a um controle social aversivo são medo, ansiedade, raiva e ira. O medo pode oportunizar uma mudança no repertório do indivíduo no sentido de favorecer a fuga e paralisá-lo. Uma determinada prática religiosa que assume uma postura extremamente condenatória acerca de um dos diversos tipos de comportamentos bastante comuns naquela cultura pode facilitar que algumas pessoas se esquivem dela a fim de se livrarem do medo de serem condenadas pelos seus atos.

Mas as pessoas podem ter também seus medos alimentados frente às ameaças que escutam por este ou aquele pregador. A ansiedade, neste caso, manifesta-se na própria fuga ou esquivas comportamentais. A ira e a raiva podem ser acompanhadas da revolta e da depressão, em função do excesso de controle exercido pelo agente da agência.

Um outro mecanismo de controle social mediante o uso de regras pode se manifestar no campo da ética, em que se vê o controle do homem pelo homem.

Como também aqui o reforço é produto de um grupo de pessoas treinadas para fortalecer ações compatíveis com a moralidade aceita convencionalmente, tem-se que há na manutenção deste o reforçamento social também. A comunidade compartilha certas práticas consideradas como valor e seus membros punem ou se reforçam mutuamente.

Tal controle pode ser expandido até mesmo para o âmbito pessoal. É o caso das pessoas que, por orientação do grupo, terão o uso de seu corpo regido por certas exigências. Proibições como não fazer tatuagem, proibição de práticas de fornicação ou mesmo sacrifícios como o jejum e penitência são exigências que atestam a influência da agência sobre o âmbito pessoal.

O comportamento que é governado por regras tem uma importância muito grande no contexto das contingências comportamentais dos indivíduos de uma dada cultura porque está estreitamente relacionado com a evolução e a manutenção dos padrões culturais. Ele é crucial em relação à aprendizagem de comportamentos envolvidos com as práticas culturais e manutenção das tradições.

Conforme afirma Moreira (2013, p. 148), as leis existem para controlar comportamentos, todavia, são muito mais do que comportamento verbal, são também “codificação de procedimentos de controle usados pelas agências governamentais”.

Para Skinner (1953/2003, p. 370), a lei “é uma regra de conduta no sentido de que especifica as consequências de certas ações que, por seu turno regem o comportamento.” Seguir leis não é uma atividade automática, pois sua efetividade dependerá de condições concretas às quais o indivíduo está submetido.

A Bíblia é considerada pelas tradições judaica e cristã como um livro sagrado cujas regras de comportamento devem ser seguidas por todas as pessoas que utilizam-na em vista de legitimar regras criadas a partir da experiência religiosa da qual são adeptos, e com isso, buscam regular condutas. O próprio nascimento dos textos bíblicos tinha esta questão como pano de fundo.

Entender os alcances e limites deste conjunto de textos enquanto regras de comportamento não é uma tarefa fácil, mas um desafio que se constitui como objeto da presente tese. Assim sendo, no próximo capítulo serão abordadas as diversas

possibilidades de contribuição da abordagem psicológica analítico-comportamental para o estudo da Bíblia. Serão enfatizadas, sobretudo, as contribuições da visão skinneriana sobre o comportamento verbal e o uso de regras na aquisição de repertórios comportamentais.

Inicialmente, serão apresentadas as contribuições da área da Psicologia para os estudos da Bíblia e, em seguida, como se configuraria uma abordagem bíblica psicológica analítico-comportamental. No último capítulo da presente tese, será feita uma aplicabilidade desse olhar hermenêutico sobre Dt 5,6-10.

3 CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PARA A HERMENÊUTICA BÍBLICA

A arte de interpretar os textos bíblicos pode ser enriquecida com diversas áreas do conhecimento, como a Antropologia, a Filosofia, as ciências do texto e também a Psicologia. A produção de textos sagrados, como a Bíblia, é um dos resultados das relações que os seres humanos estabelecem com a(s) divindade(s) em quem depositam a sua fé. Por esta relação entre humano e divino, faz-se necessário conhecer a experiência humana em suas diversas dimensões a fim de que se aprenda melhor os sentidos mais profundos do que está expresso na literatura sagrada.

De acordo com Croatto (2010, p.64), as linguagens da experiência religiosa são constituídas de símbolos e conteúdo que desvelam aspectos não só da realidade transcendente de que falam, mas da forma como, fenomenologicamente, os autores concebem e organizam a sua vivência com o sagrado.

Por esta lógica, a área da Psicologia pode ser muito útil aos estudos de livros sagrados, como a Bíblia, na medida em que permite a análise do modo como as questões comportamentais de quem escreve, ou de quem lê ou mesmo dos personagens envolvidos no texto se articulam para uma compreensão mais profunda daquilo que se busca transmitir. Dessa forma, este capítulo que objetiva analisar as contribuições que a Análise do Comportamento pode oferecer à Hermenêutica Bíblica, inicia com a apresentação de como a Psicologia e os estudos bíblicos podem, em conjunto, favorecer o entendimento do texto sagrado.

A seguir serão apresentadas as principais contribuições da Psicologia para a hermenêutica bíblica. Para tal, levar-se-á em consideração trabalhos de pesquisadores importantes que se dedicaram ao estudo bíblico a partir dessa articulação com as abordagens psicológicas.

3.1 AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA OS ESTUDOS BÍBLICOS

Segundo Collicutt (2012, p. 3), as relações entre Psicologia e os estudos bíblicos não têm sido um processo simples historicamente. Abordagens psicológicas da Bíblia ainda são escassas. Wayne Rollins lançou em 1999 um livro intitulado: “Alma e Psique: a Bíblia em perspectiva psicológica” e nele apresenta esse diálogo perpassando por contribuições desde a pré-modernidade. Aponta que no século XX houve o desenvolvimento de um “relacionamento desconfortável” em função do fato de muitos estudiosos da Bíblia afirmarem que a Psicologia estava sendo usada de forma inadequada. Um dos pensadores mais influentes, nesse sentido, foi Albert Schweitzer⁵.

Tal rejeição inicial constitui-se como resposta a duas grandes forças teóricas da Psicologia no início do século XX: a Psicanálise Freudiana e o Behaviorismo. Na década de 1970, houve maior aproximação dos estudiosos da Bíblia com a psicanálise freudiana, uma vez que ela se tornou mais modesta e flexível em relação à religião (COLLICUTT, 2012, p. 5). Além disso, a hermenêutica bíblica tornou-se mais aberta ao diálogo interdisciplinar.

Esta aproximação favoreceu o surgimento da Sociedade de Literatura Bíblica em 1998. Tal organização utilizava amplamente as diversas abordagens da Psicologia nos estudos, todavia as que mais se destacavam eram as abordagens junguianas. Desse profícuo diálogo, fortaleceu-se a área da Psicologia Pastoral.

Uma afirmação bastante importante no contexto da produção deste trabalho é a que Collicutt (2012, p. 5) faz: “Isso reflete um fato que não foi totalmente reconhecido por Rollins: o mesmo grau de aproximação nunca foi alcançado entre os estudos bíblicos e o segundo ramo dominante na Psicologia do século XX, o Behaviorismo Radical.” Tal fato torna-se importante no contexto da produção da presente tese já que a principal intenção é demonstrar possibilidades de contribuições desta abordagem para os estudos bíblicos.

⁵Teólogo, músico, filósofo e médico. Nascido na Alemanha. Viveu entre 1875-1965. Sua tese de doutorado foi intitulada: “Um estudo psiquiátrico de Jesus” e foi defendida na Faculdade de Medicina de Estrasburgo em 1913.

Também o Behaviorismo Radical se tornou mais aberto à reflexão sobre os comportamentos das pessoas a partir do fenômeno religioso. Todavia, nem os estudiosos da Bíblia nem os behavioristas esforçaram-se consideravelmente para favorecer o diálogo com esta abordagem.

Collicutt (2012, p. 6) afirma que a limitada reaproximação entre as teorias psicológicas tradicionais e os estudos bíblicos é refletida não apenas na antipatia algumas vezes existente entre os estudiosos da Bíblia e os adeptos destas teorias, mas também pela aparente ignorância de sua existência. O fato é que se a Psicologia é aceita ou criticada em relação aos estudos bíblicos, escritores desta área que não são psicólogos na sua maioria, muitas vezes, acham que ela se resume à psicoterapia. Assim, o primeiro passo para que se possa avaliar a utilidade desta área é ter claro o que ela realmente se propõe.

A diversidade de abordagens ao invés de ser um empecilho desta aproximação, ao contrário, favorece o desenvolvimento de estudos críticos. Evidentemente que também não significa que se deva utilizar uma abordagem para cada tipo de passagem bíblica, mas determinadas teorias psicológicas são uma alternativa de aprofundamento que, como teorias, lançam um olhar em perspectiva.

A convivência entre a Psicologia e os estudos bíblicos nem sempre se manifesta de modo cordial (ELLENS; ROLLINS, 2004, p. 1). Nesse sentido, Pilch (1997, p. 112-116) apresenta três principais críticas a esta aproximação. Entretanto, é importante destacar que elas foram elaboradas tomando por referência os estudos na área da Psicanálise e da Psiquiatria. Dessa forma, resume a “inadequabilidade” desta aproximação em três palavras-chave: anacronismo, etnocentrismo e individualismo.

A acusação de anacronismo parte do princípio de que as teorias da Psicologia foram elaboradas na modernidade e são bem distantes do contexto original a partir dos quais os textos bíblicos foram produzidos. E, portanto, não podem ser aplicados a eles. Em contrapartida, analisando o quadro mais amplo do desenvolvimento histórico, pode-se afirmar, baseando-se em Gombrich (2005, p. 10), que “Não houve tempo suficiente para que mudássemos.” O autor argumenta no sentido de que diversos princípios que operam em relação ao comportamento humano permanecem.

De fato, é um desafio aplicar princípios da Psicologia a comportamentos de pessoas da Antiguidade levando em consideração também o fato de que não se tem muitas informações necessárias a uma análise psicológica mais profunda, contudo, os estudos podem ser dirigidos a alguns aspectos do agir humano que não mantêm relação exclusiva com o contexto histórico da época.

Em relação à crítica de etnocentrismo, afirma-se que a Psicologia está, muitas vezes, ocupada em estabelecer regras de explanação, predição e controle do comportamento humano. E estas regras são regidas por considerações de superioridade da cultura ocidental industrializada e que não são apropriadas para culturas orientais antigas, como é o caso do contexto bíblico.

Collicutt (2012, p. 9) afirma que é importante ressaltar que a aspiração de universalismos em Psicologia não é unanimidade em todas as teorias. Como a de Jung que afirma que determinados princípios psicológicos são universais, como é o caso dos chamados “arquetipos”. Mas também na Psicologia analítico-comportamental, encontram-se princípios considerados universais no que diz respeito à emissão dos comportamentos, como, por exemplo, o princípio de que a depender do que ocorra após a emissão de ação, esta terá probabilidade aumentada ou diminuída de ocorrência futura. Entretanto, outras abordagens, como as de vertentes fenomenológicas, reconhecem que cada ser humano se reconhece no mundo como ser único e que essa singularidade na constituição de si mesmo é que deve ser focada na análise psicológica de uma pessoa (FADIMAN, 1986, p. 226).

Já a crítica de individualismo afirma que a Psicologia está exclusivamente centrada no individual, enquanto que a cultura bíblica enfoca o coletivo. De acordo com esta visão, existe uma profunda incompatibilidade entre estas duas propostas. Novamente, Collicutt (2012, p. 11) afirma que a Psicologia não pode ser homogeneizada e que, portanto, existem muitas perspectivas teóricas neste campo que mantêm diferenças substanciais. Enquanto a abordagem cognitiva focaliza o individual, correntes da Psicologia social estão mais preocupadas com os processos grupais e a questão da identidade social, por exemplo.

Atualmente, há um consenso em Psicologia de que não se pode efetivamente dividir individualismo e coletivismo, uma vez que não existem

evidências empíricas que sustentem tal separação. Isto significa que aspectos do social e do coletivo são dimensões que compõe o sujeito sem que possa haver total e definitiva separação. Portanto, tal crítica não teria maiores fundamentos (COLLICUTT, 2012, p. 12).

Assim, o grau de individualismo que uma pessoa pode exibir é significativamente dependente das demandas exigidas por cada situação e não é, tampouco, determinada pela cultura ou pelo temperamento individual. Assim sendo, os valores científicos destas separações, hermeticamente estabelecidas, são vazios do ponto de vista teórico e inevidentes do ponto de vista prático (COLLICUTT, 2012, p. 12).

Além destas críticas, outras surgem quando pesquisadores tentam realizar um estudo das características psicológicas de personagens apresentadas nos textos. Tal busca parte do princípio de que o texto comunica informações importantes sobre aspectos subjetivos das pessoas, sejam os escritores, os leitores e aquelas descritas no próprio texto. A natureza deste problema tem sido discutida nos últimos 100 anos, porém o que tem sido observado é que o texto por si só não fala muito a respeito das pessoas que estão por trás dele.

Entretanto, de acordo com a visão psicanalítica, o mecanismo da projeção pode estar presente na produção de uma obra de arte. Por exemplo, características do inconsciente do sujeito podem estar presentes na linguagem ou na configuração estética da obra. Segundo esta abordagem, para que tais características sejam desveladas, faz-se necessário que o pesquisador realize uma série de interpretações da obra, evidentemente que estas interpretações estarão pautadas na perspectiva teórica do pesquisador. Todavia, ainda assim para uma análise mais profunda de uma realidade tão subjetiva como o inconsciente são necessárias muitas informações que o texto, mesmo que rico em detalhes narrativos, não apresenta suficientemente. Isso faz com que uma análise deste tipo chegue carregada de especulações que comprometeriam a credibilidade do estudo (ELLENS; ROLLINS, 2004, p. 2)

Apesar de os textos bíblicos não apresentarem dados suficientes para uma análise psicológica mais profunda, uma vez que o próprio texto enquanto instrumento de acesso é limitado para tal tipo de atividade, ainda assim, é capaz de

expressar conteúdos que podem ser mais bem compreendidos no âmbito da experiência psicológica. É possível, por exemplo, que uma passagem bíblica que narra as dificuldades de uma pessoa em deixar de lado o orgulho e perdoar o irmão seja enriquecida na interpretação que se fundamenta numa análise psicológica do tema em questão.

Dentre as principais propostas de análise de textos bíblicos, a partir da Psicologia, Collicutt (2012, p. 23) apresenta um resumo de como o texto pode ser assim investigado em seu processo de produção e de recepção. O texto pode ser visto como uma teia de estímulos e respostas. O princípio de que um texto nasce de um dado contexto histórico e, por sua vez, também influencia esse contexto esteve presente em muitas propostas referentes a este tipo de análise.

O texto pode ser compreendido como uma evidência da existência de uma resposta comportamental do escritor a um determinado estímulo, algo que estaria localizado dentro de seu ambiente, seja ele físico ou social. Como exemplo destes estímulos, podem ser citados documentos lidos pelo autor para produzir seu texto, a história de vida do escritor, as demandas culturais (FITZMYER, 2011, p. 55-56).

O texto produzido é considerado como produto de uma relação completa, mas sistemática com todo o processo cognitivo-afetivo que envolve o comportamento. Dessa forma, a escrita é considerada uma reação ao encontro com algo. Por isso, o texto ao mesmo tempo que é resposta é também estímulo para o leitor, que poderá se pautar nele para agir desta ou daquela maneira.

Por este viés, a leitura psicológica dos textos bíblicos tem sido bastante influenciada pela análise de como o processo de produção e recepção se articulam com as demandas psicológicas de quem produz (ELLENS e ROLLINS, 2004, p. 2). Evidentemente que, neste caso, tem-se o autor a partir de sua obra, constituída como principal instrumento de interpretação das suas manifestações psicológicas. Mas os estudos psicológicos não ficaram limitados apenas a esta lógica, pois também se preocuparam com o modo como o leitor pode encarar e se deixar influenciar pelo texto.

Esse quadro geral de apresentação do que se constitui como o processo psicológico da análise da produção e recepção dos textos bíblicos é explicado a partir da relação entre o autor, o texto e o leitor.

No nível do autor, podem ser consideradas três grandes balizas para seu trabalho de escrever que serão levadas em conta na interpretação. Primeiramente, o contexto imediato no qual está inserido (FITZMYER, 2011, p. 55-56). Seria o correspondente àquilo que os alemães chamam de “*Sitz im Leben*”, isto é, o contexto primordial de origem daquela literatura. Outro aspecto é do encontro do escritor com suas fontes, que vão desde eventos a informações advindas das pessoas que, de algum modo, possuem informações sobre dados a respeito do que se quer escrever. Por fim, o contexto histórico geral mais amplo, incluindo as dimensões do tempo e do espaço. Esse contexto exerce influência sobre o sujeito de diferentes modos como, por exemplo, no caso do uso da língua corrente ao sistema social, político, econômico e religioso (KONINGS, 2011, p. 176-177).

O escritor, por sua vez, também é constituído de características psicológicas que se articulam na produção da obra. Assim, age a partir de sua agenda cognitiva pessoal (modo de processamento cognitivo, estruturas de pensamento, forma de raciocínio, habilidade linguística, etc.) e também a partir de seu processamento afetivo (COLLICUTT, 2012, p. 23).

O texto se constitui de unidades linguísticas que, a seu modo, revela além de seu desenho, o mundo do qual veio e a realidade a qual o escritor significa e constrói. É composto de formas de linguagem distintas e contém estruturas arquetípicas representadas. É o texto que comporta todo um legado intelectual e cultural (COLLICUTT, 2012, p. 23).

Por fim, o leitor terá, a partir do texto, uma tomada de atitude. Será uma maneira de lidar com o texto pautada na apropriação afetiva e cognitiva do leitor que favorecerá a sua aplicação comportamental. Todo esse processo seria um quadro resumo da experiência psicológica da interpretação de um texto que, no caso, pode ser aplicado à Bíblia.

Na dimensão do leitor, faz-se necessário analisar diversos aspectos individuais e sociais. O seu contexto social e histórico mais amplo, como características do tempo e do lugar onde está situado, permitirá entender os limites e alcances de sua interpretação. Seu contexto imediato também deve ser visto. Ele pode conter características de sua experiência religiosa, como a adoração pública e privada, sua formação intelectual, etc. Além disso, será fundamental identificar o

modo de sua leitura, isto é, a partir de que perspectiva teórica ele lê o texto. Assim como no caso do autor, o seu processamento cognitivo e afetivo também deverá ser considerado.

Através do conteúdo exposto nesta seção, pode-se perceber as diversas maneiras pelas quais as abordagens psicológicas podem ser utilizadas no estudo bíblico, a fim de aprimorar o entendimento acerca do trabalho tanto de produção quanto de recepção dos textos bíblicos.

Pelo fato de existirem diversas correntes da Psicologia, também existem múltiplas maneiras de olhar o texto sob o viés desta área de conhecimento. Por outro lado, conforme afirma Collicutt (2012, p. 25), uma certa quantidade de especulações é inevitável dada a insuficiente quantidade de informações que o texto fornece para uma análise psicológica mais profunda.

As contribuições da Psicologia para os estudos bíblicos também apontam para uma compreensão maior da dimensão humana que a mensagem do texto comporta. Dessa forma, o estudo bíblico é enriquecido no tocante aos processos psicológicos implicados no ato de produzir um texto e interpretá-lo.

Por esta lógica, o documento “A interpretação da Bíblia na Igreja” afirma:

Os estudos de psicologia e de psicanálise trazem à exegese bíblica um enriquecimento, pois, graças a eles os textos da Bíblia podem ser melhor entendidos enquanto experiências de vida e regras de comportamento. A religião, sabe-se, é sempre em uma situação de debate com o inconsciente. Ela participa, em uma larga medida, à correta orientação das pulsões humanas. As etapas que a crítica histórica percorre metodicamente precisam ser complementadas por um estudo dos diversos níveis da realidade expressa nos textos. A psicologia e a psicanálise esforçam-se em avançar nesta direção. Elas abrem a via para uma compreensão pluridimensional da Escritura, e elas ajudam a decifrar a linguagem humana da revelação (PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA, 1993, p. 150).

Pelo que pode ser observado, o reconhecimento por parte da Igreja Católica da utilidade de abordagens da Psicologia para os estudos bíblicos somado ao fato de existirem poucas pesquisas neste campo, aponta para a necessidade de que se avance ainda mais nestes tipos de leituras da Bíblia. O diálogo entre Psicologia e Bíblia ou até mesmo literatura religiosa em geral foi muito mais articulado entre a psicanálise e seus desdobramentos teóricos.

Estudos realizados por Carl Gustav Jung se destacam, mas também pesquisas no campo da psicanálise de vertente lacaniana, uma vez que este reconhece que o inconsciente se manifesta na linguagem e que, portanto, esta é a via régia de acesso ao inconsciente (ELLENS; ROLLINS, 2004, p. 1).

Conforme apresentado nesta seção, o Behaviorismo ainda não se constituiu como uma abordagem em que seus pesquisadores tenham se debruçado significativamente sobre o tema da interpretação bíblica. Por isso, a partir da próxima seção na presente tese, serão apresentadas diversas formas através das quais o Behaviorismo Radical pode contribuir para interpretação dos textos bíblicos.

3.2 UMA ABORDAGEM BÍBLICA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL

Uma abordagem bíblica se constitui como um olhar em perspectiva. Fundamenta-se numa dada teoria que ampara o conjunto das interpretações do objeto e oferece procedimentos metodológicos que lhes são compatíveis (FITZMEYER, 2011, p. 100-101). Conforme visto anteriormente, dentre as abordagens baseadas nas ciências humanas, encontram-se as psicológicas, cuja contribuição particular está no favorecimento da compreensão da Bíblia como experiência de vida e regras de comportamento.

A abordagem psicológica analítico-comportamental, que tem no Behaviorismo Radical sua base filosófica, pode oferecer ao estudo da Sagrada Escritura inúmeras contribuições. Conforme discutido no capítulo primeiro da presente tese, o principal objeto de estudo que ela considera é o comportamento. Assim sendo, o ato de escrever e ler também se constitui como um tipo de comportamento operante, isto é, que é mantido por suas consequências.

A quantidade insuficiente de informações que um texto pode ter para uma análise funcional mais complexa não inviabiliza que informações coerentes com a ciência comportamental sejam buscadas em diálogo com as outras áreas do conhecimento que são úteis ao estudo do texto e do contexto bíblicos. Áreas como a Antropologia Cultural, a Sociologia, Arqueologia, História, etc. podem, cada uma a

seu modo, favorecer um olhar multidisciplinar sobre o texto que também favoreça uma análise psicológica do mesmo.

Em relação à distância temporal entre os textos bíblicos e, no caso em questão, a Análise do Comportamento, vale ressaltar que diversos princípios comportamentais adotados pelo Behaviorismo Radical são considerados atemporais e espaciais. Por exemplo, independentemente do tempo ou do lugar, os seres humanos são sensíveis às consequências de seus comportamentos, isto é, a depender do que ocorra após a emissão de uma resposta, esta terá probabilidade aumentada ou diminuída de ocorrência futura (SKINNER, 1953/2003, p. 65).

A crítica de que tais teorias psicológicas modernas produzem anacronismo quando se referem ao tempo em que os textos bíblicos foram escritos não encontra coerência com o Behaviorismo Radical.

Um dos temas mais importantes refletidos por esta abordagem é o comportamento verbal. Os conceitos deste tipo de ação exclusivamente humana podem ser bastante úteis em relação ao estudo da interpretação da produção e recepção de textos. Além disso, as concepções de regras de comportamento são fundamentais para se entender porque em determinadas situações as regras contidas nos textos bíblicos são seguidas e, em outras situações, não são.

Mesmo existindo diversos tipos de gêneros literários na Bíblia como poético, profético, legislativo, narrativo, etc. boa parte destes materiais não são constituídos apenas de informações sobre as realidades transcendentais e imanentes, mas exprimem ordem mediante a apresentação de regras, estejam elas explícitas ou não no texto.

Um exemplo bastante claro que podemos encontrar nos textos bíblicos pode ser lido em Mt 7,21, em que encontramos a descrição de quem entrará no Reino dos Céus. O texto se constitui como um operante textual chamado de tato, uma vez que descreve uma dada realidade. Mas, na verdade, é um mando disfarçado de tato, pois intrinsecamente contém uma ordem. Confira: “Nem todo aquele que me diz:

‘Senhor, Senhor’, entrará no reino dos Céus, mas sim aquele que pratica a vontade de meu Pai que está nos céus.”⁶

Pelo que se observa, o evangelho mateano apresenta uma descrição a respeito de quem entrará no Reino dos Céus, contudo, existe uma ordem implícita no texto que é: “Faça a vontade do pai”. Esse tipo de relação será aprofundado mais a frente, mas, por ora, serve para demonstrar que um tipo de abordagem psicológica como esta encontra viabilidade no processo de interpretação já que ajuda a esclarecer sentidos mais profundos presentes no texto.

Diversos princípios comportamentais explicados nos capítulos anteriores do presente trabalho podem ser bastante úteis na interpretação da Bíblia. A sistematização destes conceitos aplicada ao estudo bíblico é o que será feito na seção que segue. Será explicado o uso de cada conceito relevante para o presente estudo, utilizando-se de exemplos encontrados na própria Bíblia que ajudarão a esclarecer as contribuições da Análise do Comportamento para este campo, favorecendo assim o diálogo entre Bíblia e Psicologia.

3.2.1 Características de uma abordagem bíblica analítico-comportamental

Diversos conceitos da Análise do Comportamento a respeito do comportamento verbal podem ser utilizados para enriquecer a compreensão do leitor sobre a Bíblia. Nesse sentido, serão apresentados, a seguir, como tais conceitos devem ser aplicados ao processo de interpretação bíblica.

3.2.1.1 O contexto histórico-literário como estímulo discriminativo para o autor

Um dos temas mais discutidos no campo da hermenêutica bíblica é o de contexto literário. Os posicionamentos sobre ele vão de posturas mais radicais àquelas de relativização de sua importância. Por exemplo, para abordagens

⁶ Todas as citações bíblicas em língua portuguesa serão feitas a partir da tradução da Bíblia de Jerusalém (2002).

historicistas, o texto é sempre determinado diretamente pelas condições nas quais foi feito. Neste caso, por exemplo, bastaria conhecer a situação histórica do autor para se perceber o sentido que sua obra tem. O papel do contexto seria o de gerar o texto (REIS, 2006, p. 214).

Quanto a uma interpretação analítico-comportamental, o contexto histórico que esteve na base da produção do texto bíblico é considerado como um estímulo discriminativo. Isto significa dizer que elementos do contexto sinalizam para o escritor que se ele emitir verbalizações desta ou daquela maneira ele poderá ter seu comportamento reforçado. Mas também o contexto, na qualidade de estímulo discriminativo, pode apontar que se dada resposta for emitida ela poderá ser punida.

À guisa de exemplo, Paulo quando escreveu sua carta aos gálatas provavelmente havia recebido informações de que algumas pessoas estavam disseminando ideias que perturbavam a fé da comunidade e que iam de encontro aos seus ensinamentos e aos dos apóstolos (REYNIER, 2012, p. 148). Ele estava contextualizado pela influência perturbadora de outras formas de interpretação à fé que ensinava. O ato de escrever sua carta mantém relação funcional com este ambiente. A situação concreta pela qual a comunidade estava passando sinalizava para ele que se afirmasse determinadas palavras poderia modificar comportamentos incompatíveis com os seus ensinamentos. Por isso, de forma categórica diz: “Entretanto, se alguém – ainda que nós mesmos ou um anjo do céu – vos anunciar um evangelho diferente do que vos anunciamos, seja anátema.” (Gl 1,8).

Pelo exemplo citado, é possível identificar que numa visão da Bíblia pelo prisma analítico-comportamental, o contexto histórico não é visto como sendo apenas fonte de dados para se conhecer o texto nas informações que veicula, mas sim um estímulo que influencia diretamente o comportamento do escritor que vê nele possibilidades de ser reforçado caso emita certa resposta.

Uma das consequências práticas desta noção para os estudos bíblicos é que o texto passará a ser visto não simplesmente como entidade autônoma nem extensão do contexto com comunicação literária, mas sim como ação “em função de”, o que implica dizer que não basta olhar para o texto em sua beleza literária, mas nas relações funcionais que mantém com o ambiente. Tanto no sentido de ser influenciado por ele quanto de modificá-lo.

Esse viés pragmático poderá ajudar as pessoas a lerem a Sagrada Escritura em vistas de compreender bem que tipos de comportamentos o texto convida a que tenhamos.

3.2.1.2 O contexto histórico e literário do leitor como estímulo discriminativo

No processo de interpretação, deve ser levado em consideração também o papel do leitor (KONINGS, 2011, p. 177). Este vai ao texto com toda a sua subjetividade, ou em termos analítico-comportamentais, com seu histórico de reforçamentos que constituem seus repertórios comportamentais. Evidentemente que o leitor ao se deparar com o texto não deixa de lado toda esta sua bagagem. Mas, pelo contrário, utiliza-a como ferramenta de interpretação.

O contexto do leitor também poderá ter função discriminativa para ele. O contexto social e histórico imediato ao qual está vinculado pode oferecer as condições de sinalização de que aquele comportamento que está sendo descrito no texto será reforçado.

Por exemplo, se um leitor contemporâneo ler o texto que está em Tg 5,3 que afirma que se alguém estiver doente pode chamar um presbítero da igreja a fim de que imponha suas mãos sobre o enfermo e este leitor convive numa comunidade que dispõe de uma pessoa que realiza este tipo de oração, este contexto imediato sinalizará para que se ele se dirigir até o presbítero de sua comunidade poderá ser reforçado, por exemplo, não só com a possível aceitação ao convite, mas também pela reação do doente.

Neste aspecto, é interessante refletir sobre qual é o papel do texto bíblico neste caso. Pelo exemplo descrito acima, o texto ajudou o sujeito a identificar em seu contexto elementos que sinalizam um possível reforço. Em termos behavioristas, pode-se dizer que o texto também teve função discriminativa para o leitor, pois este a partir de sua leitura, conseguiu identificar condições de reforçamento caso emita a resposta sugerida pelo texto.

3.2.1.3 O ato de escrever como comportamento operante

Para o estudo do processo de produção dos textos bíblicos, os conceitos de alguns operantes verbais podem ajudar bastante no entendimento do comportamento de escrever o texto, principalmente, os operantes denominados de intraverbais, transcrições, mandos e tatos, mas além deles, os mandos disfarçados de tato, e também os autoclíticos. Estes que foram conceituados no capítulo anterior da presente tese.

A transcrição é um tipo de operante através do qual o sujeito escreve a partir do que ouviu ou leu. Tanto pode escrever com suas próprias palavras quanto com as do que leu ou ouviu (BORGES e CASSAS, 2012, p. 67). A Bíblia é um conjunto de textos feito em mutirão. Diversas tradições orais e textuais estiveram na base de sua produção. Dessa forma, os autores tiveram acessos aos mais diversos tipos de fontes para produzir o texto (FITZMYER, 2011, p. 80) e, em contextos de maior probabilidade de reforço, escreveram com suas palavras uma realidade que experienciaram em contato com as verbalizações da família, da comunidade verbal local ou mais ampla mediante as culturas que tinham acesso.

O reforço para este tipo de operante é do tipo social e generalizado, isto é, é possível ser reforçado de diversas formas, mas sempre num contexto social de aprendizagem (SKINNER, 1957/1978, p. 69). Um exemplo claro disso, é quando Paulo escreve aos coríntios (1 Cor 11,23a): “Com efeito, eu mesmo recebi do Senhor o que vos transmiti”..., ou seja, com as próprias palavras dele ou não, Paulo ensinou à comunidade de Corinto uma realidade de fé a qual ele mesmo ouviu, transcrevendo e sendo reforçado pelo aprendizado da comunidade.

Os intraverbais são aqueles operantes em que não há correspondência ponto a ponto entre o estímulo e a resposta (SKINNER, 1957/1978, p. 70). Dessa forma, diante de uma pergunta, por exemplo, o sujeito emite sua própria maneira de comunicar aquilo que está sendo demandado. Assim, a pessoa também pode ouvir uma afirmação e acrescentar outras.

Esta ação também está muito presente na produção do texto bíblico. E o exemplo acima sobre o que Paulo transmitiu às comunidades também se ajusta bem

a este tipo de operante, pois o que um autor recebe por tradição, não precisará ser, necessariamente, transmitido com as mesmas palavras com que foi recebido.

O mando é outro tipo de operante que pode ser encontrado abundantemente na Bíblia. O sujeito que emite o mando está sob controle de estímulos reforçadores que geralmente são apresentados no próprio conteúdo da mensagem (SKINNER, 1957/1978, p. 52). Por exemplo, quando alguém pede algo, já especifica qual é o reforço que está querendo. O mando é um dos tipos de operantes verbais mais utilizados.

Pode-se encontrar mandos na Bíblia em passagens com pedidos como, por exemplo, quando Jesus, no contexto da ceia eucarística, afirma: “fazei isto em minha memória” (Lc 22,19), também quando Pedro e João estavam às portas do templo e disseram ao coxo que pedia esmolas: “...Em nome de Jesus Cristo, o Nazoreu, anda!” (At 3,6), assim como quando Jesus disse: “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo (Mt 28, 19).

Os mandos também podem ser emitidos de forma distorcida. É possível que uma pessoa descreva uma realidade e, parte desta descrição, comunique ao outro uma ordem (SKINNER, 1957/1978, p. 147). Nestes casos, conforme visto no capítulo anterior, tem-se o mando disfarçado de tato. Se alguém afirma: “seria muito bom ir à praia hoje”, está descrevendo um possível fato que lhe seria bastante agradável, mas, na verdade, está emitindo uma ordem ao seu ouvinte: “vamos à praia hoje! ”.

Na Bíblia, também existem inúmeros mandos disfarçados de tato. Quando, por exemplo, Jesus afirma: “Em verdade vos digo que o rico dificilmente entrará no Reino dos Céus” (Mt 19,23). Ao mesmo tempo em que ele está descrevendo os desafios de se entrar no Reino, ele também emite uma ordem ao seu ouvinte, a saber: “Não seja um rico que coloca toda sua confiança na riqueza”. Também quando o salmista diz: “Feliz o homem que não vai ao conselho dos ímpios, não para no caminho dos pecadores, nem se assenta na roda dos zombadores” (Sl 1,1). Por trás desta descrição existe uma ordem: “Não ande em conformidade com aquilo que falam os ímpios.”

Outra série de exemplos assim podem ser encontrados nas parábolas de Jesus. Quando se narra uma determinada história com o objetivo de expressar ordens à pessoa tem-se um exemplo de mando disfarçado de fato. No caso da parábola do rico epulão e Lázaro, que mandos distorcidos podem ser identificados?

Havia um homem rico que se vestia de púrpura e linho fino e cada dia se banqueteava com requinte. Um pobre, chamado Lázaro, jazia à sua porta, coberto por úlceras. Desejava saciar-se do que caía da mesa do rico... E até os cães vinham lambendo-lhe as úlceras. Aconteceu que o pobre morreu e foi levado pelos anjos ao seio de Abraão. Morreu também o rico e foi sepultado. Na mansão dos mortos, em meio a tormentos, levantou os olhos e viu ao longe Abraão e Lázaro em seu seio. Então exclamou: 'Pai Abraão, tem piedade de mim e manda que Lázaro molhe a ponta do dedo para me refrescar a língua, pois estou atormentado nesta chama'. Abraão respondeu: 'Filho, lembra-te de que recebeste teus bens durante tua vida, e Lázaro por sua vez os males; agora, porém, ele encontra aqui consolo e tu és atormentado. E além do mais, entre nós e vós existe um grande abismo, a fim de que aqueles que quiserem passar daqui para junto de vós não o possam, nem tampouco atravessem de lá até nós'. Ele replicou: 'Pai, eu te suplico, envia então Lázaro até a casa de meu pai, pois tenho cinco irmãos; que leve a eles seu testemunho, para que não venham eles também para este lugar de tormento'. Abraão, porém, respondeu: 'Eles têm Moisés e os profetas; ouçam-nos'. Disse ele: 'Não, pai Abraão, mas se alguém dentre os mortos for procurá-los, eles se arrependerão'. Mas Abraão lhe disse: 'Se não escutam nem a Moisés nem aos Profetas, mesmo que alguém ressuscite dos mortos, não se convencerão'. (Lc 12,13-21).

A partir deste tipo, vários outros mandos podem ser encontrados por trás das descrições apresentadas. Primeiramente, quando se observa que Jesus aponta que as atitudes do rico devem ser evitadas (aqui já está um mando central para o texto), diversas ações descritas assumem a função de mando. Quando o texto afirma, por exemplo, que o rico vivia todos os dias “regalada e esplendidamente” ao se observar o contexto geral da narrativa é possível identificar a seguinte ordem: “não viva regaladamente de forma egoísta”.

Também quando Jesus afirma para o rico, que já se encontrava na mansão dos mortos, que, em vida, seus parentes tinham à disposição Moisés e os profetas, Jesus está emitindo o seguinte mando: “Obedeçam ao que Moisés e os profetas falam”.

Como pode ser percebido, uma das grandes contribuições que esta abordagem da Bíblia pode oferecer é ajudar o leitor a identificar, até mesmo nas

entrelinhas do texto, aquilo que está sendo pedido. Identificar, a partir do estudo do texto, as ordens que ele emite é fundamental para que as pessoas tenham maior clareza quanto ao que o texto está demandando que elas façam. Evidentemente que nem sempre esse processo de identificação dos mandos é uma tarefa fácil, principalmente, quando eles aparecem de forma distorcida, porém vale ressaltar que é de fundamental importância o estudo sistemático destas passagens para que se consiga de forma mais segura encontrar aquilo que realmente está sendo pedido e, desta maneira, conseguir maior clareza a respeito do que efetivamente se deve fazer para conseguir estar em conformidade com as exigências do texto.

Nas palavras e mensagens de Jesus e em diversas passagens da Bíblia, é fácil encontrar metáforas. Para a Análise do Comportamento, a linguagem metafórica também é um tipo de tato, porém ampliado. Geralmente, é utilizada quando se quer falar um determinado conteúdo aversivo e ampliar o tato pode atenuar o impacto da mensagem carregada de aversividade (SKINNER, 1957/1978, p. 96). Além disso, a metáfora também tem função pedagógica, na medida em que facilita que o ouvinte ou leitor seja capaz de raciocinar por si mesmo que conteúdos estão por trás daquela descrição ou narrativa.

Certa vez, quando Jesus olhou a cidade de Jerusalém e disse: “Jerusalém, Jerusalém, que matas os profetas e apedrejas os que te foram enviados, quantas vezes quis reunir teus filhos como a galinha recolhe seus pintainhos debaixo das asas, mas não quiseste” (Lc 13,34), utilizou de uma metáfora para, pedagogicamente, ensinar às pessoas a respeito do modo como ele tentou unir os filhos de Israel, mas que estes não aderiram ao seu projeto. Assim também, quando Jesus, falando como era difícil um rico entrar no Reino dos Céus, utilizou a seguinte metáfora: “E vos digo ainda: é mais fácil o camelo entrar pelo buraco da agulha do que o rico entrar no Reino de Deus.” (Mt 19,24).

Por outro lado, quando o profeta Aías de Silo foi explicar a Jeroboão I como se daria a separação do Reino do Norte em relação ao Reino do Sul, no século X a.C., utilizou um gesto simbólico ao rasgar o seu manto novo em doze pedaços, entregando dez para Jeroboão e reservando dois para Roboão que seria o sucessor de Salomão em Judá (1Rs 11,26-40). Tal gesto do profeta é uma ação carregada de simbolismos e que serviu como metáfora de uma divisão no Reino. Cada pedaço

representava uma das tribos de Israel e a quantidade de partes do tecido que cada um ficaria seria correspondente ao total de tribos que ficaria sob o seu comando.

Outro tipo de operante verbal que também encontramos com frequência na Bíblia é o autoclítico. Este é considerado um tipo secundário já que ele está sempre relacionado a um outro operante principal. Geralmente, acompanha tatos e mandos. Trata-se de uma maneira de organizar a comunicação em que se articula formas diferentes de fazer com que a mensagem atinja este ou aquele objetivo (MATOS, 1991, p. 335). Existem 4 tipos principais de autoclíticos, conforme visto no capítulo anterior: os descritivos, qualificadores, quantificadores e os que têm função de mando.

No caso dos descritivos, tem-se especificada as fontes de controle do comportamento do falante: “Disseram-me isto...” “Sinto-me desta forma”, “Li num jornal que...” Estas descrições autoclíticas podem ser encontradas na Bíblia em passagens como: “...Vimos sua estrela no seu surgir e viemos homenageá-lo.” (Mt 2,2) “Tenho sede...” (Jo 19,28).

Os qualificadores, como o nome já indica, têm a função de qualificar o tato, imprimindo-lhe um sentido ou um contexto para aquela descrição (SKINNER, 1957/1978, p. 312). Nesse sentido, é bastante comum o uso de advérbios e adjetivos, uma vez que estes tipos de palavras se ajustam bem a esta função. Quando alguém afirma, por exemplo, “Eu estudarei”, podem ser acrescentados autoclíticos qualificadores que ampliam o sentido do que está sendo descrito, “Provavelmente estudarei amanhã.”

É muito comum encontrar nos discursos de Jesus os autoclíticos qualificadores: “Em verdade, em verdade vos digo...” (Jo 6,32). Mas também: “Na verdade, sempre tereis os pobres convosco, e quando quiserdes, podeis fazer-lhes o bem, mas a mim nem sempre tereis” (Mc 14,7). O uso de tais expressões num discurso tem uma importância bastante significativa por permitir que a mensagem seja transmitida com maior clareza.

Os quantificadores, conforme sugerido pelo nome, indicam aspectos de quantidade. Acrescentam-se ao discurso adjetivos, artigos, advérbios que fazem relação com quantidades e tempo (SKINNER, 1957/1978, p. 318-319). Exemplos de quantificadores são: muito, pouco, abaixo, acima, demais, etc. Evidentemente que

em todos os livros da Bíblia encontramos expressões como estas. No contexto da unção de Jesus em Betânia, os discípulos questionaram a atitude daquela mulher descrevendo-a como desperdício e diziam: “Pois poderia ser vendido esse perfume por mais de trezentos denários e distribuídos aos pobres” (Mc 14,5).

Por fim, os que têm função de mando podem ser encontrados em frases como: “fique atento ao que vou explicar” ou “a partir deste momento devemos fazer silêncio”. São autoclíticos que oferecem informações sobre as circunstâncias da ação, mas que, se constituem também como ordem. É o caso das palavras de Jesus: “Quem tem ouvidos, ouça.” (Mt 13,9).

3.2.1.4 O papel das consequências da escrita para o autor

Para o Behaviorismo Radical, o comportamento operante produz alterações no ambiente e é afetado por ele, numa relação de interação (SKINNER, 1953/2003, p. 38-39). Dessa forma, o ato de escrever como comportamento operante produz consequências e estas podem ser agradáveis ou não ao sujeito. Assim sendo, é fundamental numa abordagem bíblica analítico-comportamental analisar as possíveis consequências que um escritor poderia ter ao produzir aquela obra. Este é um desafio posto ao pesquisador bíblico, em função das dificuldades de obtenção de fontes que ofereçam maiores detalhes para a realização de uma análise funcional segura. Porém, maiores dados para este tipo de análise podem ser encontrados no diálogo com outras áreas de conhecimento que oferecem possibilidades de interpretação do contexto histórico-social de quem escreveu o texto.

De acordo com Gorgulho e Anderson (1981, p. 9), o livro do Apocalipse foi escrito num contexto em que o autor desejava alimentar a esperança das comunidades. Talvez, não havia perseguição sistemática aos primeiros cristãos no momento da escrita, mas o conteúdo do texto indica que era preciso manter a perseverança na fé para que se conseguisse participar da alegria final da vitória do bem sobre o mal (MELO, 2013, p. 79). Diversos estudos apontam que o Apocalipse tinha esta função na época em que foi produzido. Desta forma, o ato de escrever e sistematizar aquelas visões e ensinamentos contidos no livro, seria reforçado pela

adesão e continuidade das pessoas em sua vida de fé na comunidade não obstante as dificuldades pelas quais cada uma passava naquele momento.

As consequências que um escrito pode provocar estão estreitamente relacionadas com o ato de continuar a escrever sobre aquele assunto. A chamada “Obra Lucana”, que é composta pelo evangelho segundo Lucas e o livro de Atos dos Apóstolos, possivelmente tenha sido construída como dois blocos separados (MARGUERAT, 2003, p. 54). No segundo bloco, isto é, no livro de Atos, o autor inicia fazendo referência à sua primeira obra. O interesse em continuar a escrever “de forma ordenada” a Teófilo (Lc 1,3) sobre os acontecimentos referentes à experiência cristã originária é um exemplo de um tipo de comportamento que é reforçado.

Um bom aspecto para ser questionado é que fatores são considerados estímulos reforçadores para que Lucas continue escrevendo. Em outras palavras, que consequências agradáveis o primeiro escrito lhe proporcionou para que ele continuasse interessado em escrever a obra?

A disposição destes reforçadores que sustentam o ato de escrever pode ser de curto ou longo prazo, é possível que Lucas ao passo que escrevia sua obra, fosse reforçado por ver seu escrito ser ordenado e propício para o fortalecimento da fé das pessoas. O escrito no formato que ele vinha se configurando podia já ser para ele um reforçador imediato, mas um reforço retardado e, provavelmente, de maior magnitude, poderia se fazer presente em seu futuro: o aumento no número de fiéis pertencentes à comunidade cristã que teria na sua obra uma grande fonte de apoio para a vivência de sua tradição religiosa.

A principal fonte que o pesquisador do texto bíblico tem em mãos para a realização de seu trabalho é o próprio texto, mas é a partir dele que se poderá investigar que fatores contextuais e que possíveis consequências podem reforçar ou até mesmo punir o ato da escrita.

No caso de Paulo, quando escreveu aos coríntios falando contra a prática da fornicção (1Cor 6,12-20) teria seu comportamento reforçado negativamente quando tal prática deixasse de ser realidade na vida das pessoas da comunidade em função do seu escrito.

Mas também, os autores bíblicos fazem uso de alguns tipos de recursos de linguagem para evitar que sofram consequências aversivas do ato de escrever. Por exemplo, a utilização da linguagem apocalíptica não acontece ao acaso, evidentemente, mas mantém relações funcionais com ambiente no qual foi produzida. Segundo Melo (2013, p. 14), a utilização de cifras e palavras enigmáticas no livro do Apocalipse ajuda a proteger o autor em relação à censura do Império.

O livro do Apocalipse é repleto de críticas ao Império Romano que, sob a égide da *Pax Romana*, perseguia as pessoas que faziam críticas consideráveis ao seu sistema ideológico, político e administrativo (MELO, 2013, p. 32). Provavelmente, o autor do livro tenha utilizado uma linguagem cifrada e carregada de enigmas não apenas para embelezar a sua produção literária, mas tendo em vista a sua autoproteção em tempos de censura.

Pelo que se observa, coerentemente com a visão funcional da linguagem presente na perspectiva analítico-comportamental, o autor escreve tendo em vista que seu ato poderá ser reforçado, inclusive pela retirada da estimulação aversiva, em que se tem o comportamento de escrever mantido por reforçamento negativo.

Paulo recebeu da comunidade de Corinto uma devolutiva que também reforçou o ato de escrever para esta comunidade (Isso teria ajudado a que ele escrevesse mais de uma carta à mesma?). É o que se pode ler em 2Cor 10,10: “pois as cartas, dizem, são severas e enérgicas, mas ele, uma vez presente, é homem fraco e sua linguagem é desprezível”.

Atentar para as consequências que o ato de escrever produz pode colaborar para que quem estuda o texto identifique que a forma como o conteúdo do texto é configurado mantém uma intenção cuja funcionalidade alterará a maneira de interpretar a mensagem transmitida pelo autor.

3.2.1.5 O ato de ler o texto bíblico sob o prisma funcional

O ato de ler um texto é considerado para a Análise do Comportamento como um tipo de comportamento operante classificado como textual. Neste caso, a resposta verbal do sujeito que lê é controlada por um estímulo antecedente, isto é, o

texto (SKINNER, 1957/1978, p. 64). As palavras expressas nele são consideradas códigos arbitrários da língua que possuem um conteúdo ou mensagem específica. De forma que o comportamento do leitor é controlado pelo estímulo visual.

A pessoa que lê o texto tem o seu comportamento reforçado num contexto de aprendizagem, trata-se de um reforço educacional. O sujeito que lê pode, a partir da leitura, emitir outras respostas como consequência da aprendizagem do conteúdo contido no texto e, também desta forma, obter outros estímulos reforçadores a partir dos comportamentos eliciados pela leitura.

O texto bíblico para o leitor pode ser um estímulo antecedente de outras respostas. Poderá encontrar lá descrições de contingências que sejam úteis à sua realidade de vida e utilizá-la como regra. A leitura por si mesma pode oportunizar o acesso a reforçadores sociais, por exemplo. Como o texto bíblico é considerado um material sagrado com valor normativo para a vida dentro de uma dada experiência religiosa, assim a comunidade verbal é treinada para incentivar a sua leitura, de forma que, quando uma pessoa afirma que tem a prática de ler a Bíblia, reforços sociais, como elogios e admiração, passam a fazer parte das consequências imediatas deste tipo de verbalização.

Através da leitura do texto bíblico, o leitor pode ser reforçado ao encontrar palavras que atenuam o seu medo. Então, por exemplo, se uma pessoa está numa condição de sofrimento psicológico e lê passagens como: “Não te ordenei: sê firme e corajoso? Não temas e não te apavores, porque lahweh teu Deus está contigo por onde quer que andes.” (Js 1,9), ou “Eu vos disse tais coisas para terdes paz em mim. No mundo tereis tribulações, mas tende coragem: eu venci o mundo!” (Jo 16,33). Bem como “vinde a mim todos os que estais cansados sob o peso do vosso fardo e vos darei descanso.” (Mt 11,28). Possivelmente, encontrará conforto para sua situação e sua atitude de ler a Bíblia terá probabilidade aumentada de ocorrência futura.

Diversas abordagens de estudos da Bíblia têm uma forma de interpretar o papel do leitor. Existem aquelas que relativizam a sua importância, entendendo-o como um alguém que é apenas passivo diante do texto na medida em que no processo interpretativo deve suspender seus *a priori*s e deixar o texto falar por si mesmo (FITZMEYER, 2011, p. 99-100). Mas também existem outras abordagens

que entendem que o leitor com toda sua carga de conhecimentos e experiências deve enriquecer e agir criativamente no processo interpretativo. Numa abordagem bíblica analítico-comportamental, o leitor é visto como arranizador das contingências de reforçamento que o texto sugere.

Em outras palavras, a partir do que ele lê tanto pode sentir as reações que o conteúdo do texto provoca, quanto realizar alterações em seu ambiente que estejam em conformidade com condições de reforçamento. Por exemplo, ao ler o texto de Ex 20,12 que diz: “Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que lahweh teu Deus te dá”, o leitor é convidado a arranjar as próprias condições de reforçamento que se manifestarão em suas atitudes de respeitar, por exemplo, seu pai e sua mãe e assim ser reforçado pelo elogio e reconhecimento de seus pais.

Pelo que se percebe, numa abordagem analítico-comportamental da Bíblia, o leitor não é apenas alguém que tem a função de entender, a partir de sua própria carga de experiência e conhecimento, o que o texto está explicando, mas de realizar modificações em seu ambiente que estejam em conformidade com aquilo que foi lido e que, dessa forma, possibilite que ele seja reforçado.

Por esta lógica, é muito importante estar atento àquilo que se constitui como operação motivadora para que o leitor busque no texto os reforçadores de que precisa. Esta operação, também chamada na Análise do Comportamento de “operação estabelecadora” tem a função de aumentar a magnitude do reforço (MIGUEL, 2000, p. 259). Por exemplo, uma pessoa que é privada de um tipo de alimento que gosta e que comia diariamente sentirá falta dele. Essa falta fará com que da próxima vez que o sujeito o coma sinta muito mais prazer com o mesmo. Essa falta, por aumentar a magnitude do reforço, é chamada de operação motivadora.

Seguindo este princípio, pode-se dizer que uma pessoa que está passando, por exemplo, por um problema na área econômica, ao ler o texto que diz: “Olhai as aves do céu: não semeiam nem colhem, nem ajuntam em celeiros. E, no entanto, vosso Pai celeste as alimenta. Ora, não valeis vós mais do que elas?” (Mt 6,26) pode ser reforçada pelo alento provocado pelo texto.

Uma outra pessoa que esteja com algum problema de saúde pode ir ao texto bíblico e se deparar com inúmeros relatos de cura e ler: “para Deus nada é impossível” e, dessa maneira, ter seu comportamento de ler o texto reforçado. Outro exemplo a ser citado é quando alguém precisa adquirir maior conhecimento sobre determinado assunto religioso e usa a Bíblia para obtê-lo. Essa ausência da informação de que necessita tende a aumentar o efeito do estímulo reforçador.

Assim sendo, é de suma importância no processo interpretativo identificar quais são as demandas e interesse do leitor com o texto. Pois dessa forma, será possível identificar como será mais provável seu reforçamento a partir do mesmo e as tendências de que haja efetividade nas orientações desta ou daquela passagem.

3.2.1.6 A identificação das regras de comportamento que o texto veicula

Conforme discutido na última parte do capítulo anterior, Skinner deu muita atenção ao governo de comportamentos pelo uso de regras. Estas são descrições de contingências que funcionam para o ouvinte como estímulo discriminativo. O uso de regras para aquisição de determinados repertórios comportamentais possui muitas vantagens. Dentre elas, a aprendizagem é mais rápida, muitas vezes o sujeito pode aprender como lidar com uma situação aversiva sem que para isso seja preciso que ele mantenha contato com ela. Mas também desvantagens como não ser efetiva em situações nas quais as contingências têm um poder reforçador aumentado e, além disso, não permitir que o sujeito por si mesmo encontre soluções para suas situações problemas, favorecendo que se torne relativamente dependente.

As religiões não são constituídas apenas de códigos doutrinários que consignam um conjunto de dogmas, também possuem seus códigos morais que normatizam condutas. Dessa forma, apresentam diversas exigências às quais os seus membros devem ser sensíveis a pautarem por elas as suas condutas (MESLIN, 2014, p. 68).

Skinner abordou a religião tangencialmente em suas obras, mas seu posicionamento a respeito dela ficou claro na quinta seção da sua obra: “Ciência e

Comportamento Humano.” Para Skinner (1953/2003, p. 383), a religião se constitui como uma agência de controle, no sentido de ser capaz de exercer domínio sobre comportamentos de pessoas que dela fazem parte. Tal condicionamento é feito por regras e condições que favorecem o alcance de objetivos por ela propostos.

Para Skinner (1969/1975, p. 280), um comportamento pode ser governado por regras ou pelas próprias relações diretas que ele tem com o ambiente. O governado por regras é aquele no qual o indivíduo não se expõe diretamente às contingências, mas é instruído para agir desta ou daquela maneira em função do acréscimo de algo que lhe seja favorável ou da evitação de algo que lhe seja aversivo, ou seja, ele é mantido pelas suas consequências. Em outras palavras, a depender do que ocorra após sua emissão ele terá probabilidade aumentada ou diminuída de ocorrência.

Na Bíblia, é possível encontrar diversas instruções e regras de comportamento que normatizam as relações entre os seres humanos. Um dos textos mais importantes, nesse sentido, é o de Dt 5,6-10, que versa sobre as regras de fidelidade cultual a YHWH. A compreensão deste texto pode ser enriquecida através de uma abordagem que analise as regras ali contidas enquanto material que visa ser fundamental na aquisição de repertórios comportamentais adequados à proposta de relação com o sagrado propugnada pelo Israel Antigo.

A Bíblia contém inúmeras regras de comportamento. Apesar da diversidade de gêneros literários que ela possui, existem diversas regras expressas diretamente ou indiretamente no texto. Uma abordagem bíblica analítico-comportamental deve estar pautada por favorecer que o estudante ou leitor do texto sagrado as encontre a fim de que possa ou não as seguir.

Vários exemplos de regras são encontrados no texto. Expressas de modo direto, lê-se, por exemplo, em Mt 6,5-6:

E quando orardes não sejais como os hipócritas, porque eles gostam de fazer oração pondo-se em pé nas sinagogas e nas esquinas, a fim de serem vistos pelos homens. Em verdade vos digo: já receberam sua recompensa. Tu, porém, quando orares, entra no teu quarto e, fechando a porta, ora a teu Pai que está lá, no segredo; e teu Pai, que vê no segredo, te recompensará.

Claramente se lê neste texto uma descrição da contingência de reforçamento, apresentando a ocasião em que a resposta deve ser emitida, a resposta especificada bem como as consequências que a manterá.

Neste caso, a ocasião de emissão do comportamento se dá no contexto de oração, as respostas especificadas consistem em entrar no quarto e orar em segredo e, dessa forma, o sujeito terá acesso ao seu estímulo reforçador, que é aquilo que o Pai, que ouviu a oração em segredo, fará no sentido de atender o que está sendo pedido pelo sujeito.

Nas mensagens do Sermão da Montanha existem diversas regras especificadas por Jesus. Em Mateus 5,23-26, por exemplo, Jesus fala que, antes de se apresentar a oferenda no altar, quem tem algum dissabor com o seu irmão deve procurar reconciliar-se com ele.

Portanto, se estiveres para trazer a tua oferta ao altar e ali te lembrares de que o teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa a tua oferta ali diante do altar e vai primeiro reconciliar-te com teu irmão; e depois virás apresentar tua oferta. Assume logo uma atitude conciliadora com o teu adversário, enquanto estás com ele no caminho, para não acontecer que o adversário te entregue ao juiz e o juiz ao guarda e, assim, sejas lançado na prisão. Em verdade te digo: dali não sairás, enquanto não pagares o último centavo.

Tem-se no texto acima mais uma descrição de contingências expressa na regra emitida por Jesus, na qual se apresentam os comportamentos que serão mantidos por reforçamento negativo, isto é, pela retirada de um estímulo aversivo com a prática da ação sugerida pela regra.

Esquemáticamente a descrição desta regra pode ser expressa numa análise de contingência de três termos do seguinte modo:

Tabela 7 – Aplicação da Análise Funcional ao texto bíblico

Ocasião	Resposta	Consequência
Oferta no altar Irmão que tem algo contra alguém	Reconciliar-se com o irmão	Evita-se ser lançado na prisão

Também no texto bíblico, a regra descreve a contingência e, no caso de haver consequência aversiva para um tipo de comportamento, a regra pode ajudar a que se evite a disposição da consequência aversiva desde que haja engajamento com o comportamento em questão (SKINNER, 1957/1978, p. 293). No caso do exemplo citado, o comportamento que deve ser praticado, segundo a exigência da regra é: “reconciliar-se com o irmão”. O contexto de ocorrência dele é a iminência da apresentação da oferta no altar, bem como a existência de algum tipo de dissabor do irmão. A regra apresentada por Jesus deixa claro quais serão as possíveis consequências em caso de descumprimento da mesma, a saber, o sujeito poderá ser entregue a um juiz que, por sua vez, o entregará ao guarda para que seja lançado na prisão e só saia de lá depois de ter pago tudo o que deve.

Uma das grandes vantagens do uso deste tipo de regra, que é muito comum na Bíblia, é permitir que o sujeito evite ter acesso às consequências aversivas especificadas. Mas também há uma limitação bastante forte: o sujeito poderá se reconciliar com o irmão, não simplesmente pelo valor que tem em si este ato, mas sim para evitar consequências aversivas.

Para a Análise do Comportamento, nenhum comportamento operante é autômato, isto é, nenhum operante tem ocorrência independente dos eventos ambientais que lhe antecedem e dos que lhe sucedem. Mas ainda assim, as contingências de reforçamento positivo podem ser, dependendo de fatores contextuais, muito mais efetivas na aquisição de um comportamento.

Talvez a pessoa que faz sua oferta e não se reconcilia com o seu irmão aprendesse que deveria fazê-lo mesmo sem o uso de regras, porém demoraria muito mais para conseguir essa aprendizagem e, além disso, teria acesso a diversos estímulos aversivos. Eis aí uma das grandes importâncias do uso de regras na Bíblia.

Vale destacar que, principalmente em hermenêuticas contextualizadas da Bíblia, se diz que a vida é uma Bíblia aberta (MESTERS, 2005, p. 26). Em outras palavras, não se aprende como viver bem apenas lendo o texto sagrado, mas a própria experiência de vida do sujeito pode apontar quais são os melhores caminhos a serem seguidos.

Em termos de uma abordagem bíblica analítico-comportamental, entende-se que, de fato, o sujeito pode aprender ou ter selecionado os repertórios comportamentais que mais se adequam a uma vida com acesso a diversas condições reforçadoras a partir do acesso direto às contingências, ou seja, as pessoas poderiam aprender a viver bem em sociedade, por exemplo, sem precisar, necessariamente, dos ensinamentos contidos na Sagrada Escritura. Por isso, Carlos Mesters diz que, inicialmente, não havia a necessidade de se escrever o texto sagrado, esta necessidade surge apenas posteriormente:

Deus deixou escrito dois livros: o livro da vida e o livro da Bíblia. Em razão do pecado, o livro da vida perdeu a sua transparência, tornando-se assim ilegível, levando Deus a escrever o livro da Bíblia, para restituir ao primeiro a sua transparência e possibilitar ao homem o seu deciframento (...) O segundo não tem finalidade em si mesmo, mas existe em função do primeiro, pois comenta o seu conteúdo, ajuda a decifrar o que nele existe de ininteligível, e restitui aos que estudam o olhar da contemplação, nesse caso, a Bíblia seria o instrumento dado por Deus aos homens para auxiliá-los na descoberta do sentido da realidade (2005, p. 26).

Segundo a ótica da Análise do Comportamento apresentada acima, o que é descrito no texto supracitado é que o contato direto do indivíduo com o seu ambiente seleciona comportamentos, mas a importância do texto sagrado em recuperar a legibilidade da vida é demonstrada pelas regras que contém, uma vez que estas ajudam o leitor a encontrar as ações que podem ser mais adaptativas e dispensadoras de condições reforçadoras.

Desta maneira, a abordagem bíblica analítico-comportamental fortalece a concepção da importância desta literatura para ajudar as pessoas a adquirirem repertórios comportamentais considerados importantes do ponto de vista religioso.

Uma das funções do uso de regras, inclusive as que estão na Sagrada Escritura, é modificar uma consequência. Os atos de dar comida a quem tem fome e dar bebida a quem tem sede, vestir os nus, visitar os enfermos e os presos, por exemplo, conforme Mt 25,35-45, podem ter como consequência diversos reforços naturais. Mas, a partir do momento em que Jesus estabeleceu a regra de que somente os que praticam tais obras é que entrarão no Reino dos Céus, essa regra altera a função destes comportamentos.

Neste caso, as ações acima descritas além de serem dispensadoras de reforços como a gratidão de quem as recebeu, o elogio de outras pessoas, etc. a esperança de que será possível, desta forma, entrar no Reino dos Céus, constitui-se como um dos estímulos reforçadores de considerável magnitude, ao ponto de algumas pessoas praticarem estas ações apenas sob controle deste último estímulo reforçador.

A regra bíblica aqui, portanto, foi extremamente importante para que as ações supracitadas tenham maior probabilidade de ocorrência. Isso é facilitado pelo fato de a própria regra expressar, claramente, o que pode reforçar aquele tipo de comportamento sugerido.

Muitos exemplos de modificação das propriedades reforçadoras dos estímulos consequenciais são possíveis de serem encontrados nos textos bíblicos. No livro de Jó, lê-se que ele perdeu sua riqueza e até mesmo seus filhos. A sua esposa pediu que ele amaldiçoasse o dia que nasceu e morresse, frente à tamanha desgraça que lhe havia acontecido. A sua resposta está Jó 2,10: “Se recebemos de Deus os bens, não deveríamos receber também os males?” A regra que está por trás do questionamento de Jó é: “Aceite as infelicidades que Deus manda”. Tal regra modifica a função da resposta dele, uma vez que instiga a aceitação daquilo que é considerado desejo de Deus. E, para ele, isso precisa ser respeitado. O sofrimento, de modo geral, também pode ser vivido sob outras condições quando se crê que se trata de uma provação. O livro do Eclesiástico atesta isso dizendo que assim o como o ferro é testado no fogo, o ser humano é provado por Deus (Eclo 2,1-18). A pessoa

que lê este texto ao encontrar a regra: “Ao sofrer, lembre-se que Deus está te provando” viverá esta experiência sob outras contingências, isto é, o sofrimento sinalizará que estímulos reforçadores estão por vir caso a pessoa permaneça fiel.

No texto das bem-aventuranças (Mt 5,1-12), Jesus mostra a importância de emitir os comportamentos descritos e anuncia quais são as consequências destes, fazendo com que, mediante esta descrição de contingência, as pessoas se engajem com aqueles repertórios.

Vendo ele as multidões, subiu à montanha. Ao sentar-se, aproximaram-se dele os seus discípulos. E pôs-se a falar e os ensinava, dizendo: “Felizes os pobres no espírito, porque deles é o Reino dos Céus. Felizes os mansos porque herdarão a terra. Felizes os aflitos, porque serão consolados. Felizes os que têm fome e sede da justiça porque serão saciados. Felizes os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia. Felizes os puros no coração porque verão a Deus. Felizes os que promovem a paz porque serão chamados filhos de Deus. Felizes os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos Céus. Felizes sois quando vos injuriarem e vos perseguirem e, mentindo, disserem todo o mal contra vós por causa de mim. Alegrai-vos e regozijai-vos, porque será grande a vossa recompensa nos céus, pois foi assim que perseguiram os profetas, que vieram antes de vós.

O texto acima descrito pode ser apresentado num esquema que leva em consideração a regra e o respectivo estímulo reforçador citado por Jesus. O quadro abaixo apresenta esta esquematização:

Tabela 8 – Regras e estímulos reforçadores

Regra descritivas

Regra descritivas	
Felizes os pobres no espírito	deles é o Reino dos Céus
Felizes os mansos	eles herdarão a terra
Felizes os aflitos	eles serão consolados

Felizes os que têm fome e sede da justiça	eles serão saciados
Felizes os misericordiosos	eles alcançarão misericórdia
Felizes os puros no coração	porque eles verão a Deus
Felizes os que promovem a paz	eles serão chamados filhos de Deus
Felizes os que são perseguidos por causa da justiça	deles é o Reino dos Céus
Felizes sois quando vos injuriarem e vos perseguirem e, mentindo, disserem todo o mal contra vós por causa de mim	será grande a vossa recompensa nos céus

A partir da análise acima, elucida-se que a Bíblia às vezes apresenta diretamente as consequências reforçadoras que o sujeito terá acesso caso siga aquilo que está sendo exigido no texto. Numa leitura bíblica analítico-comportamental, é de fundamental importância que leitor aprenda a encontrar nos textos as regras de comportamento que o texto veicula. Esse é um passo muito importante nos estudos bíblicos já que a Bíblia não é apenas um conjunto de textos que apresentam dados que meramente satisfazem a curiosidade do leitor sobre a realidade transcendente, mas que contém regras de comportamento emitidas em vista da possibilidade de seguimento.

Para que haja, efetivamente, esse seguimento, é de fundamental importância que aquele que faz uso do texto, interpretando-o e comunicando-o às pessoas, tenha conhecimento da realidade de seu ouvinte. Isto significa que já que as ações das pessoas são muito mais governadas pelas contingências do que pelas regras e que estas existem em função daquelas, o indivíduo só terá seu comportamento efetivamente governado por regras da Bíblia se tiver em seu ambiente estímulos que favoreçam tal seguimento.

Um exemplo bastante prático encontra-se nas palavras de Jesus quando emitiu a seguinte regra: “Amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem” (Mt 5,44), mas se na realidade concreta à qual o sujeito está situado existe reforçamento social para aquelas pessoas que não se rendem a qualquer inimigo, dificilmente esta regra tenha seu efeito controlador.

Em uma outra situação na qual a mesma regra é amparada por um contexto no qual as pessoas elogiam e valorizam aquelas que agem de um modo brando, humilde e ponderado com seus inimigos, ela terá muito mais chances de governo sobre o comportamento.

Como se percebe, não basta apenas trabalhar com a emissão das regras, é preciso que se observe, analise e que se modifique aspectos das relações sociais vigentes ou de contingências específicas às quais o sujeito está submetido para que aquela regra, de fato, tenha governo.

Nesse sentido, não adianta que se fale tanto em seguir uma dada regra do texto que tinha efetividade num certo contexto específico e aplicar a todos os outros deixando de lado as características próprias do tempo no qual a mensagem foi transmitida e que tem o poder de aumentar ou diminuir a probabilidade de que ocorra aquela resposta especificada na regra. Fortalece-se assim aquela concepção de que o pregador que utiliza este texto como referencial apresente possibilidades de sua aplicabilidade no contexto das contingências atuais.

3.2.1.7 O gênero literário como topografia comportamental

Nas abordagens literárias da Bíblia a discussão sobre o gênero é bastante comum e fundamental neste tipo de análise. Um dos motivos que a justifica é o fato de que a transmissão de um determinado conteúdo não passa apenas pela descrição objetiva de seus dados, mas também pela forma com a qual é comunicado (ZABATIERO; LEONEL, 2011, p. 41).

Os gêneros literários são formas textuais que, seguindo determinados padrões estéticos, adaptam-se aos conteúdos que se quer transmitir. Assim sendo,

forma e conteúdo se fundem no objetivo de comunicar algo cujo efeito será este ou aquele, a depender também do que e do como é comunicado (SILVA, 2009, p. 188).

A Bíblia contém inúmeros gêneros literários. Os dois tipos predominantes são o narrativo e poético. Porém, vários outros tipos também estão presentes, tais como o epistolar, profético, legislativo, apocalíptico, genealogias, etc. Cada qual ao seu modo é capaz de transmitir adequadamente um conteúdo, mas também é capaz de gerar diferentes impactos sobre o leitor.

À primeira vista, o estudo do gênero literário poderia não parecer importante a uma abordagem bíblica psicológica, entretanto, para a Análise do Comportamento existe um conceito muito importante que deve ser considerado na aplicabilidade do estudo do comportamento verbal. Trata-se do conceito de “topografia comportamental”.

Para Skinner, a topografia comportamental se refere à forma através da qual um comportamento é emitido (SKINNER, 1969/1975, p. 182). Uma pessoa pode se comportar de um dado modo para favorecer com que consiga as consequências que objetiva. Uma pessoa, por exemplo, que ao fazer um pedido a alguém usa uma topografia que, na sua cultura, é entendida como “educada”, o que poderia ser, por exemplo, falar num tom brando e usar uma expressão facial simpática, se a sua comunidade verbal está treinada para reforçar este tipo de ação, ela tenderá a ser reforçada e fortalecer não apenas o pedido, mas o modo como pediu, isto é, a sua topografia comportamental.

É o mesmo caso de alguém que quase sempre consegue o que quer quando eleva o tom para determinadas pessoas ou mesmo usa palavras agressivas. Se os seus ouvintes fazem o que a pessoa está querendo, neste caso, por exemplo, tendo em vista o medo de serem punidas pelo falante que demonstra ser agressivo, a tendência deste será continuar falando desta forma em ocasiões semelhantes a esta.

Evidentemente que uma análise deste tipo em relação à Bíblia torna-se bastante desafiante em função do fato de se ter como material básico de trabalho apenas o texto escrito, mas, por ele mesmo, é possível encontrar formas de comunicação com finalidades distintas.

O uso do gênero literário apocalíptico, por exemplo, para transmitir uma determinada mensagem, atinge certos propósitos, conforme citados anteriormente. Isso indica que a forma da linguagem também mantém uma relação funcional com o ambiente e não apenas um uso meramente estético. Na medida em que o gênero apocalíptico usa uma linguagem rica em símbolos, cheia de enigmas e que restringe as possibilidades de interpretação àqueles que estão familiarizados com eles, favorece que o autor se proteja em relação à censura romana que não permite determinadas críticas sócio-políticas que o texto apocalíptico emite (MELO, 2013. p. 59). O autor, dessa maneira, recorre a um tipo de topografia comportamental que lhe reforça na medida em que as pessoas entendem o que ele quer transmitir e ele evita ser punido pelos agentes do império.

3.3 PASSOS PARA UMA ABORDAGEM BÍBLICA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL

Após a explicação da aplicabilidade de vários conceitos da Psicologia analítico-comportamental aos estudos bíblicos, serão apresentados na presente sessão a sistematização de passos para o processo de interpretação da Bíblia à luz desta abordagem psicológica. Vale ressaltar que esta proposta se constitui como uma das alternativas possíveis para uma interpretação psicológica da Bíblia e poderá enriquecer o modo de trabalho com a Escritura. Os passos que seguem serão, nesse sentido, uma maneira de favorecer que se reconheça mais facilmente que tipos de comportamentos a Bíblia deseja que o leitor adquira. Naturalmente que o diálogo desta abordagem com outras e também com métodos de interpretação de textos sagrados é indispensável a um estudo mais profundo do texto em suas mais diversas nuances.

3.3.1 Analisar o ato da escrita em seus aspectos operantes

Numa análise funcional do comportamento o primeiro passo consiste em estabelecer que ações serão analisadas. O foco inicial é o comportamento em si, enquanto ação do sujeito sobre o meio. No caso da análise de textos bíblicos o

sujeito está diante de comportamentos verbais e, em coerência com a abordagem analítico-comportamental, deverá utilizar aspectos teóricos e metodológicos para analisá-lo, conforme foi demonstrado anteriormente.

Assim sendo, deverá ser estabelecido o texto com o qual se quer trabalhar e buscar compreender quais operantes verbais estão presentes nele. Nesse sentido, deverá ser analisado se ele possui transcrições, intraverbais, autoclíticos, mandos, tatos, mandos distorcidos, etc.

No caso das transcrições, por exemplo, é importante notar se houve uso de outras fontes para a escrita e o modo como o sujeito trabalhou estas fontes, sejam elas fontes orais ou escritas.

Além disso, é importante, com o auxílio dos métodos de análise literária compreender, as características daquele tipo de gênero literário e atentar para quais possíveis consequências aquela forma de comunicação pode beneficiar ou não quem escreve sob tal padrão.

O texto deverá ser visto como resultado do comportamento de seu autor que ao fazê-lo estava submetido a uma dada ocasião e que objetivava produzir determinadas consequências. Essa lente de análise deve ser o grande balizador de uma leitura bíblica psicológica analítico-comportamental. De forma que, todos os passos da análise deverão estar pautados nesta questão central e serem vistos também em conjunto.

3.3.2 Analisar no contexto histórico do autor as sinalizações que seu comportamento poderia ser reforçado

Conforme visto na sessão anterior, para esta abordagem, o contexto histórico que ampara a produção do texto bíblico é um sinalizador de que se aquele ato verbal for emitido ele tem possibilidades de reforçamento. Evidentemente que o estudo do contexto histórico deverá ocorrer em diálogo com ciências como a História, a Sociologia, a Antropologia, a Arqueologia, etc. (LARA, 2009, p. 55). A grande contribuição, nesse sentido, da presente tese é apontar para o estudioso da

Bíblia que tal contexto exerce uma relação funcional com comportamento do escritor indicando-lhe as possibilidades de reforçamento de sua ação.

Por esta lógica, para que uma análise bíblica sob o viés analítico-comportamental aconteça satisfatoriamente, faz-se necessário que o pesquisador busque no contexto de produção do texto em questão aspectos que se constituem como ocasião de emissão da resposta de escrever em vistas de seu reforçamento.

No caso da análise da emissão de verbalizações de Paulo na Carta aos Coríntios, capítulo 6 apontando que não se deve praticar a fornicação é fundamental, em diálogo com as ciências supracitadas, entender o que se constituiu como “gatilhos” para que Paulo escrevesse tal exortação.

Esta identificação permitirá ao leitor um melhor entendimento a respeito da ocasião para a emissão desta resposta, isto é, o texto escrito, da forma como foi feito. Evidentemente, que isso por si só, não explica tal comportamento, mas possibilita que este último seja visto de forma contextualizada e também facilitará que sejam identificadas algumas consequências reforçadoras que tinha em vista o autor quando revolveu escrever o texto.

Não necessariamente que os estímulos reforçadores que o autor tinha em vista quando escreveu o texto estarão realmente presentes quando da finalização da emissão da resposta, na verdade até consequências aversivas ele poderá ter, porém tal contexto, ainda assim é bastante importante na compreensão da emissão da resposta.

3.3.3 Analisar as possíveis consequências da escrita do texto em questão

Como o ato de escrever é um tipo de comportamento operante ele produz consequências e a depender delas o autor terá probabilidade aumentada ou diminuída de escrever futuramente um conteúdo como aquele sob aquelas mesmas condições (SKINNER, 1957/1978, p. 21-22).

No processo de análise de um texto bíblico sob o prisma analítico comportamental, é muito importante que se atente ao fato de que aquele ato

produziu as mais diversas consequências. Quando Paulo, por exemplo, escreveu a Carta a Filêmon, ele intercedia em favor do escravo Onésimo. Este havia deixado seu senhor e estava com Paulo, servindo-o. Quando Paulo escreve a Filêmon dizendo que deveria acolher Onésimo de volta, Paulo especifica qual seria o estímulo reforçador de seu pedido, a saber, a aceitação por parte de Filêmon de seu escravo fugitivo.

A identificação de estímulos consequenciais como este favorece uma melhor compreensão das intenções do autor com o seu escrito e, conseqüentemente, um melhor entendimento de aspectos funcionais que o texto comporta, o que se constitui como um dos aspectos fundamentais de uma leitura da Bíblia sob o prisma analítico-comportamental.

3.3.4 Analisar as regras de comportamento que o texto veicula

Diversos textos bíblicos, apontam quais são os comportamentos que as pessoas devem emitir para estarem em conformidade com a vontade divina. Uma das principais metodologias empregadas para tal fim é o uso de regras. Nem sempre é fácil identificá-las, pois, as vezes elas aparecem apenas indiretamente no texto. Porém, sua identificação é de fundamental importância para que o leitor seja capaz de entender o que, ao final das contas, o texto comunica que deve ser feito.

Este passo da abordagem bíblica analítico comportamental deve partir de uma concepção clara a respeito do que são regras e como elas podem ser expressas e encontrar governo sobre repertórios comportamentais.

Quais regras de comportamento, por exemplo, podem ser encontradas neste trecho das instruções de Jesus aos seus discípulos em Mt 10,17-25?

Guardai-vos dos homens: eles vos entregarão aos sinédrios e vos flagelarão em suas sinagogas. E, por causa de mim, sereis conduzidos à presença de governadores e de reis, para dar testemunho perante eles e perante as nações. Quando vos entregarem, não fiquéis preocupados em saber como ou o que haveis de falar. Naquele momento vos será indicado o que deveis falar, porque não sereis vós que falareis, mas o Espírito de vosso Pai é que falará em vós. O irmão entregará o irmão à morte e o pai entregará o filho. Os filhos se levantarão contra os pais e os farão

morrer. E sereis odiados por todos por causa do meu nome. Aquele, porém, que perseverar até o fim, esse será salvo. Quando vos perseguirem numa cidade, fugi para outra. E se vos perseguirem nesta, tornai a fugir para terceira. Em verdade vos digo que não acabareis de percorrer as cidades de Israel até que venha o Filho do Homem. O discípulo não está acima do mestre, nem o servo acima do seu senhor. Basta que o discípulo se torne como o mestre e o servo como o seu senhor. Se chamaram Beelzebu ao chefe da casa, que não dirão de seus familiares!

Pode-se catalogar as regras que o texto comporta do seguinte modo:

- a) Tomai cuidado com os homens;
- b) Não fiqueis preocupados como ou com o que deveis falar quando fordes presos por causa de mim;
- c) Aquele que perseverar até o fim será salvo;
- d) Fugi para outra cidade quando fordes perseguidos;
- e) Basta que o discípulo se torne como o mestre e o servo como seu senhor;

3.3.5 Analisar o comportamento do leitor sob o prisma funcional

O ato da leitura também é baseado em uma relação funcional. Várias abordagens dos textos bíblicos levam em consideração a importância de conhecer qual é o papel do leitor no processo de interpretação, já que ele é o seu principal protagonista (KONINGS, 2011, p. 177). Para uma abordagem bíblica analítico-comportamental, a análise do comportamento sob o prisma funcional consiste em um dos passos mais importantes.

Fazer este tipo de análise implica em aprofundar sob que condições o leitor procura o texto, como trabalha com ele e que modificações são produzidas a partir de sua leitura.

O contexto no qual o indivíduo está inserido também funciona como estímulo discriminativo para a resposta de ler o texto. Isto significa, conforme explicado anteriormente, que o leitor sob determinadas condições tem a sinalização de que se ler o texto poderá ser reforçado. Pode-se imaginar, por exemplo, que o leitor esteja passando por dificuldades em relação à educação dos seus filhos. Nesse sentido, identifica que, mediante a leitura da Bíblia, poderá encontrar as respostas que precisa para conseguir adotar medidas mais efetivas em relação ao processo educacional.

A realização deste passo tem como uma das etapas, portanto, a compreensão de como o contexto, no qual o leitor está inserido, instiga que ele procure a Bíblia para que encontre os estímulos reforçadores que objetiva.

Outro aspecto importante a ser analisado é que consequências o texto bíblico produz àquele que lê. O sujeito pode ter inúmeros estímulos reforçadores com a Bíblia, tais como o conforto para um determinado problema que está enfrentando, seja no campo pessoal, familiar ou social, bem como em dimensões como a saúde, a vida financeira, religiosa, etc. Além disso, pode ser reforçado também por encontrar soluções para os problemas nas áreas supracitadas, alento para situações de medo, fortalecimento da esperança, etc.

A identificação destas e outras consequências permitirá que se observe também a utilidade que a Bíblia tem na vida daquela pessoa e se ela, de fato, tenderá a continuar lendo o texto em outras ocasiões nas quais poderá, através da leitura, encontrar os estímulos reforçadores que objetiva.

Além disso, vale ressaltar que podem existir inúmeras outras maneiras através das quais a Análise do Comportamento pode ser útil para a interpretação de um texto literário como a Bíblia, porém, os aspectos que foram trabalhados no presente capítulo são uma demonstração de que, de fato, esta abordagem da Psicologia pode ser bastante útil para a Hermenêutica Bíblica.

No próximo capítulo da presente tese, será abordado, de forma mais densa, como as contribuições acima apresentadas podem ser aplicadas ao texto bíblico presente em Dt 5,6-10.

4 UMA ANÁLISE DE DEUTERONÔMIO 5,6-10 A PARTIR DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Neste último capítulo da presente tese doutoral, será feita uma análise de como a abordagem bíblica analítico-comportamental pode ser aplicada ao processo de interpretação do texto do decálogo presente no livro do Deuteronômio. Inicialmente, o leitor será introduzido nas questões gerais de formação e desenvolvimento redacional do livro e, a partir daí, será situado o texto em análise no quadro geral da legislação deuteronômica. Na segunda parte do capítulo, será feita uma análise do decálogo a partir de aspectos básicos da exegese e hermenêutica bíblica, levando em consideração o texto em seus elementos literários, teológicos e histórico-sociais. E, por fim, serão aplicados os conceitos e metodologias apresentados no capítulo anterior, componentes de uma abordagem bíblica analítico-comportamental, ao texto em questão. Dessa forma, será cumprida a proposta da presente tese que consiste em demonstrar a pertinência desta abordagem da Psicologia para o estudo das Sagradas Escrituras.

4.1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO LIVRO DO DEUTERONÔMIO

A atual discussão sobre a chamada “História Deuteronomista” aponta que ainda não existe uma posição definitiva que explique completamente a sua origem, sua formação e composição. Essa diversidade de explicações evidencia como os textos que a compõe são complexos e remetem a várias possibilidades histórico-contextuais. Além disso, a própria diversidade de formas literárias presentes, estilos de linguagem e perspectivas teológicas na obra indicam que esta não foi fruto de uma única pessoa ou até mesmo de um único redator, nem tampouco de um único período histórico.

Os diversos estudos que foram realizados ao longo dos séculos V e XVI sobre o Deuteronômio sempre apresentam o livro como parte integrante do Pentateuco de modo geral, não como obra independente (LÓPEZ, 2004, p. 230). Foi somente no começo do século XIX que o livro passou a ser considerado em sua

singularidade e independência. Assim sendo, a história da investigação seguiu um outro rumo e se passou a analisar outras fontes utilizadas na produção literária da obra, diferentes do Pentateuco. A partir do século XIX, foram realizados diversos trabalhos críticos bastante significativos que tocam no âmbito da crítica literária e dos estudos histórico-críticos.

4.1.1 Os estudos histórico-críticos

De acordo com Römer (2016, p. 110), existem relações muito próximas entre o Deuteronômio e os chamados “Profetas Anteriores”, fato que levou Spinoza a entender que todos estes livros, incluindo os anteriores ao Deuteronômio, eram o resultado do trabalho de um único editor, que teria compilado sua obra depois de 587, com o objetivo de explicar os motivos das ruínas de Judá.

No início do século XIX, Marius de Wette (*apud* López 2004, p. 230) buscou explicar esta inter-relação utilizando o conceito de editores deuteronomistas. De acordo com López (2004, p. 230), De Wette identificou o livro que foi encontrado na época de Josias, conforme 2Rs 22,8, como uma versão primitiva do livro do Deuteronômio. Uma das justificativas utilizadas pelo autor para reforçar sua tese foi que, a partir deste achado, o rei Josias adotou diversas medidas que só podem ser entendidas à luz das leis do código deuteronomista (Dt 12; 14,22-27; 15,19-23; 16,1-17; 17,8-13; 18,1-8; 26,1-11).

Em contrapartida, Wellhausen (1989, p. 193) afirma que, na verdade, o livro que foi encontrado na época das reformas josiânicas continha somente o código legal presente em Dt 12-26. Este seria o núcleo mais primitivo do livro e que através dele foram feitas edições sucessivas (Dt 1-4; 12-26; 27 e Dt 5-11; 12-16; 28-30). Posteriormente todos estes blocos literários teriam sido unidos e formado a atual versão do livro.

Segundo López (2004, p. 231), no final do século XIX, os pesquisadores aplicaram um novo critério de análise literária na investigação do livro. Trata-se da mudança do singular para o plural, especificamente a mudança do “tu” para “vós”, como fator decisivo para o estabelecimento dos estratos ou documentos presentes

na obra. Afirmam que os textos que estão no plural devem ser considerados como textos históricos e que foram dirigidos à geração que esteve no monte Horeb. Por outro lado, os que se encontram no singular são textos parenéticos e devem ser vistos como dirigidos à geração que vivenciou o processo de conquista da terra.

A partir dos estudos da crítica da forma e da tradição, destacaram-se os trabalhos de Klostermann e Von Rad. Para o primeiro autor, o Deuteronômio não contém somente lei, mas também comentários a ela. Por este viés, o objetivo principal do uso do livro era servir para a recitação nas reuniões públicas (KLOSTERMANN, 1907, p. 313).

Para Von Rad (1976, p. 34.40-42), o livro do Deuteronômio consiste em uma acumulação de materiais de ordem cultual. Ele distingue quatro partes essenciais no livro: a descrição histórica dos acontecimentos no Sinai (Dt 1-11), a exposição da Lei (Dt 12,1-26,15), o compromisso com a aliança (Dt 26,16-19) e bênçãos e maldições (Dt 27s). Na visão de López (2004, p. 233), este esquema proposto por ele expressa a forma de uma celebração cultual da aliança. Tratava-se de uma festa de confirmação e fortalecimento da aliança ou mesmo de renovação, tendo como grande centro a proclamação solene da lei (Dt 31, 10-11).

Um outro importante pesquisador sobre o Deuteronômio e que teve uma importância fundamental no alargamento da compreensão do processo redacional do livro foi Martin Noth. Seu primeiro trabalho foi publicado em 1943. Ele entendia que o livro do Deuteronômio integra parte da História Deuteronomista, que consiste numa grande obra historiográfica que teria sido redigida em torno do século VI a.C.

Partindo do princípio de que existe uma profunda inter-relação entre o Deuteronômio e os Profetas Anteriores, ele identifica nos textos inúmeros aspectos que apontam para a unidade da obra em termos de conteúdo e de composição. Para ele, a maioria dos textos seriam fruto do trabalho organizador de uma pessoa a quem denomina de “deuteronomista”. Este teria estruturado a obra durante o cativeiro babilônico e, provavelmente, na região de Mizpa, buscando compreender as causas da queda de Jerusalém e da experiência exílica.

O trabalho do deuteronomista teria sido o de revisar os livros desde o Deuteronômio até o livro dos Reis e realizar uma “teologia histórica unificada”, daí o porquê da introdução de discursos explicativos e comentários ao longo das

narrativas, o que favoreceu uma coerência tanto estilística quanto cronológica (RÖMER, 2016.p. 112). Por esta lógica, o deuteronomista teria sido não apenas um simples editor, mas um autor de um trabalho bastante complexo em que utilizou tradições bem distintas e construiu uma narrativa coerente histórica e teologicamente. Segundo ele, “o trabalho do deuteronomista nos informa virtualmente sobre tudo o que sabemos da história do povo israelita na Palestina” (NOTH, 1991, p. 121).

Em sua visão, ao compor o seu trabalho, terminando com a narrativa da destruição de Jerusalém e da experiência do cativo babilônico, tais acontecimentos foram o resultado do castigo de YHWH, pelo fato do povo e dos reis não terem sido fiéis às exigências da aliança.

De acordo com Römer (2016, p. 112), a hipótese da unidade literária que vai do Deuterônomo até o livro dos Reis permanece até hoje como uma das mais importantes teorias no conjunto das pesquisas do Antigo Testamento. Porém, o uso da expressão “história deuteronomista” não tardou a ser bastante questionado e receber conotações diferentes.

Cross (1973, p. 274-289) considera que a primeira edição da história deuteronomista foi produzida no período josiânico. Sendo que ela, originalmente terminava em 2Rs 23,25 e somente depois de 587 teria sido completada com a adição de 2Rs 24-25. De acordo com Römer (2016, p. 114), determinados textos que fazem parte da história deuteronomista podem ser melhor compreendidos com base no contexto histórico do século VII a.C. Observa-se isso, de modo especial, nos textos que se constituem como avaliações da atuação dos reis tanto em Israel quanto em Judá e, pela expressão “até este dia”, parece pressupor a existência de uma monarquia.

Por esta perspectiva, Römer (2016, p. 114) acrescenta que uma primeira edição da história deuteronomista deve ter surgido na época de Josias, tendo sido marcada por uma perspectiva ideológica bastante diferente da mentalidade da época do exílio.

Considera-se bastante relevante também a hipótese proposta por Rudolf Smend. Segundo ele, as diferentes camadas de textos dentro da história deuteronomista foram compostas baseadas nas experiências exílicas e pós-exílicas

(2000, p. 98). Também a teoria elaborada por Walter Dietrich que apresenta uma perspectiva interpretativa do processo redacional diferente de Noth, mas ainda com muitas semelhanças pelo fato de situar a obra no contexto do exílio (1994, p. 153). O mesmo propõe que existiram três camadas principais, é o chamado “Modelo de Göttingen”. A primeira foi aquela composta pelo “historiador” que escreveu durante o exílio babilônico. A segunda camada foi composta por um deuteronomista profético, que compreende os textos de Samuel e Reis. E, por fim, um legislador que, no início do período pós exílico, insistiu na importância da lei.

A hipótese de uma história deuteronomista também tem sido atualmente objeto de rejeição. O principal argumento defendido pelos que rejeitam tal hipótese é o fato de que os textos que compõem a história deuteronomista são bastante diferentes literária e teologicamente o que faz com que dificilmente possam ser creditados a uma única edição deuteronomista. O que é considerado mais problemático é a tentativa de relacionar todas as passagens a uma ou diversas edições deuteronomistas sistematizadas (Römer, 2016, p. 116)

Em outra direção, as teorias norte-americanas e germânicas propugnadas por Norbert Lohfink e Georg Braulik, consideram que o Deuterônomo e toda a Obra Histórica Deuteronomista se formou através da junção de diversos blocos literários. Tal explicação ficou conhecida como “modelo dos blocos” (Kramer, 2006, p. 12).

Os autores supracitados consideram que dois textos do livro do Êxodo contribuíram fundamentalmente para o surgimento do bloco literário mais antigo do Deuterônomo: Ex 20,24-26 (que fala sobre o tipo de altar onde os israelitas deverão oferecer seus sacrifícios ao longo do território do reino) e Ex 34,10-26 (que contém prescrições referentes à exclusividade de culto para YHWH, bem como a observância do calendário litúrgico).

Nesse sentido, enquanto em Êxodo as atividades litúrgicas dos israelitas podiam acontecer nos mais diversos santuários espalhados por diversas regiões do território deles, de acordo com as leis deuteronomistas, todo o culto ao Deus de Israel deve ser centralizado num lugar que o próprio YHWH tenha escolhido, ou seja, no templo de Jerusalém. Dessa forma, o livro propõe a centralização de toda a liturgia em Jerusalém.

De acordo com Kramer (2006, p. 15), o livro do Deuteronômio teve diversas outras “fontes geradoras”, como os temas teológicos, as coleções de leis e até mesmo os oráculos dos profetas Oséias, Amós e Jeremias. Tais oráculos influenciaram profundamente o conteúdo do livro.

Diante das diversas formas de compreensão do processo redacional da história deuteronomista, Römer (2016, p. 118) propõe integrar diversos aspectos das teorias e hipóteses levantadas até então, partindo do princípio de que em Ciências Humanas não existem formulações completamente equivocadas ou absolutamente verdadeiras.

Por esta perspectiva, o autor supracitado afirma que se deve concordar com os opositores à teoria de Noth em relação ao fato de que os textos que são encontrados na história deuteronomista são realmente bastante diferentes não só em termos de frequência, mas também quanto a temas teológicos, modo de argumentação, esquemas de compreensão, tipo e uso da linguagem. Isto é o que se vê fortemente defendido pelos que aceitam o “Modelo de Göttingen”.

Também a existência de uma história deuteronomista josiânica precisa ser aceita, uma vez que, de fato, inúmeros textos e perspectivas teológicas só serão compreendidos melhor à luz do contexto histórico do século VII a.C em detrimento do período do cativo babilônico. Um dos argumentos utilizados para se opor à datação de Noth consiste na percepção de que as dificuldades econômicas e políticas do período do exílio jamais possibilitariam a edição de uma obra histórica como ela (RÖMER, 2016, p. 118).

Por tudo que foi apresentado na primeira sessão deste capítulo, pode-se observar que não é tarefa fácil definir com segurança como de fato se deu o processo de redação do Deuteronômio e da Obra Deuteronomista. Porém, é importante salientar que as discussões aqui apresentadas tiveram o intuito de mostrar ao leitor a riqueza de interpretações sobre tais processos, o que longe de dificultar a compreensão da obra, contribui para que se tenha um olhar maduro e flexível quanto à riqueza de conteúdos e formas literárias que a obra comporta.

Na seção seguinte, será feita uma apresentação do texto do decálogo no conjunto literário do livro do Deuteronômio. Sendo discutido seu papel literário bem como sua importância teológica na obra.

4.1.2 O lugar do decálogo no livro do Deuteronômio

De acordo com López (2004, p. 247), o bloco central do livro do Deuteronômio é o que está situado em Dt 4,44-28,68 que é composto por uma introdução geral e também três seções: 5,1-11,32; 12,1-26,16; 26,17-28,68. Este “discurso de Moisés” faz parte do código legal que se constitui como o grande núcleo do livro. As expressões “mandatos de decretos” assumem condição estruturante ao longo dos textos que compõem esse bloco. Pode-se observar em: 5,1; 11,32; 12,1 e 26,16.

Dentro deste grande bloco, encontra-se a seção que compreende Dt 5,1-11,32, onde há predominância de dois gêneros diferentes: o narrativo (Dt 5 e 9,7-10,11) e o parenético (Dt 6,1-9,6 e 10,12-11,32). Observa-se que o primeiro bloco narrativo, tanto no início quanto no final, apresenta a exortação em ouvir e colocar em prática os mandamentos.

O contexto/cenário do capítulo cinco é o Horeb, onde Deus se revela ao seu povo e onde o decálogo se constitui como lei fundamental da aliança. Segundo López (2004, p. 250), no Deuteronômio existe uma diferença muito importante entre o decálogo e as demais leis. Um dos pontos básicos de diferenciação é que ele é promulgado diretamente por Deus e se dirige a todos israelitas, independentemente de onde estiverem (Dt 5, 1.6). As outras leis são dirigidas e atribuídas especificamente aos israelitas que estão situados em Israel.

Um dos fundamentos da necessidade de obediência aos mandamentos está no fato de YHWH ter sido o libertador da escravidão. Tanto que, na versão dos mandamentos presente no Deuteronômio, a memória do repouso sabático está associada ao êxodo e não à criação como se percebe em Ex 20,8.

Apesar do decálogo ter sido elaborado diretamente por Deus, na perspectiva hebraica, Moisés assumiu a condição de mediador entre Deus e o povo, exercendo um protagonismo singular, fundamentando assim sua autoridade e também da lei deuteronômica.

De acordo com Otto (2011, p. 177), as diferenças existentes entre o decálogo presente em Ex 20 e na versão do livro do Deuteronômio favoreceram a

que os pesquisadores se questionassem sobre as relações histórico-literárias diacrônicas entre essas duas versões dos mandamentos. Assim sendo, o autor continua dizendo que desde a crítica literária mais antiga se reconheceu que o decálogo é um texto tardio e foi atribuído à fonte Eloísta, bem como foi datado no século VIII a.C.

Por esta perspectiva, Alt (1953, p. 50), na busca de resolver o problema da legitimação teológica do decálogo na qualidade de direito divino, interpretou os proibitivos “tu não deves” como conteúdos apodícticos dos tempos primitivos do protoisrael no deserto. Uma das consequências desta interpretação foi a possibilidade de manter a datação tardia e defender o decálogo como direito divino do tempo primitivo.

A fim de fortalecer os proibitivos como fruto da experiência do protoisrael no deserto, segundo Otto (2011, p. 177), até os anos 1970 foram empreendidas inúmeras tentativas de encontrar dentro do texto situado em Ex 20 uma espécie de decálogo primordial que continha proibições breves e com uma estrutura uniforme e um processo posterior de complementação de justificativas consideradas literariamente como secundárias.

Em contrapartida, Hossfeld (1982, p. 72) rejeitou tal interpretação concluindo que os mandamentos em Deuterônomo serviram de modelo literário para Êxodo 20 e tal versão teria surgido apenas na época do exílio num processo de releitura da versão do Deuterônomo. Assim sendo, a versão deuterônômica precisava ser vista como parte da teologia deuteronomista. Porém, o debate não se encerrou aí. Otto (2011, p. 177) afirma que nos anos seguintes continuou-se debatendo de forma acalorada se Ex 20 teria preservado a forma mais antiga do decálogo ou se teria sido Dt 5.

Por esta lógica, o mesmo autor avança dizendo que apenas com o fim da hipótese mais nova dos documentos se pode estabelecer que a série de mandamentos presentes em Deuterônomo 5,6-21 é mais antiga do que a série de Ex 20,2-17. Assim sendo, o decálogo em Deuterônomo foi integrado no contexto da história e teologia deuteronomista no tempo do exílio pela redação do Horeb. Já no caso da modificação pós-exílica do Sinai, teve-se como fonte de um lado a tradição

sacerdotal e de outro a própria moldura do Deuteronomio, o que favoreceu o estabelecimento de semelhanças, mas também de diferenças entre os escritos.

A conclusão a que Otto (2011, p.178) chega é de que a série de mandamentos em Deuteronomio 5 foi relida e reinterpretada não apenas no âmbito da redação pós-exílica do Pentateuco em Êxodo 20, mas que também tomou como base para sua produção a forma do decálogo que já existia antes mesmo da redação do Horeb no livro do Deuteronomio.

Pelas discussões acima apresentadas e numa análise diacrônica do decálogo, é possível perceber que ele se originou não nos inícios da história de Israel, mas no seu fim. É o que também afirma Graupner (2001, p.62), “o decálogo encontra-se não no começo da história do direito e da ética em Israel, mas sim no seu término”.

Do ponto de vista etimológico, a palavra “decálogo” é uma tradução da expressão hebraica: עֲשֶׂרֶת הַדְּבָרִים (*‘asheret hadevarim*) bem como do termo grego δεκάλογος (decálogos) que significa “dez palavras”. Isso aparece claramente tanto em Êxodo (“Deus pronunciou todas estas palavras”, Ex 20,1) quanto em Deuteronomio (“tais foram as palavras que, em alta voz, YHWH dirigiu a toda a vossa assembleia no monte”, 5,22). É interessante notar que tanto em Êxodo quanto em Deuteronomio não se encontram termos que geralmente são associados aos textos legais do Pentateuco, como por exemplo, “mandamento”, “lei”, “prescrição”, “proibição”. Destaca-se, em contrapartida, a expressão: “Palavra de Deus” dirigida diretamente ao seu povo.

Uma das formas de legitimação dos mandamentos foi dizer que foram escritos diretamente por Deus em duas tábuas de pedra. Apesar da mediação de Moisés, mas Deus é visto com a fonte direta para a produção dos mesmos e que, portanto, desobedecê-los implica em infidelidade à aliança.

Tal legitimação pode ser exemplificada na passagem de Dt 10,4 quando se refere ao caso da reescrita dos mandamentos em função do fato de as primeiras tábuas terem sido quebradas: “Ele (Deus), então, escreveu sobre as tábuas o mesmo texto que havia escrito antes, as dez palavras que vos tinha falado na montanha, do meio do fogo, no dia da assembleia.”

Outro fundamento importante para a exigência de seguimento do decálogo é a memória da ação de Deus em relação à libertação da escravidão, conforme menciona anteriormente. Como se lê em Dt 5,6: “Eu sou Iahweh teu Deus, aquele que te fez sair da terra do Egito, da casa da escravidão.”

Segundo Kramer (2016, p. 104), nesta passagem Deus faz sua auto-apresentação e se proclama como Deus libertador. Por esta lógica, recordar o Deus que liberta da escravidão no contexto de apresentação dos mandamentos, implica em enfatizar que para que o povo tenha sua liberdade preservada e a vida esperada seja imprescindível o seguimento destas exigências que, no fundo se constituem como base ética de cumprimento da aliança.

Em outras palavras, ainda segundo o mesmo autor, as palavras e exigências de YHWH presentes no decálogo tem por objetivo evitar que aqueles que foram libertos da escravidão egípcia recaiam em condições semelhantes de opressão e dominação. Mesters (1986, p. 20) chegou a comparar Ex 20,2 e Dt 5,6 como um prego que sustenta as dez palavras de YHWH. Se acontecer de o prego sair da parede e o quadro terminar caindo no chão, então este se quebrará e só sobrarão pedaços. Assim, é extremamente importante e urgente substituir a compreensão de um Deus que é “imperador” e que prescreve mandamentos, por um Deus que age como libertador e que, ao exigir o cumprimento dos mandamentos, está propondo um caminho para que as pessoas e a sociedade em geral encontrem sempre liberdade.

De acordo com Otto (2011, p. 180), o decálogo não teve uma reformulação total no tempo do exílio, mas em sua composição foram utilizados elementos “pré-moldados”. Dentre os argumentos que justificam essa posição, encontra-se o de que há a mudança do discurso de Deus na primeira pessoa, no caso do primeiro mandamento para o discurso sobre Deus na terceira pessoa no caso dos mandamentos seguintes.

Além disso, em Dt 5,17-20 a combinação das proibições de homicídios, adultério, furto e também o próprio testemunho falso, já se via contemplada na série de legislações sobre pena de morte (Ex 21,12-17), também no código da aliança e em formulação profética, como se vê em Os 4,2. Segundo Otto (2011, p. 180), isso

significa que tal combinação era transmitida de forma autônoma e independente no decálogo.

Por tudo que foi apresentado nesta seção da presente tese, observa-se a complexidade de interpretação sobre os textos do decálogo e seu processo de formação redacional, mas que aponta para a riqueza de possibilidades de estudo e reflexão sistemática desse material que sem dúvida foi tão crucial para normatizar as relações dos israelitas entre si e com YHWH.

4.2 DEUTERONÔMIO 5,6-10 À LUZ DA HERMENÊUTICA E EXEGESE BÍBLICA

Nesta seção da presente tese, será feita uma análise do texto que está em Dt 5,6-10 a partir das contribuições de ferramentas importantes da exegese e da hermenêutica bíblica. Nesse sentido, o texto em questão será visto sob diversos aspectos, que irão da apresentação do mesmo a partir da língua hebraica até mesmo ao que autores importantes escreveram sobre ele.

4.2.1 O texto hebraico e sua tradução

Segue o texto em hebraico, de acordo com a versão da Bíblia Hebraica Stuttgartensia, que será utilizado como base para a aplicação da interpretação bíblica analítico-comportamental. O texto será apresentado seguido de tradução proposta pelo autor da presente tese.

V. 6

אַנְכִי יְהוָה אֱלֹהֶיךָ אֲשֶׁר הוֹצֵאתִיךָ מֵאֶרֶץ מִצְרַיִם מִבֵּית עֲבָדִים

Eu, YHWH teu Deus, que te fez sair da terra do Egito da casa de escravos.

V. 7

לֹא יִהְיֶה- לְךָ אֱלֹהִים אֲחֵרִים עַל- פְּנֵי

Não terás para ti outros deuses diante de mim

V. 8

לֹא- תַעֲשֶׂה- לָךְ פֶּסֶל כָּל- תַּמּוּנָה אֲשֶׁר בַּשָּׁמַיִם מִמַּעַל וְאֲשֶׁר
בַּאָרֶץ מִתַּחַת וְאֲשֶׁר בַּמַּיִם מִתַּחַת לָאָרֶץ:

Não farás para ti ídolo, imagem alguma que nos céus em cima, e que na terra embaixo; e que nas águas embaixo da terra;

V. 9

לֹא- תִשְׁתַּחֲוֶה לָהֶם וְלֹא תַעֲבֹדֵם כִּי אֲנִי יְהוָה אֱלֹהֶיךָ אֵל קַנָּא פֹקֵד עֵוֹן אָבוֹת עַל-
בָּנָיִם וְעַל- שְׂלֵשִׁים וְעַל- רִבְעִים לְשָׁנָיִם :

Não te prostrarás a eles e nem os servirás, porque eu sou YHWH, teu Deus ciumento, sou Deus zeloso, castigo pecado dos pais sobre os filhos e até a terceira e até a quarta geração dos que me odeiam;

V. 10

וְעָשִׂה חֶסֶד לְאֵלֵפִים לְאַהֲבֵי וּלְשֹׂמְרֵי מִצְוֹתַי

E faço benevolência a milhares aos que me amam e aos que guardam minhas ordenanças.

A seguir será apresentada a tradução deste texto de acordo com a versão da Bíblia de Jerusalém (2012):

⁶Eu sou lahweh teu Deus, aquele que te fez sair da terra do Egito, da casa da escravidão.

⁷Não terás outros deuses diante de mim.

⁸Não farás para ti imagem esculpida de nada que se assemelhe ao que existe lá em cima, no céu, ou cá embaixo na terra, ou nas águas que estão debaixo da terra.

⁹Não te prostrarás diante desses deuses nem os servirás, porque eu, lahweh teu Deus, sou um Deus ciumento, que puno a iniquidade dos pais sobre os filhos, até a terceira e a quarta geração dos que me odeiam,

¹⁰Mas que também ajo com amor até a milésima geração para com aqueles que me amam e guardam os meus mandamentos.

Tanto a versão do texto hebraico apresentada quanto a tradução da Bíblia de Jerusalém apresentam o texto em condições plausíveis para o tipo de trabalho que se pretende fazer no decurso deste capítulo.

4.2.2 Delimitação do texto e contexto literário

O texto em questão faz parte de um bloco literário mais amplo no conjunto dos textos do livro do Deuteronômio. Trata-se do segundo discurso de Moisés que inicia logo após uma breve indicação de tempo e de lugar (Dt 4,44-49). Este segundo discurso, compreendido em Dt 5,1-11,32, introduz o Código Deuteronômico (Dt 12,1-26,15), prolongando-se em Dt 26,16-28,68.

Assim como fez no primeiro discurso, Moisés resgata aspectos da história de Israel, agora mais especificamente indo até a teofania do Horeb e o Decálogo. Este último parece ter sido justaposto no quadro narrativo da teofania do monte Horeb. Um dos argumentos utilizados pelos exegetas para tal justaposição é a mudança do plural para o singular entre as perícopes do entorno e o próprio decálogo. Enquanto em Dt 5,1-5 e em 5,22 prevalece o plural, com Moisés ora se dirigindo ao povo com “vós”, ora com “nós”, no decálogo observa-se a presença apenas da segunda pessoa do singular: “tu”.

De acordo com Artus (2005, p. 30), inserir o decálogo no contexto do discurso de Moisés, conforme as características supracitadas, dá a ele um papel de chave hermenêutica que serve de base para a interpretação dos textos legislativos que seguem, conferindo-lhes, por ser um discurso direto de Deus, a característica de autoridade máxima e que é condição básica para normatizar as relações com Deus e com as outras pessoas.

O texto do decálogo em Deuteronômio é antecedido pelas palavras de Moisés após convocar todo o Israel. Tal texto antecedente ao decálogo apresenta a exortação de Moisés para que todo o povo cuide de aprender e colocar em prática os estatutos e as normas proclamadas por ele (Dt 5,1-5). Assim sendo, coloca-se como mediador entre Deus e o povo: “Eu estava então entre lahweh e vós, para vos anunciar a palavra de lahweh, pois ficastes com medo do fogo e não subistes à montanha.” (Dt 5,5).

Após a apresentação do texto do decálogo (Dt 5,6-21), segue um último versículo com conteúdo de conclusão: “Tais foram as palavras que, em alta voz, lahweh dirigiu a toda a vossa assembleia no monte, do meio do fogo, em meio a

trevas, nuvens e escuridão. Sem nada acrescentar escreveu-as sobre as duas tábuas de pedra e as entregou a mim” (Dt 5,22).

Um dos motivos pelos quais pode-se considerar o texto de Dt 5,6-21 como um material particular e delimitado é o fato de que nos textos que antecedem e que sucedem o que está em questão, observa-se que Moisés é o falante, enquanto no decálogo é o próprio Deus o sujeito principal do discurso direto.

Para os objetivos propostos no presente trabalho, priorizou-se o aprofundamento dos primeiros mandamentos, especificamente aqueles compreendidos dos versículos 7 a 9. Primeiramente, porque por eles já é possível demonstrar a aplicabilidade da abordagem analítico-comportamental para melhor entendimento do mesmo. Em seguida, pelo fato de que carrega suas especificidades de conteúdo relacionados com elementos centrais da experiência religiosa hebraica, a saber, o culto ao Deus único.

4.2.3 A estrutura literária do texto

No texto de Dt 5,6-10 é possível encontrar ao todo três mandamentos:

1. Não terás outros deuses diante de mim;
2. Não farás para ti imagem esculpida;
3. Não te prostrarás diante desses deuses nem os servirás.

Eles são antecidos por uma autodescrição de Deus que se apresenta como aquele que fez o povo sair da terra do Egito, da casa da servidão (Dt 5,6). O terceiro mandamento citado acima termina com os porquês de YHWH não aceitar a prostração e os serviços aos outros deuses, apresentando-se como um Deus ciumento que pune a iniquidade dos pais sobre os filhos, mas que também tem misericórdia dos que o amam e guardam os seus mandamentos.

Por esta lógica, pode-se conceber o presente texto dividido da seguinte forma:

- v. 6 Autoapresentação do Deus que cria os mandamentos;

- v. 7 Primeiro mandamento;
- v.8 Segundo mandamento;
- v.9a Terceiro mandamento;
- v.9b Justificativa do porquê da exigência do terceiro mandamento;
- v.10 conclusão sobre aqueles que seguem os mandamentos.

Na visão de Römer (2016, p. 233), o fio condutor destes primeiros mandamentos é o tema do culto ao Deus único. Pelo que se observou na estrutura literária acima exposta, antes e depois da apresentação dos mandamentos, encontram-se peças narrativo-discursivas que apontam os motivos pelos quais tais mandamentos deverão ser seguidos. Faz-se memória a Deus como libertador, identificando-o como aquele que agiu em favor de seu povo e, ao final, projeta-se em Deus características humanas como as do ciúme, zelo, punição e recompensa.

4.2.4 Não terás outros deuses diante de mim (Dt 5,7)

O primeiro mandamento aponta para o fato de YHWH exigir fidelidade cultural. Num contexto em que o politeísmo era bastante presente tanto em Israel quanto nos povos vizinhos, YHWH exige a exclusividade. Apesar da possibilidade da existência de outros deuses, somente um devia ser obedecido e adorado por Israel. YHWH não aceita o culto a outras divindades.

Um dos sentidos desta proibição na visão de Kramer (2016, p. 108) é de que tal proibição se fundamenta na perspectiva de que YHWH foi quem libertou o povo da opressão egípcia e que o culto aos outros deuses está diretamente relacionado à manutenção das estruturas sociais e políticas das sociedades que cultuam tais deuses. Assim ele se expressa: “os deuses e deusas dos outros povos, portanto, não promovem nem defendem os oprimidos e escravizados, mas legitimam e defendem a opressão.”

De acordo com Römer (2016, p. 233), o mandamento “não terás outros deuses diante de mim” era um mandamento primitivo que havia sido integrado ao

decálogo e visava, sobretudo, proibir a presença de estátuas de outras divindades diante da estátua de YHWH. No início da época persa, no processo de reconstrução do templo esse tema era de fundamental importância, pois a comunidade judaica pós-exílica estava num processo de reorganização litúrgica e cultural e um dos requisitos básicos para a preservação da identidade religiosa era a fidelidade cultural. Esta desde muito tempo já se encontrava ameaçada em função da promoção do culto a divindades estrangeiras na época dos reis.

Segundo Lowery (2004, p. 282), a teologia deuteronômica emergiu a partir de uma combinação de tradições e interesses sociais sob as condições do imperialismo assírio, mas as reformas josiânicas foram centrais para que o culto ao Deus único fosse fortalecido. Quando Josias assumiu o governo em 640 a.C. o poder da Assíria já havia diminuído. Josias pode exercer o seu trabalho político praticamente livre do jugo imperial. Segundo o mesmo autor, a forma mais importante que Josias encontrou para promover ainda mais a liberdade recém recobrada foi reformando e reorganizando o culto oficial.

Segundo Römer (2016, p. 211), a história deuteronomista se constituiu como caminho plausível para a construção do monoteísmo. Para chegar a tal objetivo, os deuteronomistas fizeram uma revisão dos antigos rolos da época assíria e procuraram construir uma história coerente que fora dividida em períodos distintos, a saber, o de Moisés, o da conquista da terra sob o comando de Josué, os juízes, a monarquia e as quedas do Reino do Norte e do Sul. As narrativas em seu conjunto apontam para o fato de que toda a ruína se deu principalmente em função da desobediência a YHWH.

Assim sendo, as invasões dos povos estrangeiros foram vistas como consequências punitivas de YHWH em função do fato da existência do culto a outras divindades. Dessa forma, a invasão babilônica, por exemplo, teria sido provocada por ele para punir Judá pelo fato de prestar culto a outras divindades (cf. 2Rs 24,3.30).

Um dos objetivos dos deuteronomistas, na visão de Römer (2016, p. 211), era derrubar a ideia de que YHWH teria sido derrotado por Marduque e os outros deuses da Babilônia. Tal interpretação fortalecia a ideia do protagonismo de YHWH frente aos rumos da história do povo e as ações deste estavam estreitamente

ligadas ao modo como o povo se portava diante das exigências éticas da aliança. Uma vez que tais exigências fossem descumpridas, o próprio Deus iria intervir punindo o povo.

Se YHWH tinha utilizado o próprio rei na Babilônia e também os seus deuses, isso realçava o poder dele. Podia ser visto como quem os controlava e os fazia como seus instrumentos. Por esta perspectiva era preparado o caminho para as afirmações muito claramente “monoteístas” que podem ser encontradas nos últimos retoques da história deuteronomista (NICHOLSON, 2014, p. 115).

Diversas passagens do Deuteronomio apresentam a exigência de que não se corra atrás de outros deuses. Segundo Römer (2016, p. 212), nesses textos a perspectiva é claramente monolátrica. O uso da expressão “outros deuses” expressa que a existência deles era considerada, mas que não se devia prestar-lhes culto. Esta também pode ser uma alusão às procissões na quais suas estátuas eram carregadas.

Somente em textos mais recentes, provavelmente da época persa, é que se fala que YHWH é o único Deus que existe. Tal perspectiva pode ser observada em Dt 4,39: “Reconhece hoje e medita em teu coração: YHWH é o único Deus, tanto no alto do céu, como cá embaixo, na terra. Não existe outro.”

Observa-se que a construção da ideia de que YHWH é Deus único se deu de forma processual. Como o livro do Deuteronomio teve um processo complexo de composição e foi feito fundamentando-se de várias camadas literárias, então se entende porque ora o livro trabalha com a ideia de monolatria e em outros momentos, afirma claramente o monoteísmo (WEINFELD, 1972, p. 84).

Entretanto, se YHWH foi considerado posteriormente como único e verdadeiro Deus como se explicaria o fato de ele ter uma predileção por Israel, conforme se lê em Dt 4? Römer (2016, p. 212) afirma que mesmo Ele sendo único, escolheu Israel como seu povo particular, fez predileção por Israel. Essa predileção carrega a exigência de um pacto de aliança que precisa ser seguido pelo povo como condição para que este receba dele as bênçãos necessárias para a vida do povo em seus componentes religiosos, econômicos e políticos.

Na visão de Römer (2016, p. 198), havia uma intencionalidade diferente da que se percebe à primeira vista quanto a concepção da unidade de YHWH. Para ele só é possível compreender bem esta concepção à luz da afirmação da unidade do culto javista. Mediante a isso, o objetivo de quem formulou tal exigência não era apenas informar a existência de um único Deus, mas também o de propor um único lugar de culto.

O grande slogan da reforma de Josias consiste exatamente em pregar que YHWH é um, o que implicaria, no próprio contexto das reformas josiânicas, em entender que também só há um lugar de culto. Por esta perspectiva, Jerusalém se torna o único santuário javista onde YHWH é adorado de maneira exclusiva (ALBERTZ, 2005, p.32)

Ao mesmo tempo em que se insiste no fato de que só existe um Deus, exige-se do povo um amor total a Deus e não se aceita a partilha pela divindade. De acordo com Römer (2016, p. 198), “Esse mandamento não exige do homem um amor sentimental pela divindade; o que é exigido é uma lealdade absoluta para com o Deus de Israel.”

É possível encontrar paralelos próximos quanto ao juramento de lealdade presentes no Deuteronômio e num documento assírio que remonta ao ano 672 a.C., onde se diz que Asaradon havia feito os reis vassalos prestarem um juramento de fidelidade em favor de seu filho Assurbanipal: “Amarás Assurbanipal (...) rei da Assíria, como a ti mesmo (...) não colocareis outro rei ou um outro senhor sobre vós.”

É perceptível que, de acordo com Römer (2016, p. 199), o Deuteronômio se inspira abundantemente tanto em relação ao estilo quanto em relação à estrutura desse tratado, que era, provavelmente, bastante conhecido por parte do autor deuteronomista.

4.2.5 Não farás para ti imagem esculpida e não lhe prestarás culto (Dt 5,8-9a)

O termo hebraico **פֶּסֶל** (Pesel) significa: “escultura”, “estátua”, “ídolo”, “imagem”. De acordo com Schmidt (1993, p. 59), este termo hebraico, que é utilizado tanto no livro do Êxodo quanto no livro do Deuteronômio, não proíbe a fabricação de imagem de algum ser do mundo profano, mas se refere exclusivamente a divindades, portanto, proíbe a fabricação de imagens de um deus para ser objeto de culto, ou de veneração, ou adoração.

Essa compreensão também pode ser vista na tradução bíblica da Septuaginta que não fez uso da palavra “γλυπτος” (glyptos), que significa “escultura”, mas sim da expressão “εἶδωλον” (eidolon), que significa “ídolo” ou mesmo a imagem de um deus gravada numa madeira, numa pedra ou qualquer outro material.

Corroborando o entendimento de que no decálogo o termo “ídeos” se refere à imagem dos deuses, pode-se notar que um dos aspectos que reforça tal ideia é a presença de pronomes no plural no versículo 9, que faz referência aos deuses, palavra citada no versículo 7.

Sabe-se que o uso de imagem para cultuar os deuses era muito comum na Antiguidade. Zenger (1989, p. 85) apresenta um exemplo de como a estátua do faraó, considerado deus, Ramsés II, era utilizada para evidenciar sua força e seu poder:

A frente do templo com as quatro estátuas colossais de Ramsés II sentado (20 m de altura, testa de 59 cm, nariz de 98 cm, orelha de 106 cm, boca de 110 cm, rosto de 417 cm de largura) propaga a divindade do faraó: “Por isto Ramsés é vestido como deus-rei e está sentado no trono arcaico com as representações da união dos dois países ao lado do trono; por isso prestam-lhe homenagem príncipes, sacerdotes e presos em cima dos pedestais, e confirmam o poder onipresente do deus regente.”

No caso de Israel, de acordo com Kramer (2006, p. 111), o mandamento proíbe não apenas a fabricação da imagem de outros deuses, mas também do próprio Deus de Israel. Conseqüentemente, o redator não visava apenas a opção única e exclusiva por YHWH, mas também culto único e direto sem o uso de imagens. Por esta lógica, a fé em YHWH e sua adoração seriam expressas de forma diferente dos demais povos.

Nem sempre o povo conseguiu ser fiel a este mandamento. O povo de Israel também fabricou imagens esculpidas e praticou culto a elas. Basta lembrar a história do bezerro de ouro em 1Rs 12 e também em Ex 32. Assim como a fabricação de uma imagem cultual a YHWH em Jz 17s e também o episódio da serpente de bronze narrado em Nm 21,4-9 e que foi destruída pelo rei Ezequias, conforme narrativa presente em 2Rs 18,4.

Graupner (2001, p. 67-75) procurou aprofundar os motivos pelos quais especialmente em 1980 o tema do culto exclusivo a YHWH sem o uso de imagens foi tão amplamente debatido. Para este autor, as concepções de unicidade e exclusividade de YHWH, bem como sua representação sem imagem é o resultado da história do povo de Israel, que, por exemplo, na época do rei Josias estava centrada na perspectiva da reforma cultual. Para ele: “É muito difícil de determinar quando a veneração de YHWH sem imagem foi comprimida num mandamento.” (GRUPNER, 2001, p. 75).

Foi no contexto das reformas josiânicas que este primeiro mandamento foi crucial para o fortalecimento das reformas, centralidade e exclusividade cultual. Na interpretação de Schmidt (1993, p. 60), o culto às imagens dos deuses dos outros povos tanto era comum quanto normal. A proibição de fabricar imagens de seus deuses era muito estranha. Ele afirma que uma fé em suas divindades sem fazer uso de imagem podia até ser considerada uma experiência escandalosa. A própria presença da divindade era expressa através delas, bem como ela era o instrumento principal através do qual se prestava culto e se venerava através de ritos sagrados.

Por esta lógica, as reformas cultuais empreendidas iam na contramão daquilo que se esperava quanto à relação com as divindades no contexto religioso do Antigo Oriente Próximo. Isso fazia do projeto de culto único e sem imagens uma realidade bastante desafiadora e ao mesmo tempo exigente.

De acordo com Kramer (2016, p. 113), a proibição de se fazer imagem esculpida de Deus revela uma longa história na qual se proíbe tanto a opção por outros deuses quanto também a veneração através do uso da imagem. Assim, a veneração de YHWH através de um bezerro de ouro (Ex 32,1-35) era considerada reprovável. Da mesma forma é criticado o culto a YHWH em forma de bezerro tanto em Betel quanto em Dã (cf. 1Rs 12,26-33).

Esse fato mesmo é considerado pelo autor como uma das razões para a proibição de tal prática. De acordo com Kramer (2016, p. 113), a principal intenção de proibir a representação de YHWH é a defesa e preservação de sua indisponibilidade e absoluta impossibilidade de ser concretizado numa imagem estática já que ele se apresenta como um Deus dinâmico, libertador, ativo. Em contrapartida, numa imagem ele poderia ser associado a parada, inércia, neutralidade.

De acordo com Römer (2016, p. 115), YHWH era venerado no Reino do Norte sob a forma de um touro ou de uma forma antropomorfa. Havia diversos santuários javistas presentes em Samaria, Betel, Dã, Siquém assim como na Transjordânia. Na visão do autor, não há dúvida alguma de que YHWH não foi venerado de forma exclusiva no Reino do Norte como é atestado no livro dos Reis.

Römer (2016, p. 115) afirma que na inscrição de Tell Deir 'Alla sobre o Jordão pode-se encontrar o nome de diversas divindades, tais como: El, as deusas Ashtar, Shagar e, provavelmente, Shamash. Também no santuário de Dã venerou-se o que se chamou de “deus de Dã” e esse culto é confirmado numa inscrição bilingue grega e aramaica. Por este viés, a existência deste mandamento estava fundamentada no combate a todas essas formas de representação e de prestação de culto a estas e outras divindades bem como à sua representação que também era utilizada como uma forma de promoção de suas liturgias.

É possível identificar em Dt 12,2-13,19 leis que complementam e aprofundam a adoração única e exclusiva a YHWH e, de modo especial, no lugar escolhido por ele. Lê-se por exemplo em Dt 12,2-31 a prescrição de total demolição dos locais de culto aos outros deuses. Juntamente com tal demolição deve ser banido completamente qualquer rito ou costume sagrado que não seja direcionado ao Deus único.

De acordo com Kramer (2006, p. 114), um dos mecanismos mais significativos para o combate aos cultos idolátricos, bem como o sincretismo religioso consistiu na centralização do culto a YHWH em Jerusalém. Desta forma também era possível exercer um maior controle sobre as formas consideradas legítimas de relação com Deus.

A relação entre a proibição das imagens nas condições e características supracitadas e a centralização cultual traz como pano de fundo a busca pelo controle das formas de manifestação da experiência religiosa e a unificação da mesma. Os reis anteriores a Ezequias e Josias contribuíram muito para que houvesse a intromissão de outros cultos até mesmo em Jerusalém.

O tema da idolatria repercutiu não apenas na história deuteronomista, mas também nos discursos e nas ações de diversos profetas. Além disso, a própria centralização cultual em Jerusalém gerou também consequências que foram denunciadas pelos profetas. Como, por exemplo, o caso de Jeremias que denunciava o fato de as pessoas confiarem exageradamente em suas instituições religiosas e desprezarem as exigências éticas da aliança.

De acordo com Braulik (1991, p. 25), outro mecanismo bastante forte utilizado para o combate aos cultos idolátricos e em prol da centralização cultual foram as “romarias”. Em Dt 12,4-28, lê-se sobre os passos básicos do novo ritual litúrgico do Deuteronomio que consiste exatamente na peregrinação da casa para o santuário central de Jerusalém. Na sequência dos passos, instrui-se sobre os preparativos da casa, a caminhada rumo ao santuário, a refeição sagrada e retorno para casa. Assim sendo, a normatização destas peregrinações era uma forma de fortalecer o culto ao Deus único e enfraquecer as festas e procissões que eram dedicadas aos outros deuses.

Para Römer (2016, p. 105), no livro dos reis, a história do Reino de Judá e de Israel é contada numa perspectiva “sulista”, ou seja, do ponto de Judá. Por isso é muito difícil ter ideia das tradições originais do Norte. Porém, segundo o autor, não há dúvidas de que o culto a YHWH no Norte era bastante diferente do que se relata no livro dos Reis, uma vez que, neste livro, numa ótica judaíta, o culto a YHWH no Norte era idolátrico e totalmente contrário à vontade divina.

Dessa forma, a queda do Reino do Norte em 722 a.C. é interpretada como uma sanção divina em função dos pecados de Jeroboão, principalmente, o culto a YHWH sob a forma de touro. De acordo com a narrativa de 1Rs 12, Jeroboão construiu santuários em Betel e em Dã no objetivo de concorrer com o templo de Jerusalém. Assim, ele é apresentado como o responsável pelo culto errôneo de YHWH no Reino do Norte.

Para Römer (2016, p. 109), a veneração de um touro em Samaria, capital do Reino do Norte, é confirmada pelo livro de Oseias. Na visão deste autor, tal estátua pode desempenhar um papel de “pedestal” para YHWH ou mesmo representar o próprio YHWH. Conforme ele, em Ugarit, Baal é representado tanto de forma antropomórfica como também pode ser visto em uma estela no Louvre, inclusive sob a forma de touro.

No livro de Oseias são feitas alusões ao touro de maneira polêmica, como se pode ler em Os 8,5-6: “Ele rejeitou teu bezerro, Samaria! Minha ira inflamou-se contra eles. Até quando serão incapazes de pureza? Porque ele é Israel, um artista o fez, ele não é um deus! Sim, o bezerro de Samaria será desfeito em pedaços.”

Um outro texto também bastante elucidativo é o de Os 13,2: “E agora eles continuam pecando: fazem para si uma imagem de metal fundido, com sua prata, fazem ídolos de sua invenção; tudo obra de artesãos. Dizem a respeito deles: os que sacrificam seres humanos podem bem abraçar bezerras!” Por este texto, pode-se observar a relação entre sacrifícios humanos e a própria veneração do touro; estes sacrifícios não eram estranhos ao culto a YHWH.

Em resumo, pode-se afirmar que não existem dúvidas de que YHWH foi venerado em Israel, em Betel e posteriormente em Dã sob a forma de um touro do mesmo modo que Baal em Ugarit.

4.3 APLICAÇÕES DA TEORIA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL AO TEXTO DE DEUTERONÔMIO 5,6-10

No capítulo 3 da presente tese foi apresentada a proposta de uma abordagem bíblica baseando-se nas proposições teóricas e metodológicas da Análise do Comportamento. Foram descritos diversos aspectos que tal abordagem considera tanto no que diz respeito à análise funcional do comportamento verbal quanto em relação ao papel das regras de comportamento no processo de aquisição de repertórios comportamentais. Tal análise foi aplicada ao processo de interpretação da Bíblia, utilizando-se aspectos desta abordagem a diversas

passagens, no sentido de identificar aspectos funcionais relevantes em quanto ao ato de produção, escrita e leitura dos textos bíblicos.

No caso desta seção do presente capítulo, serão retomados os aspectos fundamentais a serem considerados numa abordagem bíblica analítico-comportamental aplicando de forma pormenorizada à interpretação do texto de Dt 5,6-10. Levando em consideração a análise hermenêutica trabalhada nas sessões anteriores.

O objetivo aqui será enriquecer o entendimento sobre o texto em questão indo além das informações e percepções proporcionadas pelo estudo substancial da linguagem, enfatizando o papel e a importância de uma abordagem funcional dos textos.

Entende-se que desta forma é possível lançar um olhar diferente sobre os textos bíblicos. Tal olhar será guiado pelo viés psicológico analítico-comportamental, que, conforme foi visto no capítulo anterior, pode contribuir consideravelmente com a interpretação dos textos bíblicos. Assim sendo, levar-se-á sem consideração aqui que o leitor já tem conhecimento dos passos desta abordagem, dispensando assim aprofundar tais passos, em termos metodológicos conforme já foi feito no capítulo anterior.

4.3.1 Analisar o texto do decálogo sob o prisma funcional

O ato de escrever, na qualidade de comportamento operante, produz consequências e é mantido por elas, por isso, em Análise do Comportamento, dizemos que é do tipo operante já que opera sobre o meio. Partindo deste princípio, pode-se indagar sobre quais motivações teve o autor deuteronomista para a inserção do decálogo em sua obra. Em vista de que fez isso? Quais as possíveis consequências teriam sido almejadas pelo autor para que se dispusesse a tal?

Questionar-se a este respeito significa atentar para o fato de que tal inserção se deu com base numa relação funcional com o ambiente do autor. Conforme visto na sessão anterior, de acordo com Römer (2016, p. 233), o mandamento “não terás outros deuses diante de mim” era um mandamento primitivo que havia sido

integrado ao decálogo e visava, sobretudo, proibir a presença de estátuas de outras divindades diante da estátua de YHWH. Assim, ao se inserir este mandamento no texto deuteronomico havia a intenção de combater os cultos idolátricos, que ameaçavam o sucesso da reforma cultural e sua centralização.

Para o autor ou quem pregava a aplicação desta lei, a emissão desta regra poderia ser reforçada pela adesão das pessoas ao culto apenas ao Deus único e o fortalecimento da centralização cultural, que poderia trazer inúmeros outros reforçadores como crescimento econômico local, fortalecimento do poder da autoridade religiosa uma vez que mais pessoas estariam ali sob seu comando, bem como, no contexto de fé, as seguranças e o benefícios espirituais que se acreditava ser possível obter sendo fiel a YHWH.

O combate ao culto das imagens, também visto sob viés funcional, poderia trazer como reforçador, sinalizado pelo texto, a retirada de práticas e ensinamentos incompatíveis com aquilo que a Torá considerava legítimo na relação com YHWH. Por trás do uso das imagens de outros deuses também estava toda uma teologia que comportava e implicava em práticas de comportamento que nem sempre eram aceitas no contexto religioso judaico.

Dessa forma, olhar para o texto em questão sob o prisma funcional é tentar averiguar as variáveis das quais o comportamento de colocar aquela regra específica em questão é função.

Para a Análise do Comportamento, todo comportamento operante pode ser analisado com base na Análise funcional de tríplice contingência, como a descrita acima. Com a demonstração da mesma aplicada ao primeiro mandamento, observa-se que para aqueles que se pautam no seguimento da regra ali contida é possível obter tanto benefícios quanto evitar os castigos de YHWH na medida em que se cumpre o que está sendo exigido.

Considerar apenas YHWH como Deus trará benefícios para a pessoa e, desta maneira poderá ter seu comportamento reforçado, aumentando assim as probabilidades de ocorrência do mesmo, do contrário, havendo punição ou até mesmo outro comportamento concorrente incompatível com este, mas com reforçadores de magnitude maior, aumentar-se-ão as chances da infidelidade ao mandamento proposto.

Esse é um dos motivos principais pelos quais muitas vezes uma regra na Bíblia já é acompanhada da especificação dos seus reforçadores, a fim de que o leitor já tenha ciência de que, caso obedeça àquilo que lhe foi proposto, possa obter os ganhos desejados e que aumentarão a probabilidade de ocorrência futura de uma nova resposta sob as mesmas condições nas quais se obteve o reforço. Vale ressaltar que a proposta da presente não é de resumir a Bíblia a um conjunto de regras, mas estas devem ser vistas em função de seu poder de governo sobre os comportamentos.

4.3.2 O contexto histórico do decálogo como estímulo discriminativo

Nos estudos bíblicos, a análise do contexto histórico do texto é de fundamental importância para a compreensão mais profunda das mensagens que o texto veicula. Para a Análise do Comportamento, tal contexto tem o papel de sinalizar para o autor ou redator as condições sob as quais seu comportamento de escrever, e mesmo as exigências que faz com a transmissão de regras escritas, pode ser reforçado, ou seja, produzir consequências que sejam agradáveis a quem o produziu ou o uso como material autoritativo.

Por esta perspectiva, o ato da análise contextual deverá levar em consideração a funcionalidade que o contexto exerce e seu poder de controle sobre a forma e o conteúdo veiculado no texto.

O texto do decálogo, conforme visto anteriormente, não surgiu exclusivamente da tradição deuteronomista, mas foi ali inserido com propósitos estreitamente ligados ao projeto teológico desta tradição. No contexto do politeísmo, o projeto deuteronomista se fortalecia no intuito de centralizar o culto e fazer com que este fosse exclusivamente a YHWH. No período persa, por exemplo, o mandamento “Não terás outros deuses” mantinha profunda relação com o processo de reconstrução da comunidade judaica. Nesta reconstrução, objetivava-se manter o povo unido em torno de um lugar oficial de culto a um único Deus.

Esse contexto supracitado sinaliza que o uso do mandamento pode exercer significativo controle em vistas do fato da necessidade de resgate desta

reconstrução. Todavia, ainda antes deste período, na época das reformas josiânicas no século VII a.C. havia o trabalho de reforma cultural e litúrgica. Além disso, buscava-se resgatar a importância da Lei, tendo Moisés como figura síntese da mesma. Tal fato sinalizava que o resgate da memória daquilo que Moisés fez e disse poderia servir como forma de fortalecer a autoridade e a legitimidade das leis propostas. Daí a existência de vários discursos de Moisés no livro do Deuteronômio, colocando-o como peça chave nas narrativas (WEINFELD, 1972, p. 40).

O contexto histórico da deportação e do exílio babilônico foi interpretado na literatura deuteronomista como punição de YHWH em função da infidelidade do povo de Israel em oposição à ideia de que YHWH teria sido derrotado por Marduque. O fato de as pessoas imaginarem que este último poderia ser mais forte que YHWH sinaliza para o autor que sua narrativa e interpretação teológica que se opõe a tal perspectiva pode produzir as consequências que deseja na medida em que oferece uma explicação que seja compreendida e aceita pelos seus leitores.

Uma das questões que poderia favorecer tal entendimento era o uso de uma explicação coerente com aquilo que já se acreditava: a Teologia da Retribuição. Esta parte do princípio de que Deus dá a cada um conforme sua conduta. Assim, pune aqueles que não obedecem aos seus preceitos e recompensa aqueles que lhe obedecem (SOARES, 2004, p. 29).

A Teologia da Retribuição é bastante frequente em diversas passagens bíblicas, tanto do Antigo quanto no Novo Testamento. Assim como fazia parte da cultura religiosa de outros povos também no contexto do Antigo Oriente Próximo. Estava presente no modo de outras civilizações entenderem a sabedoria na sua estreita relação com o movimento da natureza em termos de causa ou efeito. Assim afirma Ziener (2004, p. 381): “Sabedoria, como ciência adquirida mediante acurada observação e reflexão sobre os dados da experiência, cujo objeto são as leis divinas que governam o mundo, às quais o homem deve se submeter se quiser ter sucesso e felicidade na vida”.

O fato desta forma de conceber a justiça divina estar tão presente na mentalidade das pessoas no contexto do judaísmo antigo, sinaliza que a interpretação do acontecimento do exílio em termos da lógica retributiva pode ser acolhida pelas pessoas, uma vez que já tinham enraizado tal perspectiva, mas que

agora poderia atingir o propósito de colocar a culpa do exílio em Deus por ser visto como mais fraco que Marduque, a lógica agora seria fazer com que o próprio povo observasse que Deus estaria punindo o povo por sua conduta reprovável, ou seja, ele continua sendo o grande protagonista da história e que caberia aos judeus a responsabilidade de seus atos e que estes teriam a reação de YHWH (SOARES, 2004, p. 105).

No texto em questão, lê-se uma clara interpretação da ação retributiva de Deus quando se afirma que o mesmo pune o pecado dos pais nos filhos, mas também do mesmo modo age com misericórdia:

Não te prostrarás diante desses deuses nem os servirás, porque eu, lahweh teu Deus, sou um Deus ciumento, que puno a iniquidade dos pais sobre os filhos, até a terceira e a quarta geração dos que me odeiam, mas que também ajo com amor até a milésima geração para com aqueles que me amam e guardam os meus mandamentos (Dt 6,9-10).

A existência desta concepção de que Deus age de modo retributivo sinaliza para o autor ou redator do texto deuteronômico que o uso do argumento acima citado pode aumentar as chances do seguimento dos mandamentos aos quais tais proposições se referem.

Assim sendo, numa abordagem bíblica analítico comportamental o contexto histórico a ser analisado no processo interpretativo tem papel fundamental. Aqui se evidencia que uma das grandes contribuições desta abordagem para os estudos bíblicos consiste em favorecer que o texto seja visto em função do contexto, não apenas em termos do conteúdo em si produzido, que é melhor esclarecido por esta análise, mas também pelo fato de que o contexto funciona como estímulo discriminativo para quem realizou a produção daquela literatura.

Na qualidade de estímulo discriminativo, o estudo do contexto aponta para as condições sob as quais aquelas palavras podem exercer um papel controlador sobre os ouvintes. Assim, a escolha das mesmas e a formação daquele discurso específico será orientado para produzir os efeitos desejados.

No caso do texto deuteronômico em questão, a apresentação da imagem de um Deus punitivo ao mesmo tempo em que lembra as pessoas uma concepção que já era presente na mentalidade dos judeus, exerce um poder de coercitividade na

medida em que aponta para o fato de que se as exigências de YHWH não forem cumpridas Israel não ficará impune.

4.3.3 Análise de operantes verbais em Dt 5,6-10

Conforme visto no segundo capítulo da presente tese, Skinner afirmou a existência de seis tipos de relações funcionais que podem ser encontradas no comportamento verbal. Esses operantes se caracterizam como uma classificação de contingências que estão envolvidas comumente no caso da emissão de um comportamento verbal. Trata-se dos operantes denominados de ecoicos, textuais, transcrições, intraverbais, mandos e tatos.

No processo de análise do presente texto, já que se trata de um escrito legislativo, faz-se necessário identificar a presença dos conteúdos de “mando”. Nele a resposta verbal pode estar sob controle de uma privação específica ou até mesmo da presença de uma estimulação aversiva. Nesse caso, o que controla a emissão de um mando não é um estímulo antecedente verbal oral ou escrito, mas sim uma consequência reforçadora que geralmente vem descrita no próprio mando. Uma forma bem clara de exemplificar este tipo de comportamento é quando o sujeito emite ordens ou faz pedidos (SKINNER, 1957/1978, p. 52).

Assim no texto em questão é possível encontrar mandos em algumas regras contidas no texto. Três são os mandos principais que o texto veicula:

1. Não terás outros deuses diante de mim;
2. Não farás para ti imagem esculpida;
3. Não te prostrarás diante desses deuses nem os servirás.

Também é possível encontrar tatos no texto. Estes se constituem como descrições que apresentam características em geral, ações, condições, etc. O ato de tatear equivale ao de descrever. O versículo 6 apresenta o tato de apresentação de quem é o Deus que produz e exige os mandamentos. Trata-se de uma descrição de quem é esse Deus: “Eu sou lahweh teu Deus, aquele que te fez sair da terra do Egito, da casa da escravidão.” (Dt 5,6).

Existem situações em que os mandos também podem ser emitidos de forma distorcida. É possível que uma pessoa descreva uma realidade e, parte desta descrição, comunique ao outro uma ordem (SKINNER 1957/1978, p. 147). Nestes casos, tem-se o mando disfarçado de tato.

Nos casos da presença de mandos disfarçados de tato nos textos bíblicos é de fundamental importância buscar analisar que ordens o texto veicula por trás das descrições feitas. No caso da perícopes em questão, por exemplo, é possível encontrar esse tipo de linguagem nos versículos 9b e 10:

...porque eu, Iahweh teu Deus, sou um Deus ciumento, que puno a iniquidade dos pais sobre os filhos, até a terceira e a quarta geração dos que me odeiam, mas que também ajo com amor até a milésima geração para com aqueles que me amam e guardam os meus mandamentos.

Nestes versículos, encontram-se descrições de como Deus é. Assim ele é descrito como: ciumento, punitivo e misericordioso. Mas por trás desta descrição existe um mando, isto é, uma dada ordem, a saber, “se vocês adorarem ídolos, eu os punirei e não apenas vocês, mas também a vossa posteridade até a terceira e quarta geração.”

Por outro lado, ao descrever Deus como aquele que também faz uso da misericórdia, o texto comunica o mando de que se deve obedecer aos preceitos dele a fim de que se alcance misericórdia. E esta também será estendida à posteridade daqueles que cumprem a vontade divina. Será igualmente estendida até a terceira e quarta geração.

Pelo que se observa, a compreensão de que por trás das descrições (tatos) que o texto possui podem existir determinados mandos é bastante importante para que o leitor e o pesquisador do texto bíblico atentem para a dinâmica da linguagem utilizada pelo autor, que da sua maneira busca influenciar o leitor pelos recursos específicos que a própria linguagem comporta.

Os mandos disfarçados contidos no texto em questão são expressos através de uma linguagem que visa persuadir o leitor no tocante ao cumprimento das exigências comunicadas e ao passo que descreve Deus como ciumento, punitivo e misericordioso oferece, nas entrelinhas do texto, a possibilidade de o leitor escolher qual tipo de ação vai querer receber de Deus. Isto dependerá diretamente da

conduta que manifestar. Tal perspectiva se alinha à função do operante verbal mando disfarçado de tato com a proposta da Teologia da Retribuição. De forma que, na medida em que se descreve Deus de forma retributiva já se comunica o que cada um pode fazer para ser retribuído desta ou daquela forma.

4.3.4 Identificação das regras de comportamento presentes em Dt 5,6-10

De acordo com Skinner (1969/1975, p. 280), os comportamentos humanos podem ser governados por contingências ou por regras. Estas últimas têm um papel muito importante no sentido de orientar as condutas em vista do cumprimento de determinados objetivos e favorecer o impedimento que o sujeito tenha acesso a estimulações aversivas.

A Bíblia possui inúmeras regras de comportamentos e a análise das mesmas é muito importante para que se compreenda os repertórios comportamentais que o texto sugere que o leitor tenha. No fundo, toda a mensagem bíblica carrega a perspectiva de provocar mudanças comportamentais no leitor e uma das principais metodologias adotadas para que se chegue a este resultado é justamente a utilização do comportamento.

As regras de comportamento são descrições de contingências que funcionam para o ouvinte como estímulo discriminativo. A Bíblia contém inúmeras regras de comportamento. Apesar da diversidade de gêneros literários que ela possui, existem diversas regras expressas diretamente ou indiretamente no texto. Uma abordagem bíblica analítico-comportamental deve estar pautada por favorecer que o estudante ou leitor do texto sagrado as encontre a fim de que possa ou não as seguir.

No segundo capítulo da presente tese, afirmou-se que Skinner (1969/1975, p. 280) fez uma importante distinção entre o comportamento que é governado por regras e o que é governado pelas contingências. Afirmou que mesmo ambos podendo ter a mesma forma, o que os diferencia é justamente o fato de estarem sob controle de variáveis diferentes. No primeiro caso, o sujeito estaria sob controle de descrições de contingências às quais não teve acesso, mas mesmo assim elas

mantêm sobre ele o seu poder reforçador. No segundo caso, as respostas do sujeito são resultado do contato direto dele com as contingências, mesmo sem ter feito a verbalização delas.

No texto deuteronômico em questão é bem mais fácil de se identificar as regras de comportamento que ele comporta uma vez que se trata de um texto legislativo. Dessa forma, elas são apresentadas de um modo bastante claro. Pode-se esquematizá-las do seguinte modo:

Ordens	Razões para o seu seguimento
Não terás outros deuses diante de mim.	Eu sou lahweh teu Deus, aquele que te fez sair da terra do Egito, da casa da escravidão.
<p>Não farás para ti imagem esculpida de nada que se assemelhe ao que existe lá em cima, no céu, ou cá embaixo na terra, ou nas águas que estão debaixo da terra.</p> <p>Não te prostrarás diante desses deuses nem os servirás</p>	<p>porque eu, lahweh teu Deus, sou um Deus ciumento, que puno a iniquidade dos pais sobre os filhos, até a terceira e a quarta geração dos que me odeiam,</p> <p>Mas que também ajo com amor até a milésima geração para com aqueles que me amam e guardam os meus mandamentos.</p>

Como expresse anteriormente, uma das principais funções do uso de regras é favorecer que o sujeito evite ter contato com estimulações aversivas. Assim sendo, a regra posta de não ter outros deuses diante de YHWH, contextualizada pela memória de que ele foi quem libertou o povo da escravidão no Egito, aponta para o fato de que o Deus de Israel é o Deus que liberta, desce e ouve os clamores do seu povo, mas que exige tomada de atitude, exige exclusividade.

Não obedecer a esta regra implica primeiramente em ingratidão ao Deus libertador, que com compaixão ouviu o clamor do seu povo e desceu para ajudar. Por outro lado, implica também em não receber os favores deste Deus que liberta da

escravidão. Além disso, na perspectiva deuteronomista, significa cair em ilusão uma vez que se concebe que os outros deuses são falsos.

Também pode-se acrescentar o fato de que servir a deuses falsos será uma enorme perda de tempo, porque eles nada podem fazer. Portanto, a regra posta tanto acena para que se evite o envolvimento inútil com divindades consideradas falsas ou incapazes de fazer o que foi realizado por YHWH quanto permite que os sujeitos continuem sendo potenciais beneficiários da ação benevolente de Deus que, cumpre fielmente a aliança e exige de cada um as responsabilidades que lhe cabe.

A regra de não fazer imagem esculpida e também de não se prostrar diante delas é acompanhada de explicações e mandos disfarçados de fatos que comunicam aspectos muito importantes em relação à importância do seguimento das mesmas para que se evite a punição de YHWH.

Assim sendo, se o sujeito não quiser ser objeto da punição de YHWH não deverá fazer imagem esculpida de nada que está nos céus ou na terra ou mesmo nas águas embaixo da terra. Muito menos se prostrar diante delas e servir a estes deuses. A principal consequência da desobediência desta regra consiste na punição por parte de YHWH em relação aos pecados dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração.

Isso significa que o descumprimento da exigência de YHWH terá consequências aversivas que durarão bastante tempo. Tal fato implica no aumento da magnitude da punição. O texto é bastante claro ao afirmar a desproporcionalidade entre a ação que se recomenda evitar e a magnitude da punição que será aplicada. Essa mensagem, bem como a forma como é comunicada, tem o claro objetivo de favorecer que se iniba a prática comportamental da idolatria.

A linguagem do texto é enfática em demonstrar que a prática da idolatria não compensa, uma vez que os efeitos punitivos que serão gerados serão grandes e a duração será muito considerável, uma vez que irá até a terceira e a quarta geração.

Por outro lado, da mesma forma que a punição terá sua magnitude aumentada, também o reforço da ação misericordiosa de Deus terá a mesma

proporção. Ou seja, enfatiza-se o fato de que cumprindo a regra o sujeito terá condições de obter significativo reforço.

Ao utilizar essa metodologia de aumento da magnitude das consequências, o texto se configura como material coercitivo e, seu autor, ao utilizar tal linguagem, expressa querer potencializar o seu poder controlador sobre os comportamentos das pessoas. Dessa forma, busca favorecer um maior engajamento com a regra emitida, aumentando a probabilidade de seguimento da mesma.

Conforme visto no segundo capítulo da presente tese, o comportamento pode ser governado por regras ou por elementos da própria contingência. As regras têm seus alcances e limites no que diz respeito ao governo comportamental. Um dos limites consiste no fato de que se os sujeitos ao desobedecerem a regra, tiverem acesso a reforçadores cuja magnitude supere o poder reforçador do cumprimento das mesmas ou até relativize o poder punitivo de seu descumprimento, provavelmente não exercerá controle sobre as pessoas.

Lançando um olhar analítico-comportamental sobre as regras presentes no texto em questão, pode-se dizer que se o culto a outros deuses, inclusive mediante o uso de imagens, oportunizar o acesso a consequências bastante reforçadores, cuja magnitude supere as consequências descritas na regra ou sugeridas por ela, provavelmente tal culto se sobressairá.

Um exemplo bastante claro pode-se encontrar no caso dos judeus que, no contexto do exílio babilônico, ao aderirem ao culto a Marduque, por exemplo, tiveram oportunidades de ascensão social, maior fluidez social e até mesmo a conquista de cargos na estrutura administrativa das cidades.

Nota-se também que reforçadores imediatos podem ter um poder controlador maior em detrimento de reforçadores retardados. Seguindo ainda o exemplo do exílio, é possível que a manutenção da fidelidade a YHWH na espera de que um dia consigam voltar para a terra de Judá seja enfraquecida em função da imediatividade reforçadora de crescimento social e econômico oportunizado pelas adesões ao projeto religioso babilônico.

Em outras palavras, pode-se dizer que a tendência é de que o acesso rápido a reforçadores oriundos do culto aos outros deuses seja um fator determinante para

que as pessoas da época não tivessem seus comportamentos governados por regras que apresentam reforçadores retardados.

Assim sendo, para que tais regras tivessem mais chances de governo duas ações, pelo menos, seriam fundamentais. A primeira seria descrever as consequências do engajamento com as regras de forma aumentada, ou seja, como dito anteriormente: aumentar a magnitude das consequências. E a segunda ação consistiria em realizar atividades concretas que oportunizassem já a aquisição de reforçadores imediatos, mesmo que menos efetivos do que a consequência final desejada. O que também se aplicaria ao processo de punição.

No caso da primeira ação descrita, foi assim mesmo que foi feito ao se descrever Deus como sendo punitivo e que aplica penas que repercutem até a terceira e quarta geração dos que não seguem seus preceitos. A desproporcionalidade temporal cronológica entre o ato da idolatria e a duração da pena, conforme explicado anteriormente, já é uma forma clara de demonstrar a intensidade desta punição, assim como do reforço, que segue a mesma dinâmica de aplicabilidade temporal até a terceira e quarta geração.

Porém, no tocante a ações que precisam ser feitas para que se consiga maior chances de engajamento com a regra, é de fundamental importância arranjar contingências que favoreçam tal engajamento. Quando, por exemplo, no contexto das reformas culturais, determinadas pessoas não seguiam as exigências que a própria reforma comporta, a tendência é de que seus líderes formulem discursos e ameaças que visam sensibilizar as pessoas para a necessidade de seguimento.

No contexto das reformas josiânicas uma ação importante para que as regras do culto ao Deus único tivessem maior probabilidade de cumprimento foi a retirada do santuário de YHWH de todos os objetos de culto idólatrico. É o que se lê em 2Rs 23,5-7:

O rei ordenou a Helcias, o sumo sacerdote, aos sacerdotes que ocupavam o segundo lugar e aos guardas das portas que retirassem do santuário de lahweh todos os objetos de culto que tinham sido feitos para Baal, para Aserá e para todo o exército do céu; queimou-os fora de Jerusalém, nos campos do Cedron e levou suas cinzas para Betel. Destituiu os falsos sacerdotes que os reis de Judá haviam estabelecido e que ofereciam sacrifícios nos lugares altos nas cidades de Judá e nos arredores de Jerusalém, e os que ofereciam

sacrifícios a Baal, ao sol, à lua, às constelações e a todo o exército do céu.

As ações descritas em relação às reformas na época de Josias aumentavam as chances de que as pessoas cumprissem as regras do culto ao Deus único. A retirada de todos os objetos de culto a Baal e demais deuses, bem como a destituição dos falsos sacerdotes expressa que houve a manipulação de variáveis que aumentam as chances do cumprimento de tais regras.

De acordo com Skinner (1969/1975, p. 294), o comportamento que é governado por regras produz consequências instrucionais típicas como a aprovação social, já que aquele grupo de pessoas que a aceita é treinado para responder de forma reforçadora às ações que lhe sejam correspondentes. Dessa forma, é possível que uma das consequências punitivas do descumprimento das regras acima descritas seja a punição positiva dos líderes ou membros da comunidade ou mesmo de profetas que podem tanto segregar quanto utilizar de mensagens punitivas.

Grande medo tomou conta do rei Josias quando, por exemplo, encontrou o Livro da Lei e mandou consultar a profetisa Hulda: “Ide consultar lahweh por mim, pelo povo e por todo Judá a respeito das palavras deste livro que acaba de ser encontrado. Grande deve ser a ira de lahweh, que se inflamou contra nós porque nossos pais não obedeceram às palavras deste livro...” (2Rs 22,13).

Verifica-se também que as punições aplicadas pela infidelidade cultual são tipo de punições chamadas tecnicamente de artificiais ou arbitrárias. Esse assunto foi explicado no capítulo primeiro. Tal classificação refere-se ao fato de que muitas vezes as consequências dos comportamentos não são naturais à própria ação. Por exemplo, a consequência punitiva natural do ato de não estudar é tirar nota baixa e não ser privado de uma atividade que o sujeito gosta.

Assim também, determinadas punições advindas da infidelidade cultual podem ser artificiais ou arbitrárias na medida em que foram acrescentadas ao ambiente do sujeito sem relação natural com o comportamento deste, mas apenas associado artificialmente a ele. Pode-se notar isso pelo próprio fato da extensão da punição às gerações seguintes. Ora, para que as consequências punitivas sejam estendidas para as outras gerações evidentemente que elas não são naturais, uma

vez que estarão associadas a atividades que não necessariamente estejam mais presentes no cotidiano daquela geração.

Baseando-se naquilo que afirma Mendonça (2010, p. 7), “consequências éticas e legais podem ser arrançadas e sobrepostas às consequências produzidas pela resposta (elas próprias sem efetividade) para o controle do comportamento.” Neste caso, por exemplo, o ato de fumar poderia ser tido como algo vergonhoso, ilegal ou até mesmo pecaminoso. Desta forma, o sujeito teria seu comportamento controlado por reforços sociais contingentes a resposta, mas não naturais a ela, e sim acrescentadas por agentes da cultura, ou mesmo por agências controladoras (escola, Estado, religião) com vistas a atingir determinados objetivos.

É bastante comum na experiência religiosa a existência deste tipo de reforço social. No caso do texto em questão, por exemplo, as pessoas que seguiam os mandamentos eram vistas como pessoas agradáveis não só a YHWH, mas também à comunidade judaica. Elogios, reconhecimento social e promessas de recompensa faziam parte da vida daqueles que se mostravam fieis à aliança.

Uma das características mais importantes das regras consiste na alteração das funções de determinados estímulos, conforme afirma Schlinger (1998, p. 12). Assim, por exemplo, se uma determinada ação antes era vivenciada pelo sujeito de uma forma prazerosa, com a implementação de uma dada regra, a depender do conteúdo desta, pode ser que o prazer da execução seja diminuído ou até mesmo erradicado em função do desconforto produzido pela desobediência.

O exemplo que foi utilizado no segundo capítulo da presente tese foi em relação à função que a palavra “veneno” pode ter sobre uma comida que alguém estava se preparando para comer. Como se percebe, uma única palavra emitida é capaz de alterar a função do estímulo “comida”, que antes poderia ser vista como algo bastante agradável para se comer e, agora, passa a ser vista como um potencial perigo para a saúde.

No caso da exigência de não cultuar YHWH ou outros deuses fazendo-se uso das imagens, se antes tal prática poderia ser considerada plausível até mesmo pelo poder reforçador que a representação material comporta, tal poder reforçador pode ser atenuado em função do fato de que o descumprimento da regra pode favorecer que o sujeito se sinta bastante desconfortável e já tenha eliciado alguns

estímulos pré-aversivos associados ao medo de sofrer as punições anunciadas na regra.

Uma das grandes vantagens do uso de regras consiste também em especificar ao sujeito como deve proceder em determinadas situações a fim de que consiga lidar da melhor maneira possível ou evitar estímulos aversivos. Assim sendo, um dos aspectos bastante relevantes do decálogo é a clareza em relação aos repertórios comportamentais com os quais os sujeitos deverão se engajar. Tal clareza facilita a compreensão dos comportamentos alvos desejados. Em contrapartida, o sujeito poderia até formular as regras no contato direto com as contingências, mas teria que passar por todo um processo prático de como elas operam.

Por esta perspectiva, a revelação de Deus contida nos mandamentos adquire uma importância fundamental na medida em que facilita que as pessoas encontrem as melhores maneiras de se relacionarem com a divindade tendo em vista as claras exigências desta relação e as consequências do seguimento ou não das mesmas.

O ideal é que o seguimento das regras ajude o sujeito a ter acesso às consequências reforçadoras que o próprio seguimento comporta. Assim a obediência a YHWH seria uma realidade muito mais forte e efetiva na medida em que as regras favorecem que os sujeitos sejam capazes de encontrar em suas ações estímulos que as fortalecem.

Assim, não haveria efetividade no seguimento das regras se não houvesse contingências que lhes amparassem. Por isso, a formulação de regras exige que se observe as possibilidades de que o sujeito que as deve seguir encontre na realidade concreta, a que está situado, condições de reforço.

Assim sendo, se no processo de centralização cultual e fortalecimento do culto ao Deus único sem o uso de imagens as pessoas encontravam amparo espiritual, aceitação e aprovação da comunidade, promessas de bênçãos sobre suas vidas, espaço agradável para vida litúrgica, orientações que lhes ajudavam a viver bem, etc, tem-se que tais condições amparam e aumentam as chances da efetividade do cumprimento das regras.

A lógica que se percebe no texto de Dt 5,6-10 é a de que mediante o cumprimento destes mandamentos será possível encontrar na realidade concreta frutos de tais seguimentos que são resultados da ação de Deus inclusive estendida às gerações seguintes.

Por fim, pode-se afirmar, de acordo com Farias (2010, p. 234), que não são simplesmente as regras em si que controlam o comportamento, mas sim as contingências que elas descrevem. Por exemplo, se alguém emite a regra: “pare diante do sinal vermelho para evitar acidentes”, o fato do sujeito parar não se dará apenas por ter ouvido tal verbalização, mas porque ele quer evitar algum possível acidente, o que foi descrito na fala.

Desta maneira, para que as regras contidas nos mandamentos tenham o poder de governo comportamental desejado era indispensável que sempre se atentasse ao resultado prático que a ação exigida traria. E, em coerência com a abordagem analítico-comportamental, dever-se-á levar em consideração que a maior força de governo dos comportamentos desejados virá pelas características da contingência e não simplesmente pela existência da regra.

Por isso que conhecer as regras que operam sobre os próprios comportamentos é de fundamental importância para que o sujeito tenha condições de emitir contra controle ou ações que possam alterar uma contingência em vigor, o que se torna um grande desafio no caso do comportamento governado por regras (GUILHARD, 2005, p. 50).

No contexto familiar e também em âmbito religioso, por exemplo, seguir regras sobre o que é considerado culturalmente como “correto” ou “incorreto” envolve consequências de curto e de longo prazo. No caso dos reforçadores de curto prazo, tem-se a aprovação social ou a retirada de algum estímulo aversivo para o sujeito.

Por tudo que foi apresentado na presente seção, pode-se perceber como é possível enriquecer o entendimento sobre o conteúdo dos mandamentos referentes ao culto ao Deus único por meio da utilização dos aspectos teóricos e metodológicos da Análise do Comportamento.

Com esta última seção, acredita-se ter sido possível uma demonstração de como estas contribuições podem se dar. O estudo dos aspectos funcionais que os textos bíblicos apresentam podem, sem dúvida, ajudar o leitor a enriquecer ainda mais a sua experiência de entendimento do texto. Além disso, pode favorecer bastante que se chegue a encontrar os caminhos plausíveis para que as regras contidas na Bíblia possam também exercer governo sobre sua vida na medida em que encontra modos de aplicabilidade em suas contingências atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente tese, buscou-se demonstrar de que modo a Psicologia analítico-comportamental pode contribuir com o processo de interpretação da Bíblia. Após a apresentação dos principais aspectos teóricos e metodológicos desta abordagem, sobretudo no que diz respeito ao comportamental verbal, foram apresentados os passos fundamentais do que se pode chamar de “Abordagem Bíblica Analítico-Comportamental”. E, por fim, foi feita a aplicabilidade desta nova proposta de abordagem bíblica ao texto de Dt 5,6-10.

Mediante o que foi apresentado na presente tese, pode-se verificar que, de fato, a Análise do Comportamento pode enriquecer bastante a compreensão de aspectos fundamentais dos textos bíblicos. Principalmente no que toca aos aspectos funcionais da linguagem.

Verificou-se que esta abordagem pode contribuir tanto para a compreensão de aspectos comportamentais do autor quanto do leitor na produção e uso do texto bíblico. O contexto histórico, que é tão importante para a análise exegética e hermenêutica, passa a ser visto também como estímulo discriminativo para o autor, ou seja, comporta as situações que sinalizam a possibilidade de que seu comportamento de escrever e exigir determinadas condutas possa ser reforçado. Mas também o contexto histórico do leitor serve como estímulo discriminativo para o mesmo na medida em que apresenta as condições de maior probabilidade de obtenção de reforço no caso do seguimento daquelas regras contidas no texto sagrado.

O ato da escrita, na qualidade comportamento operante, produz consequências e estas aumentam ou diminuem a probabilidade de sua ocorrência. Porém, o próprio texto pode ser utilizado por outras pessoas que em contextos históricos distintos, por exemplo, podem ser utilizados para exercer influências comportamentais semelhantes e/ou de mesma função que o autor ou seguir outras funcionalidades.

Ler a Bíblia sob o prisma funcional implica em identificar os fatores antecedentes que contribuíram para aquela determinada produção literária, suas

características literárias como o gênero literário que pode ser visto como topografia comportamental e as consequências que o uso daquele texto produz.

Diversos operantes textuais também podem ser encontrados no texto, a sua análise permite uma compreensão mais alinhada à funcionalidade da linguagem dos textos bíblicos. É possível encontrar na Bíblia diversos deles, mas os mais frequentes são os mandos e os tatos, bem como mandos disfarçados de tato.

A Bíblia se constitui como conjunto de textos que, independentemente do gênero literário, provoca e exige a tradução das mensagens, expressas direta ou indiretamente, em comportamentos, isto é, em atitudes concretas que sejam coerentes com o conteúdo anunciado. Um dos mecanismos bastante importantes utilizados em vista da aquisição de determinados repertórios comportamentais é o uso de regras. A Bíblia contém inúmeras delas.

Uma das funções das regras consiste em mudar a propriedade dos estímulos. Portanto, algo que poderia ser considerado desejável ou reprovável pode mudar de função para o sujeito, a depender daquilo que o texto expresso e qual sentido imprime sobre determinada conduta ou estímulo específico.

Os mandamentos em Dt 5,6-10 podem ser melhor compreendidos também à luz da Análise do Comportamento. No último capítulo da presente tese, observou-se que um dos mecanismos utilizados pelo autor para que o texto tenha poder coercitivo sobre quem o reconheça como autoritativo foi a descrição de contingências onde as consequências do seguimento ou não das regras ali contidas são de magnitude aumentada, fazendo o leitor perceber que não compensa se desviar do cumprimento das exigências comportamentais ali expressas.

A exigência da fidelidade cultural a YHWH, bem como a proibição de sua representação em imagens bem como de outros deuses e centralização cultural, apontam para o fato de que havia consequências reforçadoras para aqueles que faziam uso destas regras e tais consequências precisam ser levadas em consideração no processo de interpretação destes textos. No caso do texto em questão, consequências reforçadoras estão relacionadas com fatores econômicos, sociais, religiosos e políticos.

Por esta perspectiva, observa-se que a Análise do Comportamento trará inúmeras contribuições bastante relevantes para os estudos bíblicos.

Dentre estas pode-se citar o fato de que quem faz uso do texto sagrado ao buscar fazer com que o texto bíblico e as regras de comportamento ali contidas exerçam governo sobre as pessoas, deve promover também alterações no arranjo de contingências do próprio leitor, a fim de que, desta forma, este último consiga traduzir em termos comportamentais aquilo que está expresso enquanto regra.

Uma abordagem bíblica analítico comportamental pode ser considerada uma forma de compreensão dos textos que instigue o leitor a encontrar fatores que o motivem no engajamento com o texto na medida em que o sujeito identifique possíveis ganhos com o mesmo. Não se trata de uma visão utilitarista dos textos, mas de compreensão acerca das funções que ele pode exercer na vida do indivíduo e, assim, ser considerado como indicador de potenciais reforçadores que contribuam para o desenvolvimento do indivíduo.

A identificação dos repertórios comportamentais que o texto sugere que o sujeito desenvolva aponta para o fato de que esta abordagem se preocupa também com função pragmática que o texto pode exercer. Assim, é interessante notar que é perfeitamente possível buscar no conteúdo bíblico indicações não só de um “por que fazer”, mas também de “o que fazer” diante do que fora dito num discurso ou numa narrativa.

O texto bíblico exige do leitor uma reação e um engajamento. Por esta perspectiva, a abordagem bíblica analítico-comportamental tem a função de contribuir para que o leitor tenha condições tanto de identificar, com maior clareza, no texto o que deve fazer, quanto de observar em suas próprias contingências aspectos que precisam ser alterados em função do seguimento das regras expressas no conteúdo bíblico.

A partir do que foi exposto na presente tese, pode-se observar também que passos apresentados para a caracterização da abordagem bíblica analítico-comportamental contribuem para que se enquadre funções diferentes a ferramentas importantes para o estudo dos textos bíblicos.

Quando se propõe que o contexto histórico do autor seja campo para se buscar estímulos discriminativos que sinalizam possibilidades de reforço, faz-se com que um aspecto fundamental da análise de um texto bíblico seja visto sob outro prisma, a saber, o de que este exerce um papel discriminativo sobre o comportamento do autor.

O próprio ato de ler o texto bíblico sob o prisma funcional já favorece essa busca em encontrar, seja no contexto do autor, seja no contexto do leitor, aspectos que estejam relacionados com possibilidades de reforço. A pessoa que lê o texto tem o seu comportamento reforçado num contexto de aprendizagem. O sujeito que lê pode, a partir da leitura, emitir outras respostas como consequência da aprendizagem do conteúdo contido no texto e, também desta forma, obter outros estímulos reforçadores a partir dos comportamentos que são favorecidos pela leitura.

O texto bíblico para o leitor pode ser um estímulo antecedente de outras respostas. Poderá encontrar lá descrições de contingências que sejam úteis à sua realidade de vida e utilizá-la como regra. A leitura por si mesma pode oportunizar o acesso a reforçadores sociais, por exemplo. Como o texto bíblico é considerado um material sagrado com valor normativo para a vida dentro de uma dada experiência religiosa, assim a comunidade verbal é treinada para incentivar a sua leitura, de forma que, quando uma pessoa afirma que tem a prática de ler a Bíblia, reforços sociais, como elogios e admiração, passam a fazer parte das consequências imediatas deste tipo de verbalização. E toda essa situação favorece o aumento de interesse pelo texto.

Uma das dificuldades da aplicação desta abordagem consiste no fato de que as pessoas precisarão estar familiarizadas com aspectos teóricos e também metodológicos da Análise do Comportamento, o que não é tarefa fácil, porém, a presente tese se constitui com um passo inicial para que se difunda esta abordagem e que se consiga favorecer a compreensão da proposta da mesma.

Chegando ao final do presente trabalho, verifica-se que aqui se trata apenas de um ponto de partida para a ampliação e amadurecimento acerca da relevância que a Análise do Comportamento poderá ter para a hermenêutica bíblica. Mas o que

foi exposto nesta tese já demonstra a pertinência e valiosa contribuição desta abordagem para os estudos bíblicos.

REFERÊNCIAS

ALBERTZ, Rainer, “Why a Reform Like Josiah’s Must Have Happened”, in **Good Kings and Bad Kings**, JSOT.S, 393, ed. Lester L. Grabbe, London/New York, T&T Clark, Continuum, 2005, pp. 28-48.

ARTUS, O. **Les Lois du Pentateuque**. Paris: Cerf, 2005.

BANACO, Roberto Alves (org.). **Sobre comportamento e cognição**. Santo André: ESETEC Editores Associados, 2001.

BANDINI, Carmen Silvia Motta; ROSE, Júlio César C. de. Chomsky e Skinner e a polêmica sobre a geratividade da linguagem. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**. Vol. 12 n. 1-2. São Paulo, 2010.

BAUM, William M. **Compreender o behaviorismo**: comportamento, cultura e evolução. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BENEVENUTTI, M. F. L; CARVALHO NETO, M. B. Comportamento operante, seleção, contiguidade e contingência. In E. Tourinho e S. V. de Luna (Orgs.). **Análise do Comportamento**: Investigações históricas, conceituais e aplicadas. São Paulo: Roca, 2010.

BENTALL, R. P.; LOWE, C. F.; e BEASTY, A. The role of verbal behavior in human learning: II Developmental differences. **Journal of the Experimental Analysis of Behavior**. Vol. 43, p. 165-181, 1985.

BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.

BÍBLIA. **Bíblia Hebraica Stuttgartensia**. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1997.

BORGES, Nicodemos Batista; CASSAS, Fernando Albregard. **Clínica analítico-comportamental**: aspectos teóricos e práticos. Porto Alegre: Artmed, 2012.

CATANIA, A. C. Rules as classes of verbal behavior: A reply to Glenn. **The Analysis of Verbal Behavior**. Vol. 7, p. 49-50, 1989.

CATTELL, James Mckenn. The conceptions and methods of psychology. **Popular Science Monthly**. Vol. 66, p. 176-186, 1904.

CHOMSKY, Noam. A Review of B. F. Skinner’s Verbal Behavior. **Language**, vol. 35, p. 26-58, 1959.

CHOMSKY, Noam. **Language and Mind**. New York: Harcourt Brace, 1972.

COLLICUTT, Joanna. Bringing the academic discipline of psychology to bear on the study of the bible. **The Journal of Theological Studies**, NS, vol. 63, 2012.

COMTE, Augusto. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CROATTO, José Severino. **As linguagens da experiência religiosa**. São Paulo: Paulinas, 2010.

CROSS, F.M. The Themes of the Book of Kings and the Structure of the Deuteronomistic History. *In* **Canaanite Myth and Hebrew Epic. Essays in the History of the Religion of Israel**, Cambridge, MA: Harvard University Press, p. 274-289, 1973.

DIETRICH, Walter. Martin Noth and the Future of the Deuteronomistic History. *In* **The History of Israel's Traditions. The Heritage of Martin Noth**. Ed. Steven L. McKenzie / M. Patrick Graham; JSOTSup 182; Sheffield: Sheffield Academic Press, p. 153-175, 1994.

ELLENS, J. Harold; ROLLINS, Wayne G. **Psychology and the Bible: a New Way to Read the Scriptures**.

Eshleman, J. W. Quantified trends in the history of verbal behavior research. **The Analysis of Verbal Behavior**, p. 9, 1991.

FADIMAN, James. **Teorias da personalidade**. São Paulo: HARBRA, 1986.

FARIAS, Ana Karina C. R. de e Cols. **Análise comportamental clínica: aspectos teóricos e estudos de caso**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. **As Ciências das Religiões**. São Paulo: Paulus, 1999.

FITZMEYER, Joseph. **A interpretação da Escritura: em defesa do método histórico-crítico**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FRANCISCO, Edson de Faria. **Antigo Testamento interlinear hebraico-português: Pentateuco**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2012.

FRANCISCO, Edson de Faria. **Manual da Bíblia Hebraica: introdução ao texto massorético**. São Paulo: Vida Nova, 2003.

FREEDHEIM, Donald K.; WEINER, Irving B. **Handbook of Psychology**. New Jersey: Hoboken, 2003.

GARCÍA LÓPEZ, Félix. **O Pentateuco: Introdução à leitura dos cinco primeiros livros da Bíblia**. São Paulo: Editora Ave Maria, 2004.

GARCÍA LÓPEZ. Félix. **O Pentateuco**. São Paulo: Paulinas, 2009.

GARDNER. Howard. **Uma nova ciência da mente**. São Paulo: EDUSP, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

GLENN, S. S. Rules as Environmental vents. **The Analysis of Verbal Behavior**. Vol. 5, p. 29-32, 1987.

GOMBRICH, E. H. **A Little History of the World**. London: Yale University Press, 2005.

GORGULHO, G. S.; ANDERSON, Ana Flora. **Não tenham medo: Apocalipse**. São Paulo: Paulinas, 1981.

GRAUPNER, A. Die zehn Gebote im Rahmen alttestamentlicher Ethik. Anmerkungen zum gegenwärtigen Stand der Forschung, In: **Revent-Low**, H. G. Weisheit – Ethos und Gebot, B. Th. 43, Neukirchen/Vluyn: Neukirchener Verlag, 2001, pp. 61-95.

Guilhardi, H. J. e Cols . **Sobre comportamento e cognição**: Expondo a variabilidade. Santo André: ESETec, 2005.

HOSSFELD, F. L. **Der Dekalog**. Fribourg: Vandenhoeck e Ruprecht, 1982.

KLOSTERMANN, A. **Der Pentateuch. Beiträge zu seinem Verständnis und seiner Entstehungsgeschichte**. Neue Folge: Leipzig, 1907.

KOHLBERG, R. J.; TSAI, M. **Psicoterapia analítica funcional**: criando relações intensas e curativas. Santo André: ESETec, 2001.

KRAMER, Pedro. **Origem e legislação do Deuteronômio**. São Paulo: Paulinas, 2006.

LARA, Valter Luiz. **A Bíblia e o desafio da interpretação sociológica**. São Paulo: Paulus, 2009.

LOWERY, Richard H. **Os reis reformadores**: culto e sociedade no Judá do Primeiro Templo. São Paulo: Paulinas, 2004.

MACLEOD, R. B. Review of Cumulative Record by B. F. Skinner. **Science**. New York: Hemisphere Publishing Corporation. Vol. 130, p. 34-35, 1959.

MARGUERAT, Daniel. **A primeira história do cristianismo**: os Atos dos Apóstolos. São Paulo: Paulus; Loyola, 2003.

MATOS, Maria Amélia de. As categorias formais de comportamento verbal em Skinner. **Anais da Revista anual de Psicologia de Ribeirão Preto**, 1991.

MELO, Jair Rodrigues. **A simbologia da resistência política em textos sagrados**: hermenêutica a partir de Ap 17,1-18. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2013.

MENDONÇA, Mônica Milharézi. **Diferentes formas de regras no controle do comportamento**. Dissertação (mestrado em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2010.

MESLIN, Michel. **Fundamentos de antropologia religiosa**: a experiência humana do divino. Petrópolis: Vozes, 2014.

MESTERS, Carlos. Bíblia: livro da Aliança, Êxodo 19-24. São Paulo: Paulus, 1986.

MESTERS, Carlos. O que me vai no coração – Sobre a fonte e o rumo da interpretação da Bíblia. **Revista de Interpretação Bíblica Latino Americana**. v. 50, Petrópolis: Vozes, p.25-29, 2005.

MEYER. S. B. Subúdios da obra Comportamento Verbal de F.B. Skinner para a terapia analítico-comportamental. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**. v.10, USP: São Paulo, p. 115-1-18, 2008.

MIGUEL, Caio F. O Conceito de Operação Estabelecadora na Análise do Comportamento. **Psicologia Teoria e Pesquisa**. Vol.16, n.3, pp.259-267, 2000.

MOREIRA, Márcio Borges e MEDEIROS, Carlos Augusto de. **Princípios básicos de análise do comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

NICHOLSON, Ernest, **Deuteronomy and the Judaeen Diaspora**, Oxford University Press, Oxford, 2014.

NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza (Org.). **Religião e linguagem**: abordagens teóricas interdisciplinares. São Paulo: Paulus, 2015.

NOTH, Martin. **The Deuteronomistic History**. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1991.

OTTO, Eckart. **A lei de Moisés**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

PILCH, John. **Psychological and Psychoanalytical Approaches to Interpreting the Bible**. Biblical Theology Bulletin 27, pp. 112-116, 1997.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **A interpretação da Bíblia na Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2009.

RAD, G. Von. O problema morfogenético do Hexateuco. **Estudios sobre el Antiguo Testament**, Salamanca, 11-80, 1976.

REIS, José Carlos. **História e Teoria**. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RENDTORFF. Rolf. **A fórmula da Aliança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

REYNIER, Chantal. **Para ler o apóstolo Paulo**. São Paulo: Paulus, 2012.

RICOEUR, Paul. **A hermenêutica bíblica**. São Paulo: Loyola, 2006.

RÖMER, Thomas. A atual discussão sobre a chamada História Deuteronomista: crítica literária e consequências teológicas. **Pentateuco**: da formação à recepção. São Paulo: Paulinas, 2016.

RÖMER, Thomas. **A origem de Javé: O Deus de Israel e seu nome.** São Paulo: Paulos, 2016.

SAMPAIO, Pedro Henrique de Faria. **O comportamento religioso: análise da religião e da religiosidade sob uma perspectiva behaviorista radical.** Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

Schlinger, H. D. Jr. The current status and future directions of the analysis of verbal behavior: introductory remarks. **The Analysis of Verbal Behavior.** Vol. 15, p. 93-96, 1998.

SCHMIDT, W. H. **Die Zehn Gebote im Rahmen alttestamentlicher Ethik,** Erträge der Forschung 281, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1993.

SCHOENFELD, Willian Nat. **Religion in Human Behavior.** Boston: Authors Cooperative, 1993.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. **História da Psicologia Moderna.** São Paulo: Cenage Learning, 2012.

SERIO, T. M. A. P. **Um caso na história do Método Científico.** Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1990.

SIDMAN, M. **Coerção e suas implicações.** Campinas: Editorial Psy, 1995.

SILVA, Cassio Murilo Dias. **Metodologia de exegese bíblica.** São Paulo: Paulinas, 2009.

SKA, Jean Louis. **Introdução à leitura do Pentateuco.** São Paulo: Edições Loyola, 2003.

SKA, Jean Louis. **O canteiro do Pentateuco: problemas de composição e de interpretação, aspectos literários e teológicos.** São Paulo: Paulinas, 2016.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Ciência e comportamento humano.** São Paulo: Martins Fontes, 2003. Publicado originalmente em 1953.

_____. **A matter of consequences: part three of an autobiography.** New York: Alfred A. Knopf, 1983.

_____. **Contingências de reforço: uma análise teórica.** São Paulo: Abril Cultural, 1975. Publicado originalmente em 1969.

_____. **O comportamento verbal.** São Paulo: Editora Cultrix, 1978. Publicado originalmente em 1957.

_____. The operational analysis of psychological terms. **The Behavioral and Brain Sciences**. Vol. 7, pp. 547-553, 1984. Publicado originalmente em 1945.

SMEND, Rudolf. The law and the Nations. A contribution to deuteronomistic History," in **Reconsidering Israel and Judah. Recent Studies on the Deuteronomistic History**. (Ed. Gary N. Knoppers/J.Gordon McConville; Sources for Biblical and Theological Study 8; Winona Lake, IN: Eisenbrauns, 2000), 95-100.

SOARES, Paulo Sérgio. **Iniciativa de Deus e co-responsabilidade humana: teologia da graça**. São Paulo: Paulinas, 2004.

THOMPSON, T. Benedictus behavior analysis: B. F. Skinner's magnum opus at fifty. **Contemporary Psychology**. Vol. 33, p. 397-402, 1988.

Vargas, E. A. Verbal behavior: Implications of its mediational and relational characteristics. **The Analysis of Verbal Behavior**, 15, 149-151, 1998.

VARGAS, Ernest A. O Comportamento Verbal de B. F. Skinner: uma introdução. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**. Vol. 9 n. 2. São Paulo, 2007.

WATSON, John Broadus. Autobiography. In C. Murchison. **A history of psychology in autobiography**. Vol 3. P. 271-281.

WATSON, John Broadus. **Behaviorism**. New York: Norton, 1930.

WATSON, John Broadus. Is thinking merely the action of language mechanisms? **British Journal of Psychology**. Vol. 11, p. 87-104, 1920.

WEINFELD, Moshe, **Deuteronomy and Deuteronomic School**, Clarendon Press, Oxford, 1972.

WELLHAUSEN, J. **Die Composition des Hexateuchs und der Historischen Bücher des Alten Testaments**. Berlim, 1989,

ZABATIERO, Júlio Paulo Tavares; LEONEL, João. **Bíblia, Literatura e Linguagem**. São Paulo: Paulus, 2011.

ZENGER, Erich. **O Deus da Bíblia**. São Paulo: Paulus, 1989, p. 85.

ZIENER, G., A sabedoria do Oriente Antigo como ciência da vida. Nova compreensão e crítica de Israel à sabedoria in SCHREINER, J. (ed.), **Palavra e mensagem do Antigo Testamento**. 2.ed. São Paulo: Teológica; Paulus, 2004. p. 363-381.